

PARPÚBLICA

PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

Relatório de Gestão
e
Demonstrações Financeiras
Intercalares

1º Semestre 2015

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Elsa Maria Roncon Santos
Presidente

Bernardo Xavier Alabaça
Vice-Presidente

Maria Luísa da Silva Rilho
Secretário

Conselho de Administração

Pedro Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador Executivo

José Manuel Pereira Mendes de Barros
Administrador Executivo

Fernanda Maria Mouro Pereira
*Administradora não Executiva, Presidente da Comissão de Auditoria
e membro da Comissão de Avaliação*

Maria João Dias Pessoa Araújo
*Administradora não Executiva, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

Pedro Miguel Nascimento Ventura
*Administrador não Executivo, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

ROC

Grant Thornton & Associados, SROC
representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes
(ROC n.º 427)

ROC Efetivo

Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202)

ROC Suplente

RELATÓRIO DE GESTÃO

- ❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1.º SEMESTRE
- ❖ EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DO GRUPO PARPÚBLICA
 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA
 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL
- ❖ PERSPETIVAS PARA O 2.º SEMESTRE
- ❖ DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO N.º 5/2008 DA CMVM
- ❖ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

RELATÓRIO DE GESTÃO

❖ PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1.º SEMESTRE

No que se refere à atividade da *holding*, e no que ao programa de privatizações diz respeito, o primeiro semestre de 2015 foi sobretudo marcado pelo desenvolvimento do processo de reprivatização da TAP – Transporte Aéreos Portugueses, S.A. por via da reprivatização do capital social da TAP – SGPS, S.A., processo que havia sido aprovado pelo Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro. No desenvolvimento deste processo, a 24 de junho a PARPÚBLICA e o Consórcio *Gateway* assinaram o contrato de compra e venda das ações representativas de 61% do capital social da TAP – SGPS, S.A. Esta transação encontra-se, contudo, condicionada à verificação de diversas condições precedentes, entre elas a obtenção de aprovações que, à data do presente relatório, ainda não foram integralmente concedidas.

Para além do processo de reprivatização da TAP, ao longo do semestre em análise foi também dada sequência às condições precedentes visando a concretização da alienação da EGF, empresa do Grupo AdP, cujo contrato foi celebrado ainda em 2014 em termos que condicionavam a sua eficácia à obtenção das autorizações das entidades regulatórias em matéria de concorrência, o que apenas se veio a verificar após a conclusão do semestre.

No âmbito do *Acordo Quadro para a cooperação e a delegação de competências do Estado no Município de Cascais*, assinado entre o Governo e a Câmara Municipal de Cascais, foi determinada a passagem para a responsabilidade daquele Município da gestão do Autódromo do Estoril, infraestrutura detida pela sociedade Circuito Estoril, S.A. que integra o Grupo PARPÚBLICA. Dando sequência ao acordado entre o Estado e o Município de Cascais procedeu-se ao estudo e montagem da venda das ações representativas da totalidade do capital social da CE ao Município, processo que viria a conduzir à assinatura em 6 de agosto último do contrato de compra e venda das ações. Este contrato apenas produzirá os seus efeitos após a obtenção pelo Município de Cascais do indispensável visto do Tribunal de Contas.

O período em análise coincide com a entrada da PARPÚBLICA e de outras empresas do Grupo – Sagestamo, Estamo, Consest, SPE, TAP-SGPS e Ecodetra (empresa do universo Baía do Tejo) – no perímetro das Administrações Públicas em consequência da entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010). Este facto tem várias implicações, desde logo quanto ao modelo de financiamento, mas também quanto às condições de funcionamento dada a necessidade de

assegurar o cumprimento das obrigações de controlo e reporte na perspetiva orçamental, em simultâneo com o respeito pelas regras contabilísticas e de gestão empresarial.

Em sede de organização interna do Grupo PARPÚBLICA, o primeiro semestre de 2015 correspondeu a um período de relevantes alterações, tendo sido aprovada, através do Despacho n.º 567/15, de 22 de abril, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, a reestruturação da Área Imobiliária do Grupo. Em consequência, procedeu-se, no final do primeiro semestre do ano, à concretização da 1.ª fase da referida reestruturação, a qual correspondeu à fusão por incorporação da globalidade do património da SAGESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SGPS, S.A. na PARPÚBLICA, com efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. Tal reestruturação comportará ainda uma 2.ª fase, que corresponderá à fusão de outras três empresas do Grupo, a operar na Área Imobiliária (Estamo, S.A., Lazer e Floresta, S.A. e Consest, S.A.), sendo que este projeto de fusão foi registado já durante o mês de julho.

Ao nível das participadas merece referência a reorganização territorial operada no Grupo AdP, a qual se traduziu na agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em sistemas de maior dimensão. Este processo, que se traduziu na criação de três novos sistemas multimunicipais resultantes da agregação de quinze entretanto extintos, visa promover a obtenção de economias de escala que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços e assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país.

❖ EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DO GRUPO PARPÚBLICA

Apesar das atividades desenvolvidas ao longo do semestre terem conduzido ao apuramento de um resultado líquido negativo, ainda assim a situação patrimonial e financeira do Grupo PARPÚBLICA apresenta-se estável, verificando-se até o reforço da cobertura do ativo por capitais próprios graças à redução do endividamento consolidado.

▪ ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

De forma sintética podemos apresentar os resultados do Grupo PARPÚBLICA obtidos no primeiro semestre de 2015 através do seguinte quadro:

	<i>milhares de euros</i>		
	30-06-2015	30-06-2014 *	%Δ
+ Rendimentos e Ganhos Operacionais	1.927.456	1.784.673	8,0%
- Gastos e Perdas Operacionais desembolsáveis	1.614.089	1.512.873	6,7%
= EBITDA	313.368	271.800	15,3%
- Depreciações + Amortizações	130.050	149.445	(13,0%)
+ Subsídios ao Investimento	36.317	36.835	(1,4%)
= Resultados Operacionais	183.318	122.356	49,8%
- Gastos e Perdas Financeiras	171.098	189.260	(9,6%)
= Resultados Antes de Impostos	12.220	(66.905)	118,3%
- Imposto sobre rendimento	39.183	29.899	31,0%
= Resultados Líquidos	(26.963)	(96.804)	72,1%
- Resultado líquido dos interesses que não controlam	18.858	21.165	(10,9%)
= Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(45.822)	(117.970)	61,2%

* valores re-expressos

O volume de negócios (vendas + prestações de serviços) das empresas do Grupo PARPÚBLICA no período em análise ultrapassou os 1,7 mil milhões €, tendo tido origem essencialmente no segmento das atividades relacionadas com o transporte aéreo e com águas e resíduos. E apesar das atividades relacionadas com o transporte aéreo terem registado uma ligeira quebra (inferior a 1%), em termos consolidados verifica-se um aumento de 2,3% graças ao crescimento registado no segmento das águas e resíduos (+3,8%) e na gestão e promoção imobiliária onde a Estamo praticamente duplica as vendas realizadas no semestre face às do período homólogo.

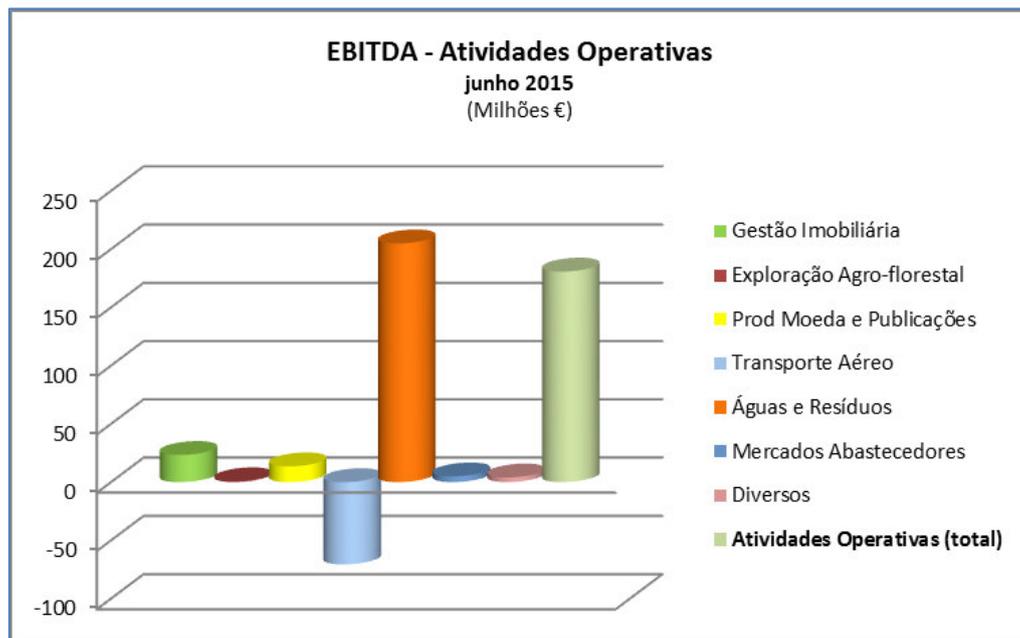
Os gastos e perdas operacionais registaram um crescimento percentualmente inferior aos rendimentos e ganhos operacionais, sendo de referir que a soma das principais rubricas dos custos operacionais (fornecimentos e serviços externos + gastos com pessoal) apresenta um crescimento de 2,8%, justificado também pela alteração do enquadramento legal relativo a reposição dos cortes salariais.

De forma mais acelerada, cresceram os custos das empresas do Grupo TAP facto a que não são alheias as perturbações ocorridas com as greves que assolaram a empresa que, entre outras consequências, geraram custos acrescidos.

No que se refere à evolução dos custos por segmentos, merece referência especial a situação da *holding* e do segmento da gestão e promoção imobiliária, uma vez que os valores apresentados sugerem variações muito expressivas relativamente ao semestre homólogo. Esta situação, que é apenas aparente, já que é integralmente explicada pelo facto de os dados referentes a 2015

traduzirem a situação decorrente da fusão por incorporação da Sagestamo na PARPÚBLICA. Por esta razão, os custos agora indicados para a PARPÚBLICA apresentam um crescimento anormal enquanto os considerados no segmento da promoção e gestão imobiliária estão significativamente abaixo dos referentes ao primeiro semestre de 2014.

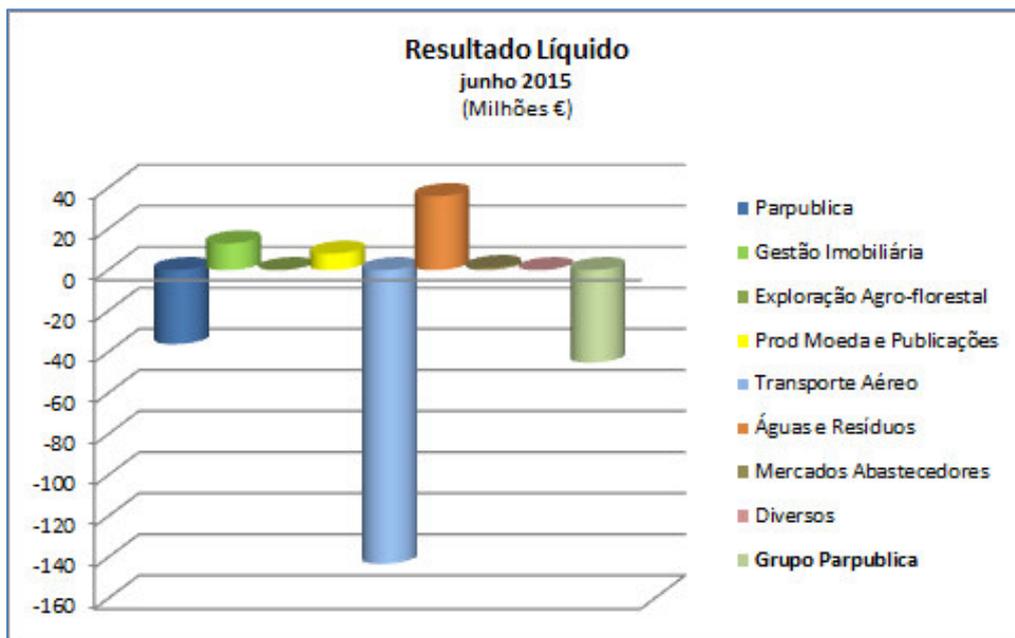
Em termos consolidados, o **EBITDA** apurado no final do semestre apresenta um crescimento de 16,8%, ascendendo aos 319,9 milhões €, melhoria ditada pela situação ocorrida na *holding*, onde o EBITDA passou de -26,5 milhões € para 65,5 milhões €, já que as atividades operativas, no seu conjunto, apresentam uma evolução fortemente negativa, com uma redução do EBITDA de 265,8 milhões € para 187,3 milhões €, principalmente devido à degradação da situação das empresas do Grupo TAP. Os acontecimentos laborais que assolaram a empresa e condicionaram a sua trajetória de crescimento conduziram a uma quebra das vendas e ao aumento dos custos, situação que se traduziu na queda do seu EBITDA de -1,5 milhões € para -68,8 milhões €.



Do conjunto dos segmentos de atividade, aquele que se apresenta com maior contributo para a formação do EBITDA é o das águas e resíduos, como aliás se vem verificando nos últimos exercícios.

Quanto à função financeira, constata-se a diminuição dos juros suportados o que naturalmente está associado à redução do endividamento do Grupo.

Da mesma forma, o **resultado líquido consolidado** do Grupo PARPÚBLICA apurado no final do período em análise, embora corresponda a um prejuízo de 45,8 milhões €, é significativamente melhor do que verificado no período homólogo. Esta melhoria ficou a dever-se à evolução positiva verificada ao nível da *holding*, cujo resultado passou de -140,2 milhões € para -36,5 milhões €, enquanto o prejuízo obtido pelas atividades operativas, se agravou de forma significativa passando de 23,8 milhões € para 84,8 milhões €.



Relativamente à *holding*, a redução dos prejuízos está associada à evolução positiva do justo valor de uma operação de *swap* de taxa de juro, no montante de 23,9 milhões €, e da opção associada a obrigações permutáveis emitidas tendo como ativo subjacentes ações GALP cujo efeito líquido é positivo em 97,8 milhões €. Estas operações permitiram assim registar neste semestre um ganho de 121,7 milhões € enquanto no semestre homólogo se havia registado uma perda de 13,6 milhões €. Pela negativa há a assinalar a necessidade de reforço das provisões em 113,8 milhões €, essencialmente para fazer face à evolução dos capitais próprios do Grupo TAP que, no semestre, passaram de -511,8 milhões € para -631,0 milhões €.

Por seu lado, o agravamento dos prejuízos apurados no âmbito das atividades operativas está diretamente associado à situação ocorrida no Grupo TAP onde os prejuízos atingiram os 142,9 milhões €, o que compara com os 83,4 milhões € do primeiro semestre do ano anterior. Este agravamento dos prejuízos está naturalmente relacionado com o impacto das greves (anunciadas e

efetivas) e às inerentes perturbações na prestação dos serviços ao nível do transporte aéreo, embora também a atividade de manutenção desenvolvida no Brasil tenha contribuído para esse agravamento.

Já as restantes empresas apresentam resultados idênticos ao do semestre homólogo. Das mais significativas é de referir a AdP que apresenta uma ligeira redução do lucro apurado a qual está essencialmente associada ao reconhecimento de imparidades de contas a receber de clientes.

No que respeita ao segmento de gestão e promoção imobiliária, cujas principais empresas são a Estamo, a Baía do Tejo e a Lazer e Floresta, há a assinalar o expressivo aumento do volume de negócios registado pela Estamo. No entanto, o aumento do resultado líquido apurado está principalmente ligado à função financeira onde se verifica uma redução dos juros pagos pela Estamo, justificada pela redução do stock da dívida e da taxa de juro.

▪ ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A situação patrimonial do Grupo PARPÚBLICA evoluiu no período em análise conforme se apresenta no quadro seguinte:

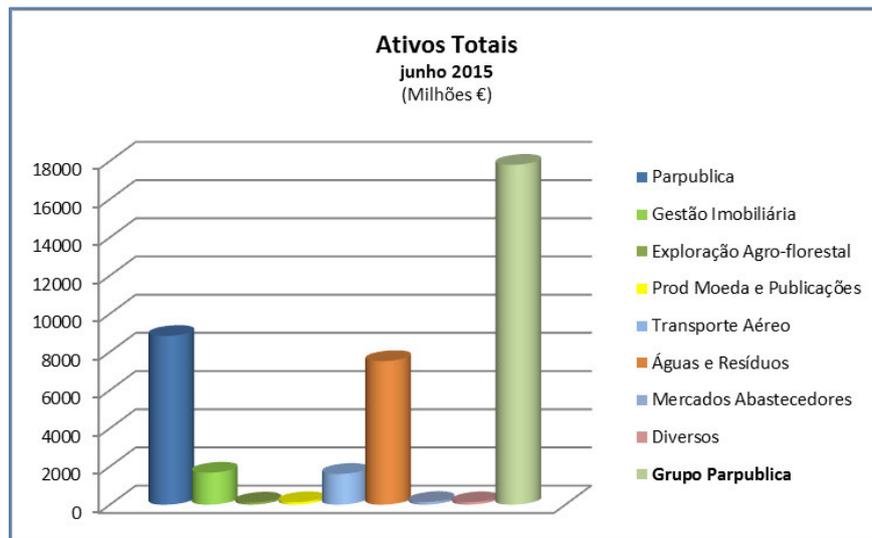
	30-06-2015	31-12-2014 *	%Δ
<i>milhares de euros</i>			
Ativo não corrente	12.649.160	12.492.779	1,3%
Ativo corrente	4.491.602	4.476.842	0,3%
<i>do qual</i>			
<i>Ativos não correntes detidos para venda</i>	2.527.534	2.499.799	1,1%
TOTAL ATIVO	17.140.762	16.969.621	1,0%
CAPITAL PRÓPRIO	3.855.429	3.668.545	5,1%
Passivo não corrente	8.844.423	8.810.870	0,4%
Passivo corrente	4.440.911	4.490.205	-1,1%
<i>do qual</i>			
<i>Passivos relacionados com ativos correntes detidos para venda</i>	2.995.536	2.859.644	<i>n.a.</i>
TOTAL DO PASSIVO	13.285.333	13.301.076	-0,1%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	17.140.762	16.969.621	1,0%

* valores re-expressos

Os ativos consolidados ascendiam no final do semestre a 17,1 mil milhões €, o que traduz um ligeiro aumento de 1% face ao final do exercício de 2014.

Destes, cerca de 15% (2,5 mil milhões €) são ativos detidos para venda e correspondem às operações que em 30 de junho último se encontravam em curso, a mais significativa das quais é a relativa à

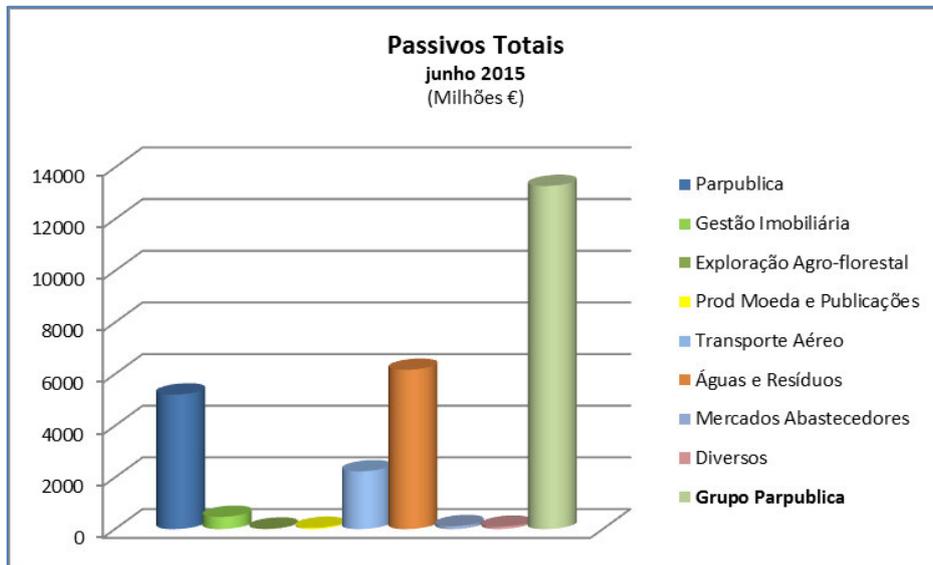
reprivatização da maioria do capital da TAP, SGPS, SA. Para além desta operação, e tal como já anteriormente referido, em 30 de junho último estavam ainda em curso a privatização da totalidade do capital de EGF, empresa do Grupo AdP, bem como a participação da PARPÚBLICA relativa à totalidade do capital social da Circuito Estoril. Destas, apenas a venda da EGF está nesta data concretizada.



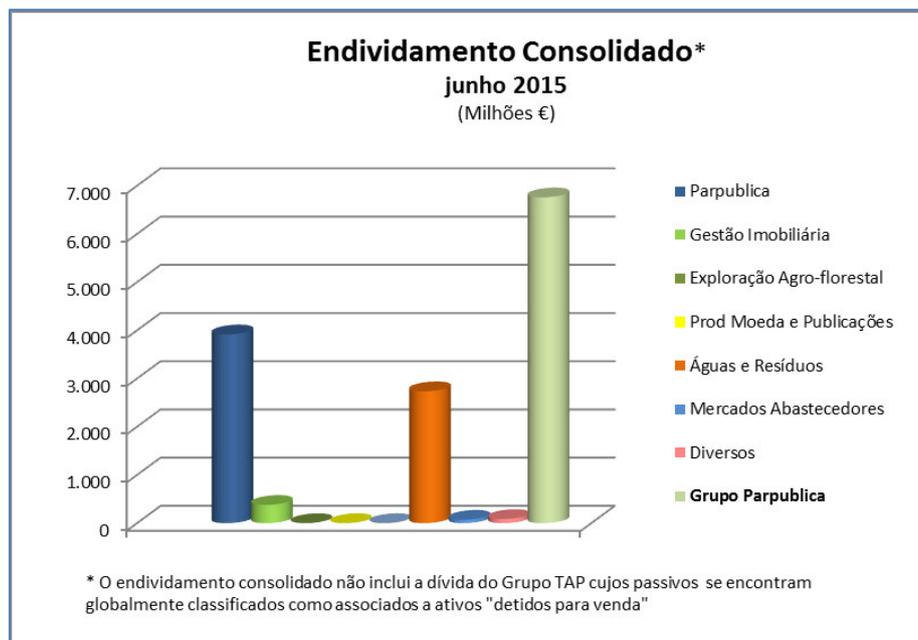
O crescimento do valor do ativo total do Grupo verificou-se essencialmente na *holding* e está ligado à realização por parte do Estado de uma parcela do capital social subscrito e ainda por realizar, no montante de 200 milhões €, operação que se insere no âmbito do novo modelo de financiamento da sociedade decorrente da sua entrada no universo das Administrações Públicas, conforme normativos comunitários em vigor.

Apesar do ligeiro reforço do peso dos ativos da *holding*, mais de metade dos ativos do Grupo ainda continua afeta às atividades operativas, principalmente aos segmentos de águas e resíduos, gestão e promoção imobiliária e transporte aéreo. Mas, uma vez concluídas as operações de venda de ativos em curso, a *holding* passará a deter diretamente a maioria dos ativos consolidados.

Por seu lado, o passivo consolidado, cujo valor em 30 de junho ascendia aos 13,2 mil milhões €, manteve-se praticamente inalterado face aos valores apurados no final de 2014, registando-se mesmo uma muito ligeira redução, graças, essencialmente, à diminuição do nível de endividamento do Grupo, o qual não integra a dívida incluída nos passivos associados a ativos detidos para venda. Estes, globalmente considerados, representam 23% dos passivos consolidados.



A dívida financeira do Grupo PARPÚBLICA registada no final do semestre em análise ascende aos 6,7 mil milhões €, apresentando, quando comparada com o valor relativo a 31 de dezembro 2014, uma redução de 130,7 milhões €, dos quais 126,8 milhões € dizem respeito à diminuição do endividamento da própria PARPÚBLICA.



❖ PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE

Conforme referido anteriormente, encontra-se em curso a operação de reestruturação da Área Imobiliária do Grupo PARPÚBLICA aprovada pela Tutela, tendo sido registado já durante o mês de julho o projeto de fusão das empresas *Estamo – Participações Imobiliárias, S.A.* da globalidade do património das empresas *Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro-florestal, Imobiliário, Turístico e Cinagético, S.A.* e *Consest – Promoção Imobiliária, S.A.*. Prevê-se a conclusão deste processo de fusão até ao final de 2015.

No que se refere ao processo de alienação do capital da Empresa Geral do Fomento, S.A. (*sub-holding* do Grupo AdP para a área dos resíduos), operação cuja concretização estava pendente, desde novembro de 2014, da obtenção das autorizações por parte das entidades regulatórias competentes, é de salientar que, já em julho deste ano, o mesmo foi concluído visto terem sido cumpridas todos os requisitos prévios, nomeadamente os relacionados com a necessária análise por parte da Autoridade da Concorrência. Nessa esteira, foi já concluída a venda e, concomitantemente, a privatização daquele ativo do Grupo AdP-SGPS, SA, tendo a receita revertido para esta última.

Em relação ao processo de reprivatização da TAP, SA e na sequência do Acordo de Venda Direta celebrado em 24 de junho passado, encontram-se em curso por parte da entidade adquirente as diligências necessárias tendo em vista o cumprimento dos requisitos prévios ao fecho da transacção, que se prevê ocorrer no final do presente ano.

Espera-se que ao longo do semestre em curso estejam também reunidas as condições necessárias para proceder à concretização da alienação da participação na Circuito Estoril, S.A. à Câmara Municipal de Cascais.

Por último, inserido nas transações financeiras entre a DGTF e a PARPÚBLICA no âmbito da integração desta última no regime das Administrações Públicas, o acionista procederá em setembro próximo à realização de mais uma parcela do capital subscrito e ainda não realizado de 95 milhões €.

❖ DIVULGAÇÕES AO ABRIGO DO CVM E DO REGULAMENTO N.º 5/2008 DA CMVM

- Valores mobiliários emitidos pela sociedade ou por empresas do grupo detidos por titulares dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais não são detentores de instrumentos financeiros emitidos pela sociedade ou por empresas do grupo.

- Titulares de participações qualificadas

O capital da PARPÚBLICA - SGPS, S.A., sociedade de capitais públicos, é detido na totalidade pelo Estado Português.

❖ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da PARPÚBLICA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

É igualmente nossa convicção que o relatório de gestão expõe fielmente as informações relativas à indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período em análise, do seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo ainda a adequada descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 31 de agosto de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa Araújo
Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

ÍNDICE

Demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2015.....	3
Demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015	4
Demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015	5
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 30 de junho de 2015	6
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015.....	7
Notas às demonstrações financeiras	8
1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA.....	8
2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	13
3 - Reexpressões e reclassificações.....	41
4 - Fluxos de caixa	41
5 - Ativos fixos tangíveis.....	42
6 - Propriedades de investimento.....	44
7 - <i>Goodwill</i>	46
8 – Outros ativos intangíveis.....	47
9 - Ativos biológicos	48
10 - Participações financeiras em associadas	49
11 - Outras participações financeiras	50
12 - Outros ativos financeiros	51
13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos.....	52
14 - Clientes.....	53
15 - Adiantamentos a fornecedores	54
16 - Estado e outros entes públicos.....	54
17 - Outras contas a receber.....	55
18 - Diferimentos	56
19 - Inventários	58
20 - Caixa e depósitos bancários.....	59
21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados.....	60
22 - Capital próprio	62
23 - Interesses que não controlam – Balanço.....	62
24 - Provisões	63
25 - Financiamentos obtidos.....	64
26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....	68
27 - Adiantamentos de clientes	70
28 - Fornecedores	70
29 - Outras contas a pagar	71
30 - Outros passivos financeiros	72
31 - Vendas e serviços prestados.....	72
32 - Subsídios à exploração.....	73
33 - Ganhos e perdas imputados de associadas.....	73

34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	73
35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações	73
36 - Variação nos inventários da produção	74
37 - Trabalhos para a própria entidade	74
38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	75
39 - Fornecimentos e serviços externos	76
40 - Gastos com o pessoal.....	76
41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	77
42 - Imparidade de dívidas a receber	78
43 - Provisões	78
44 - Imparidade de investimentos	78
45 - Aumentos / reduções de justo valor	79
46 - Outros rendimentos e ganhos	80
47 - Outros gastos e perdas	81
48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	81
49 - Subsídios ao investimento	82
50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados	82
51 - Imposto sobre o rendimento do período	83
52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido	84
53 - Unidades operacionais descontinuadas	84
54 - Entidades Relacionadas	86
55 - Ativos e passivos financeiros	87
56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros	90
57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes.....	107
58 - Divulgações de natureza não contabilística.....	124

Demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2015

RUBRICAS	Notas	30-Jun-15	31-Dez-14 (Reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 130 112	1 156 806
Propriedades de investimento	6	528 232	535 512
Goodwill	7	90 984	90 984
Outros ativos intangíveis	8	4 015 269	4 003 415
Ativos biológicos	9	16 432	17 548
Participações financeiras em associadas	10	480 494	479 726
Outras participações financeiras	11	629 395	505 303
Outros ativos financeiros	12	4 721 947	4 716 335
Ativos por impostos diferidos	13	230 043	230 460
Outras contas a receber	17	169 700	166 070
Diferimentos	18	636 551	590 619
		12 649 159	12 492 779
Ativo corrente			
Inventários	19	888 287	921 484
Ativos biológicos	9	2 868	2 755
Clientes	14	477 137	522 988
Adiantamentos a fornecedores	15	7 074	6 225
Estado e outros entes públicos	16	12 932	11 575
Outras contas a receber	17	89 966	84 408
Diferimentos	18	14 825	16 333
Outros ativos financeiros	12	7 733	6 908
Caixa e depósitos bancários	20	463 244	404 368
		1 964 067	1 977 043
Ativos não correntes detidos para venda	21	2 527 536	2 499 799
		4 491 603	4 476 842
Total do ativo		17 140 762	16 969 621
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		1 227 151	1 027 151
Reservas legais		731 600	731 245
Outras reservas		13 856	16 582
Ajustamentos em ativos financeiros		(10 160)	(8 087)
Resultados transitados		1 393 799	1 726 242
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		(45 822)	(367 176)
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	22	3 310 424	3 125 957
Interesses que não controlam	23	545 005	542 588
Total do capital próprio		3 855 429	3 668 545
Passivo não corrente			
Provisões	24	19 834	20 003
Financiamentos obtidos	25	6 088 230	6 054 739
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	33 084	33 847
Passivos por impostos diferidos	13	288 135	281 118
Outras contas a pagar	29	120 342	121 366
Outros passivos financeiros	30	194 666	222 645
Diferimentos	18	2 100 130	2 077 151
		8 844 423	8 810 870
Passivo corrente			
Provisões	24	490	0
Fornecedores	28	38 548	37 068
Adiantamentos de clientes	27	1 249	497
Estado e outros entes públicos	16	38 265	32 954
Acionistas / sócios		18	18
Financiamentos obtidos	25	670 941	835 226
Outras contas a pagar	29	670 523	697 807
Diferimentos	18	25 341	26 991
		1 445 375	1 630 561
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	2 995 536	2 859 644
		4 440 911	4 490 205
Total do passivo		13 285 333	13 301 076
Total do capital próprio e do passivo		17 140 762	16 969 621

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2015	1º semestre 2014 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	31	1 724 373	1 673 381
Subsídios à exploração	32	1 511	2 841
Ganhos e perdas imputados de associadas	33	2 624	5 499
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	34	10 330	36 645
Ganhos/ perdas em alienações de participações	35	-	(20 376)
Variação nos inventários da produção	36	4 761	17 062
Trabalhos para a própria entidade	37	6 402	6 411
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38	(204 921)	(149 467)
Fornecimentos e serviços externos	39	(974 957)	(946 602)
Gastos com o pessoal	40	(370 885)	(361 895)
Ajustamentos de inventários	41	193	5 409
Imparidade de dívidas a receber	42	(22 537)	(5 128)
Provisões	43	187	(727)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	44	-	23
Aumentos / reduções de justo valor	45	124 394	(13 942)
Outros rendimentos e ganhos	46	59 667	65 411
Outros gastos e perdas	47	(41 169)	(40 544)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		319 974	274 003
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(163 306)	(186 280)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	44	(3 059)	-
Subsídios ao investimento	49	36 317	36 835
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		189 926	124 558
Juros e gastos similares suportados	50	(177 708)	(191 463)
Resultado antes de impostos		12 218	(66 905)
Imposto sobre o rendimento do período	51	(39 183)	(29 899)
Resultado líquido do período		(26 965)	(96 804)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	52	18 858	21 165
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		(45 822)	(117 970)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	53	(137 914)	(60 214)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53	(141 310)	(63 225)
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		-0,11	-0,29
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		-0,35	-0,16

Demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015

RUBRICAS	1º semestre 2015	1º semestre 2014 (Reexpresso)
Resultado líquido	(26 965)	(96 804)
Outro rendimento integral		
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Remensuração de responsabilidades com planos de benefícios definidos	1 086	2 777
Outro rendimento integral imputado de associadas	(2 489)	10 849
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	(524)	(833)
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	1 388	(38)
Outros ganhos e perdas	(3 617)	7 437
	(4 156)	20 192
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente	(4 236)	3 833
Aumentos / diminuições de valor de ativos disponíveis para venda	(443)	4 699
Variação na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (só fluxos de caixa e investimento líquido no estrangeiro)	48 667	(2 297)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	(13 197)	-
	30 791	6 235
Total de Outro rendimento integral para o período, líquido de imposto sobre o rendimento	26 635	26 427
Total Rendimento Integral	(331)	(70 379)
Rendimento integral		
Atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	(15 532)	(86 775)
Atribuível aos interesses que não controlam	15 201	16 398

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 30 de junho de 2015

Demonstração de Alterações no Capital Próprio	TOTAL	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses que não Controlam
Posição financeira em 01-01-2014	4 100 715	1 027 151	725 556	9 609	(16 197)	1 048 083	792 000	3 586 203	514 512
Ajustamentos e correções com efeitos retrospectivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 01-01-2014	4 100 715	1 027 151	725 556	9 609	(16 197)	1 048 083	792 000	3 586 203	514 512
Transações com proprietários no 1º semestre de 2014	(63 383)	-	6 250	556	-	735 194	(792 000)	(50 000)	(13 383)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(63 383)	-	6 250	556	-	735 194	(792 000)	(50 000)	(13 383)
Rendimento integral no 1º semestre de 2014	(70 379)	-	(593)	9 984	(25 585)	47 388	(117 970)	(86 776)	16 398
Resultado líquido do período	(96 804)	-	-	-	-	-	(117 970)	(117 970)	21 165
Outro rendimento integral	26 427	-	(593)	9 984	(25 585)	47 388	0	31 195	(4 767)
								-	
Posição financeira em 30-06-2014	3 966 954	1 027 151	731 213	20 149	(41 782)	1 830 667	(117 970)	3 449 427	517 527
								-	
Transações com proprietários no 2º semestre de 2014	3 464	-	0	(0)	0	(0)	(0)	(0)	3 464
Constituição e aumento de capital	4 031	-	-	-	-	-	-	-	4 031
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(567)	-	0	(0)	-	(0)	(0)	0	(567)
Rendimento integral no 2º semestre de 2014	(301 873)	0	32	(3 567)	33 694	(104 424)	(249 205)	(323 470)	21 597
Resultado líquido do período	(225 838)	-	-	-	-	-	(249 205)	(249 205)	23 367
Outro rendimento integral	(76 034)	0	32	(3 567)	33 694	(104 424)	-	(74 265)	(1 770)
								-	
Posição financeira em 31-12-2014	3 668 545	1 027 151	731 245	16 582	(8 087)	1 726 242	(367 176)	3 125 957	542 588
								-	
Transações com proprietários no 1º semestre de 2015	187 216	200 000	2 477	1 932	26	(371 611)	367 176	200 000	(12 784)
Realização de capital	201 096	200 000	-	-	-	-	-	200 000	1 096
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(13 880)	-	2 477	1 932	26	(371 612)	367 176	(0)	(13 880)
Rendimento integral no 1º semestre de 2015	(331)	0	(2 123)	(4 658)	(2 098)	39 168	(45 822)	(15 532)	15 201
Resultado líquido do período	(26 965)	-	-	-	-	-	(45 822)	(45 822)	18 856
Outro rendimento integral	26 635	0	(2 123)	(4 658)	(2 098)	39 168	-	30 291	(3 655)
Posição financeira em 30-06-2015	3 855 429	1 227 151	731 600	13 856	(10 160)	1 393 799	(45 822)	3 310 424	545 005
Dividendos distribuídos em 2015 (a acionistas da empresa-mãe)	0								
N.º de ações do capital	400 000 000								
Dividendos por ação (euros)	0,00								

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1 894 810	1 666 193
Pagamentos a fornecedores		(1 139 942)	(1 199 619)
Pagamentos ao pessoal		(282 488)	(266 021)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		472 380	200 553
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento		(21 467)	(24 887)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional		(191 221)	131 606
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	4	259 692	307 271
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos fixos tangíveis		818	1 334
Propriedades de investimento		6 789	-
Ativos fixos intangíveis		2	-
Investimentos financeiros		3 347	182 991
Subsídios ao investimento		32 065	44 136
Juros e rendimentos similares		6 262	8 062
Empréstimos concedidos		1 500	-
Dividendos		10 330	36 774
		61 113	273 297
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos fixos tangíveis		(33 923)	(15 660)
Propriedades de investimento		(433)	(3 577)
Outros ativos intangíveis		(82 290)	(94 562)
Investimentos financeiros		(5 593)	(13 191)
Empréstimos concedidos		-	(1 400)
Outros ativos		-	(0)
		(122 239)	(128 391)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	4	(61 126)	144 906
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	22	201 581	2 376
Financiamentos obtidos		403 316	1 002 993
Juros e rendimentos similares		70	307
Outras operações de financiamento		1	-
		604 968	1 005 676
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(622 077)	(1 201 374)
Contratos de locação financeira		(50 967)	(47 961)
Juros e gastos similares		(111 928)	(131 252)
Dividendos		(13 799)	(53 062)
Outras operações de financiamento		-	(2 663)
		(798 770)	(1 436 311)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	4	(193 802)	(430 635)
Variações de caixa e seus equivalentes			
Das quais provenientes de unidades operacionais descontinuadas	53	4 764	21 542
Efeito das diferenças de câmbio		(21 985)	6 652
		(153)	(31 380)
Caixa e seus equivalentes no início do período		515 693	758 122
Caixa e seus equivalentes no fim do período		520 303	748 285

Reconciliação da Caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Caixa e seus equivalentes no fim do período		520 303	748 285
Descobertos bancários	25	212 454	183 820
Outros		(5 543)	65
Caixa e seus equivalentes classificados como ativos não correntes detidos para venda	21	(263 970)	(55 749)
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	20	463 244	876 419

Notas às demonstrações financeiras

1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (abreviadamente designada por Empresa ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- a) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- b) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- c) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- d) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- e) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- f) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades que foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados oito segmentos de negócio: (i) PARPÚBLICA; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas; (vi) Águas e Resíduos; (vii) Mercados Abastecedores; e (viii) Diversos.

Relato por segmentos

Rubricas	30-Jun-15										Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	SGPS	Atividades Operativas								Total		
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos				
Ativos												
Ativos Não Correntes	7 904 767	672 535	96 076	59 440	0	5 829 130	134 641	103 064	6 894 886	(2 150 495)	12 649 159	
Ativos Correntes	133 313	1 003 944	13 143	68 782	1 610 012	1 689 051	2 909	22 150	4 409 991	(51 701)	4 491 603	
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>4 824</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1 610 012</i>	<i>898 567</i>	<i>712</i>	<i>11 261</i>	<i>2 520 553</i>	<i>2 160</i>	<i>2 527 536</i>	
Ativos totais	8 038 080	1 676 479	109 219	128 223	1 610 012	7 518 181	137 550	125 214	11 304 878	(2 202 196)	17 140 762	
Passivos												
Passivos Não Correntes	4 074 309	369 500	16 862	29 657	0	4 563 415	106 566	78 172	5 164 172	(394 059)	8 844 423	
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	<i>3 894 872</i>	<i>320 698</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>2 112 546</i>	<i>65 422</i>	<i>77 804</i>	<i>2 576 470</i>	<i>(383 111)</i>	<i>6 088 230</i>	
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>10</i>	<i>-</i>	<i>1 635 070</i>	<i>15 516</i>	<i>-</i>	<i>1 650 596</i>	<i>-</i>	<i>1 650 596</i>	
Passivos Correntes	1 136 650	105 429	2 468	20 453	2 235 186	1 604 488	9 989	14 744	3 992 757	(688 496)	4 440 911	
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>625 174</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>2 235 186</i>	<i>759 254</i>	<i>-</i>	<i>3 349</i>	<i>2 997 789</i>	<i>(627 427)</i>	<i>2 995 536</i>	
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	<i>21 026</i>	<i>57 086</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>623 175</i>	<i>4 640</i>	<i>8 199</i>	<i>693 100</i>	<i>(43 185)</i>	<i>670 941</i>	
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1 010</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>471</i>	<i>-</i>	<i>1 482</i>	<i>-</i>	<i>1 482</i>	
Passivos totais	5 210 959	474 929	19 330	50 110	2 235 186	6 167 903	116 555	92 916	9 156 930	(1 082 555)	13 285 334	
Capital Próprio do Grupo	2 827 121	1 200 125	89 888	78 113	-631 043	817 605	20 783	27 471	1 602 943	(1 119 641)	3 310 424	
Interesses que não controlam	0	1 426	-	-	5 869	532 673	211	4 827	545 005	-	545 005	
Capital Próprio	2 827 121	1 201 550	89 888	78 113	-625 174	1 350 278	20 994	32 298	2 147 948	(1 119 641)	3 855 429	

31-Dez-14 (Reexpresso)											
Rubricas	SGPS		Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Ativos											
Ativos Não Correntes	7 753 698	684 034	96 462	61 049	-	5 771 151	137 413	114 561	6 864 671	(2 125 590)	12 492 779
Ativos Correntes	80 028	1 060 561	13 029	69 661	1 560 397	1 721 179	3 029	14 876	4 442 732	(45 920)	4 476 842
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	0	0	0	0	1 560 397	928 619	712	0	2 489 728	10 070	2 499 799
Ativos totais	7 833 726	1 744 596	109 491	130 711	1 560 397	7 492 330	140 441	129 437	11 307 403	(2 171 509)	16 969 621
Passivos											
Passivos Não Correntes	4 025 034	411 436	16 579	29 759	-	4 565 740	109 688	81 177	5 214 380	(428 544)	8 810 870
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	3 821 618	373 519	-	0	-	2 139 653	67 687	80 806	2 661 665	(428 544)	6 054 739
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	-	-	10	-	1 630 393	15 753	-	1 646 157	-	1 646 157
Passivos Correntes	1 225 891	121 312	2 487	13 385	2 072 257	1 598 925	10 981	15 524	3 834 870	(570 557)	4 490 205
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	511 860	-	-	-	2 072 257	787 387	-	-	2 859 644	(511 860)	2 859 644
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	221 134	54 233	-	0	-	598 893	5 344	6 965	665 435	(51 343)	835 226
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	0	0	1 085	-	-	-	466	0	1 550	-	1 551
Passivos totais	5 250 924	532 748	19 066	43 144	2 072 257	6 164 665	120 669	96 701	9 049 250	(999 101)	13 301 076
Capital Próprio do Grupo	2 582 802	1 210 478	90 425	87 567	-519 795	799 327	19 797	27 767	1 715 565	(1 172 409)	3 125 957
Interesses que não controlam	0	1 370	-	-	7 935	528 338	(25)	4 969	542 588	-	542 588
Capital Próprio	2 582 802	1 211 848	90 425	87 567	-511 860	1 327 665	19 772	32 736	2 258 153	(1 172 409)	3 668 545

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

1º semestre de 2015											
Rubricas	SGPS		Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	422	81 857	1 304	42 643	1 183 120	402 855	7 610	5 147	1 724 535	(584)	1 724 373
Subsídios à exploração	-	15	1 000	-	293	203	-	-	1 511	-	1 511
Ganhos e perdas imputados de associadas	3 256	-	-	-	(632)	-	-	-	(632)	-	2 624
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	48 083	-	-	-	-	-	-	-	-	(37 753)	10 330
Ganhos em alienações de participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(1 070)	1 267	2 903	2 083	5 980	1	-	11 164	-	11 163
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(47 977)	(1 731)	(12 687)	(126 773)	(15 753)	-	-	(204 921)	-	(204 921)
Fornecimentos e serviços externos	(1 377)	(5 042)	(1 432)	(7 169)	(841 806)	(115 933)	(1 546)	(1 267)	(974 196)	616	(974 957)
Gastos com o pessoal	(1 392)	(2 520)	(1 288)	(10 025)	(284 144)	(70 287)	(850)	(378)	(369 493)	-	(370 885)
Ajustamentos de inventários	-	(0)	-	45	148	-	-	-	193	-	193
Provisões	(113 804)	(114)	-	-	621	183	(13)	-	677	113 314	187
Imparidade (reversão) de ativos não depreciáveis / amortizáveis	-	(69)	(8)	10	(1 867)	(20 603)	(0)	-	(22 537)	-	(22 537)
Aumentos / reduções de justo valor	121 796	(1 006)	186	-	(201)	3 321	-	298	2 598	-	124 394
Outros rendimentos e ganhos	8 569	7 452	1 545	668	25 805	23 773	123	201	59 568	(8 470)	59 667
Outros gastos e perdas	(30)	(6 350)	(143)	(2 891)	(25 510)	(5 817)	(427)	(1)	(41 139)	-	(41 169)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	65 523	25 176	699	13 498	(68 863)	207 922	4 898	4 001	187 330	67 122	319 974
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(37)	(412)	(568)	(2 286)	(32 493)	(122 354)	(2 545)	(2 610)	(163 269)	-	(163 306)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	(3 085)	26	-	-	-	-	-	-	26	-	(3 059)
Subsídios ao investimento	-	-	75	-	-	36 011	232	-	36 317	-	36 317
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	62 400	24 789	206	11 211	(101 356)	121 579	2 584	1 391	60 405	67 122	189 926
Juros suportados	(92 501)	(7 678)	-	(8)	(20 816)	(37 053)	(466)	(1 800)	(67 821)	-	(160 322)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(6 439)	0	-	-	(14 568)	(4 745)	(74)	-	(19 387)	8 440	(17 386)
Resultado antes de impostos	(36 539)	17 112	206	11 203	(136 740)	79 781	2 044	(411)	(26 804)	75 561	12 218
Imposto sobre o rendimento do período	(0)	(3 786)	(283)	(3 147)	(4 152)	(26 962)	(821)	(31)	(39 182)	-	(39 183)
Resultado líquido do período	(36 539)	13 325	(77)	8 056	(140 892)	52 819	1 223	(442)	(65 986)	75 561	(26 965)
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	58	-	-	2 088	16 620	236	-142	18 858	-	18 858
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(36 539)	13 268	(77)	8 056	(142 980)	36 199	988	(298)	(84 844)	75 561	(45 822)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	-	-	-	-	-140 892	2 978	-	-	(137 914)	-	(137 914)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	-	-	-	-	-142 980	1 670	-	-	(141 310)	-	(141 310)

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

1º semestre de 2014 (Reexpresso)											
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado	
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos			Total
Vendas e serviços prestados	-	39 987	1 253	40 246	1 191 852	387 882	7 827	4 454	1 673 500	(120)	1 673 381
Subsídios à exploração	-	8	994	-	1 694	145	-	-	2 841	-	2 841
Ganhos e perdas imputados de associadas	6 414	-	-	-	(916)	-	-	-	(916)	-	5 499
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	74 879	-	-	-	-	-	-	-	-	(38 234)	36 645
Ganhos em alienações de participações	(20 376)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20 376)
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própr	-	(44)	1 089	2 391	13 811	6 227	-	-	23 475	-	23 474
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(11 212)	(1 313)	(10 945)	(111 227)	(14 770)	-	-	(149 467)	-	(149 467)
Fornecimentos e serviços externos	(1 073)	(5 336)	(1 501)	(6 349)	(817 093)	(113 145)	(1 563)	(679)	(945 666)	137	(946 602)
Gastos com o pessoal	(863)	(3 012)	(1 273)	(9 251)	(277 428)	(68 871)	(847)	(351)	(361 032)	-	(361 895)
Ajustamentos de inventários	-	4 866	-	3	540	-	-	-	5 409	-	5 409
Provisões	(84 398)	101	-	-	(801)	(48)	21	-	(727)	84 398	(727)
Imparidade (reversão) de ativos não depreciáveis / amortizáveis	29	(75)	(24)	192	(4 408)	(827)	8	-	(5 134)	-	(5 105)
Aumentos / reduções de justo valor	(13 653)	-	186	-	-	(688)	-	213	(289)	-	(13 942)
Outros rendimentos e ganhos	14 787	5 564	1 441	1 023	28 483	25 242	210	195	62 158	(11 535)	65 411
Outros gastos e perdas	(2 281)	(3 386)	(166)	(2 161)	(26 049)	(6 279)	(218)	(3)	(38 263)	-	(40 544)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(26 534)	27 459	687	15 150	(1 542)	214 868	5 439	3 829	265 890	34 647	274 002
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(19)	(460)	(566)	(2 383)	(54 092)	(123 621)	(2 494)	(2 643)	(186 261)	-	(186 280)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	-	-	75	-	-	36 524	236	-	36 835	-	36 835
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(26 553)	26 999	196	12 767	(55 634)	127 771	3 180	1 185	116 464	34 647	124 558
Juros suportados	(105 200)	(10 602)	-	(0)	(23 106)	(47 593)	(904)	(2 101)	(84 306)	-	(189 507)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(8 521)	(0)	-	-	(1 789)	(3 078)	(84)	-	(4 952)	11 517	(1 956)
Resultado antes de impostos	(140 273)	16 396	196	12 767	(80 529)	77 100	2 192	(916)	27 206	46 164	(66 905)
Imposto sobre o rendimento do período	(12)	(4 032)	(39)	(3 164)	(1 283)	(20 427)	(929)	(14)	(29 888)	-	(29 899)
Resultado líquido do período	(140 285)	12 364	157	9 603	(81 812)	56 672	1 263	(930)	(2 683)	46 164	(96 804)
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	38	-	-	1 636	19 249	233	9	21 165	-	21 165
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(140 285)	12 326	157	9 603	(83 448)	37 422	1 030	(939)	(23 849)	46 164	(117 970)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	18 902	-	-	-	-81 812	2 698	-	-	(79 114)	-	(60 214)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	18 902	-	-	-	-83 448	1 323	-	-	(82 125)	-	(63 225)

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a - Introdução

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das empresas do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do regime de acréscimo e estão apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2ab.

2b – Alterações nas políticas contabilísticas

2bi Novas normas, interpretações e alterações, já em vigor em 30 de junho de 2015

- **Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)** > Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro)** > Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais** – Exceções do âmbito para acordos conjuntos > As emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
 - **IFRS 13 Mensuração pelo justo valor** – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”)> No contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
 - **IAS 40 Propriedades de investimento** – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13> As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

As alterações e emendas nas normas acima referidas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

2bii Novas normas, interpretações e alterações, em vigor após 30 de junho de 2015

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro)** > Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição** > As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente** > As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
 - **IFRS 8 Segmentos Operacionais** > As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais;

e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.

- **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência** > As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.
- **IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro)** > As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Não são expectáveis impactes relevantes nas demonstrações financeiras que decorram destas alterações, quando forem aplicáveis.

2c - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas das entidades integradas no Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e balanço intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2e.

2d - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de compra. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

2e - Subsidiárias

Foram consideradas como subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se que a PARPÚBLICA tem controlo quando tiver cumulativamente: (i) poder sobre a subsidiária; (ii) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a

subsidiária; (iii) a capacidade de usar o seu poder sobre a subsidiária para afetar o valor dos resultados para os investidores. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA possui direta ou indiretamente através de subsidiárias, mais de metade do poder de voto de uma entidade.

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2015	31 Dez 2014
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,00%	81,00%
CE – Circuito do Estoril, SA (a)	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. E participação em investimentos mobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A. (b)	Lisboa	Gestão de participações sociais e prestação de serviços	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	Empresa objeto de fusão com PARPÚBLICA	100,00%
SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados abastecedores, S.A.	S. Julião do Tojal	Promoção, construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A (a).	Lisboa	Gestão das participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquasis, S.A.	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A. EGF AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,98% 0,01% 0,01%	54,98% 0,01% 0,01%
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF) (a)	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2015	31 Dez 2014
AdP Energias, S.A. (Reciclamas – Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Timor, S.A. (c)	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Évora	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Centro, S.A.	Castelo Branco	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,00%	70,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	56,66%	56,66%
Águas do Mondego, S.A.	Taveiro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Norte Alentejano, S.A.	Portalegre	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Oeste, S.A.	Óbidos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,08%	70,08%
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	87,46%	87,46%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2015	31 Dez 2014
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AGDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água “em alta”	AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Sanest, S,A	Cascais	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simarsul, S.A.	Setúbal	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simlis, S.A.	Leiria	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,16%	70,16%
Simria, S.A.	Aveiro	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	67,72%	67,72%
Simtejo S.A.	Lisboa	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	50,50%
Simdouro S.A.	Vila Nova de Gaia	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Algar, S.A.	Faro	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,00%	56,00%
Amarsul, S.A.	Palmela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Ersuc, S.A	Coimbra	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,46%	51,46%
Resiestrela, S.A.	Serra da Estrela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	62,95%	62,95%
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Resulima, S.A.	Viana do Castelo	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2015	31 Dez 2014
Suldouro, S.A.	Sermonde	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	60,00%	60,00%
Valnor, S.A.	Avis	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	53,33%	53,33%
Valorlis, S.A.	Leiria	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorminho, S.A.	Valença	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorsul, S.A.	São João da Talha	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	55,08%	55,63%
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal Imobiliário Turístico e Cingético, SA	Lisboa	Desenvolvimento agro-florestal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,13%	81,13%
BAÍA DO TEJO, S.A. (ex-QUIMIPARQUE – Parques Empresariais, S.A.)	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AMBISIDER - Recuperações Ambientais, S.A.	Paio Pires	Desmantelamento de inst. industriais e recup. Ambiental	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008 SNESGES, S.A.)	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008) URBINDÚSTRIA, S.A.	51,00%	51,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo	Lisboa	Fundo Imobiliário	SAGESECUR, S.A. ESTAMO, SGPS, S.A.	99,97% 0,03%	99,97% 0,03%
CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	PARPÚBLICA, SGPS, S.A. SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00% -	- 100,00%
ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	PARPÚBLICA, SGPS, S.A. SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00% -	- 100,00%
FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	PARPÚBLICA, SGPS, S.A. SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00% -	- 100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (a)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2015	31 Dez 2014
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
CATERINGPOR - Catering de Portugal, S.A.	Lisboa	Catering	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A.	Lisboa	Exploração de “free shop”	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
MEGASIS - Soc. de Serviços e Engenharia Informática, S.A.	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
Aeropar Participações, S.A.	Brasil	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A. PORTUGÁLIA	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%
PORTUGÁLIA – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“PORTUGÁLIA”)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	Aeropar Participações TAP, SGPS, S.A.	47,64% 51,00%	47,64% 51,00%
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	87,87%
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARB	SIMAB, S.A.	83,35%	83,35%
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARF	SIMAB, S.A.	74,68%	74,68%
MARE – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARE	SIMAB, S.A.	68,85%	68,85%

(a) – Entidade classificada como ativo não corrente detido para venda.

(b) – Procedeu-se à fusão realizada mediante a transferência para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA da globalidade do património da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SGPS, SA, com efeito contabilístico a 1 de janeiro de 2015, património esse que incluía as participações na Estamo, Consset e Fundiestamo (que passam agora a ser diretamente detidas pela PARPÚBLICA);

(c) – Em 2014 foi reativada a atividade da empresa AdP Timor-Leste, que estava inativa desde 2006.

2f - Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA exerça influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das associadas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas, incluindo aquelas cujas participações estão classificadas nos ativos não correntes detidos para venda (vide nota 21), são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				30 Jun 2015	31 Dez 2014
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
Parcaixa, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	49,00%	49,00%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	Faro	Desenvolvimento de empreendimentos turísticos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,05%	31,05%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavente	Produção e comercialização de arroz	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	27,12%	27,12%
CRL – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	Benavente	Receção, triagem e primeira transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	20,00%	20,00%
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	Lisboa	Serviços de Certificação Eletrónica	INCM	20,00%	20,00%
Trevoeste (a)	Alcobaça	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS	43,24%	43,24%
Miese (a)	Vila Real		AdP Energias, S.A.	40,00%	40,00%
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda (b)	Angola	Exploração, prospeção e extração de diamantes.	SPE, S.A.	49,00%	49,00%
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	Handling	TAP SGPS, SA PORTUGÁLIA	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%
Propnery – Propriedade e Equipamentos, S.A.	Castelo Branco	Gestão de investimentos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	41,82%	41,82%

- (a) Entidade sem atividade desde 2014, em fase de liquidação
 (b) Empresa sem atividade e situação de falência

Informação financeira resumida das associadas:

Valores em milhares de euros

Empresas Participadas	Ativo 30 Jun 2015	Ativo 2014	Passivo 30 Jun 2015	Passivo 2014	Total rendimentos e ganhos 30Jun2015	Total rendimentos e ganhos 30Jun2014	Resultado líquido 30 Jun 2015	Resultado líquido 30 Jun 2014
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	3	3	3	3	-	-	-	-
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	44 271	39 331	32 842	28 037	19 633	17 642	135	-64
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A. (iii)	191	191	3	3	N.d.	N.d.	-9	N.d.
Miese	7	13	28	28	N.d.	-	-19	-9
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	3 068	2 730	1 280	1 427	2 501	-	512	-
ORIVÁRZEA, S.A.	15 349	15 349	7 916	7 916	21 192	20 427	730	662
Parcaixa, SGPS, S.A.	975 922	974 025	14 529	14 148	7 368	14 458	6 734	12 520
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. ("SPdH")	25 256	25 368	25 828	25 087	52 356	50 044	147	-2 619
Propnery - Propriedades e Equipamentos, S.A.	3 248	3 338	731	718	101	99	-103	-113
Trevoeste, S.A. (i) (ii)	N.d	3 201	N.d	787	N.d	N.d	N.d	(40)

(i) - Empresa sem atividade

(ii) - Últimos dados disponíveis relativos a 2013

(iii) - Últimos dados disponíveis relativos a 31 de dezembro de 2014

N.d. - informação não disponível

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é depois ajustado em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos das investidas detidos pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem a sua quota-parte nos resultados das investidas e o outro rendimento integral do Grupo inclui a sua quota-parte no outro rendimento integral das investidas.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos por conta da associada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

2g – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos do Grupo PARPÚBLICA são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Terrenos e recursos naturais	5 a 10
Edifícios e outras construções	4 a 50
Equipamento básico	3 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 20
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a sua quantia recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

A quantia recuperável é determinada como a mais elevada entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e (ii) é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

2h – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

2i - Goodwill

O goodwill representa o excesso do agregado: (i) da retribuição transferida, que geralmente exige o justo valor à data de aquisição; ii) da quantia de qualquer interesse que não controla na adquirida; e iii) numa concentração de atividades empresariais alcançada por fases, do justo valor à data de aquisição do interesse de capital próprio anteriormente detido da adquirente na adquirida, sobre o líquido das quantias à data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos ativos intangíveis e o de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o efeito do *goodwill* referente à mesma.

2j – Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Outros ativos intangíveis	Vida útil
Despesas de desenvolvimento	3
Propriedade industrial e outros direitos	3 a 10
Software	3
Direito de concessão	50

2k – Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o *goodwill*. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido

alocado *goodwill*, a perda será imputada em primeiro lugar ao *goodwill* sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de venda, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registada.

2l – Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o montante a registar em inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

2m – Outros ativos financeiros

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 39 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objetivo para o qual esse ativo foi adquirido:

- Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo PARPÚBLICA com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente nos lucros ou prejuízos.

- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo PARPÚBLICA tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente no capital próprio, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos) são mensurados pelo custo.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

O Grupo PARPÚBLICA avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as categorias de ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas diretamente nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao

ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida.

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, bem como, de investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efetuada por via dos resultados.

2n – Inventários

Os Inventários são mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em existências.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados previamente de acordo com a IAS 41, conforme referido na nota 2I.

2o – Caixa e depósitos bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2p – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável dentro de um ano após a classificação.

Espera-se que as vendas dos ativos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Podem existir acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de venda. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as

respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos ativos até à quantia inicial.

A participação financeira no Grupo TAP, a participação financeira no Circuito do Estoril, os terrenos da MARF e MARB do Grupo SIMAB e a participação detida pelo Grupo AdP no Capital da EGF - Empresa Geral do Fomento foram classificadas como detidas para venda, conforme se evidencia na nota 21.

2q – Instrumentos de capital próprio da entidade

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

2r – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta sendo que como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2s – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado.

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo PARPÚBLICA.

Um relacionamento de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objetivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto.
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular.
- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transação prevista que seja o objeto da cobertura tem de ser altamente provável e apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.
- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados.
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, a quantia escriturada desse ativo ou passivo, determinada com base na respetiva política contabilística, é ajustada por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é classificado como instrumento de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o ativo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida no capital próprio, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados do período. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura não se efetuará, os montantes registados no capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados no período.

As operações de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do investimento líquido, são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa. O ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura relacionado com a porção eficaz da cobertura que tenha sido reconhecida diretamente no capital próprio é reconhecido nos resultados aquando da alienação da unidade operacional estrangeira.

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício.

2t – Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2u – Benefícios dos empregados

O Grupo PARPÚBLICA atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA determina o deficit ou excedente (o valor atual da obrigação de benefícios definidos, menos o justo valor dos ativos do plano (caso existam), (i) usando uma técnica atuarial, o método da unidade de crédito projetada, para fazer uma estimativa fiável do custo final que representa para a entidade o benefício que os empregados obtiveram em troca do seu serviço no período em curso e em períodos anteriores; (ii) descontando esse benefício de modo a determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do custo corrente do serviço, e (iii) deduzindo o justo valor de quaisquer ativos do plano do valor presente da obrigação de benefícios definidos.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente.

Custos de serviços passados são reconhecidos nos resultados no período de alterações no plano. O montante de juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Custos de benefícios definidos compreendem:

- Custo do serviço (incluindo custo de serviço corrente, custo de serviço passado e ganhos e perdas aquando da liquidação), a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Juro líquido sobre o passivo (ativo) líquidos de benefícios definidos, a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, que incluem (i) ganhos e perdas atuariais, (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, e (iii) qualquer variação do efeito do limite máximo dos ativos, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos), a reconhecer em outro rendimento integral.

Na determinação das responsabilidades, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
 - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
 - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - (i) a taxa de desconto;
 - (ii) níveis de ordenados futuros e de benefícios;
 - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e
 - (iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2v – Locações

O Grupo PARPÚBLICA classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, ou pelo montante atual das rendas de locação vincendas, se menor. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta no balanço os ativos locados a terceiros (locação operacional) de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

2w – Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo PARPÚBLICA tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo PARPÚBLICA não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso de ativos do Grupo PARPÚBLICA que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo PARPÚBLICA (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Os rendimentos e gastos dos contratos de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, de acordo com o regime do acréscimo e em conformidade com o método do juro efetivo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de reprivatização de ativos que suportam.

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 21.

2x – Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresarias; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Ativos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

2y – Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

2z – Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de maio, e DL 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, as empresas do Grupo com atividades reguladas adotaram as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o novo IFRS emitido pelo IASB sobre atividades reguladas). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

A atividade das empresas Multimunicipais do Grupo AdP é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a

reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

É entendido que se encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual, bem como o registo dos desvios tarifários. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

a) Desvio tarifário ativo e passivo

Os contratos de concessão das empresas do Grupo AdP estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos, em termos anuais, baseados na completa recuperação dos custos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias. Potencialmente, a esta remuneração ainda pode acrescer uma remuneração relativa a ganhos de produtividade.

Assim, anualmente o Grupo AdP efetua o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do rédito do desvio tarifário corresponde ao crédito ou ao débito a fazer ao rédito das atividades reguladas por forma a que este revele os rendimentos necessários ao cumprimento do disposto contratualmente relativamente à recuperação integral dos custos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Se a diferença for positiva (tarifa praticada > tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário negativo que deve ser levado a débito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao débito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

Se a diferença for negativa (tarifa praticada < tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário positivo que deve ser levado a crédito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao crédito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

b) Acréscimos de custos para investimentos contratuais e política de amortizações

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão e da parceria.

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, normalmente fazem-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

Estas amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos, iniciais e ainda por realizar, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade. São registadas nos resultados por contrapartida de amortizações acumuladas e de acréscimos de custos para investimentos contratuais regulados no passivo.

2aa – Serviços no âmbito de concessões de águas e resíduos

As empresas concessionárias do Grupo AdP exercem atividades que constituem serviços de interesse económico geral (30 concessões multimunicipais e parcerias – 11 de resíduos e 19 de água e saneamento).

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo concedente	Remuneração acionista	
					Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Águas do Algarve	Concessão	30 anos	2001-2031	37 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	35 anos	2001-2035	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Trás-os-Montes	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	-	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	50 anos	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Algar	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Amarsul	Concessão	25 anos	1997-2022	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Ersuc	Concessão	33 anos	1997-2030	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resiestrela	Concessão	25 anos	2003-2027	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resinorte	Concessão	30 anos	2009-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resulima	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Suldouro	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorlis	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorminho	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorsul	Concessão	25 anos	2011-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valnor	Concessão	35 anos	2001-2036	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração acionista incide, para além do capital social e da reserva legal, quando aplicável, sobre a remuneração e dívida (dividendos não distribuídos).

Das atividades exercidas pelo Grupo AdP são reguladas as atividades desenvolvidas em regime de concessão pelos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos (serviços em “alta”). Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As concessões geridas pelo Grupo AdP são do tipo BOT (Built-Operate-Transfer), e genericamente incluem a receção de infraestruturas já edificadas pelos municípios (mediante o pagamento ou não de uma contrapartida), a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo da concessão estas infraestruturas são transferidas de novo ao concedente em pleno estado de utilização. Por não deter o pleno usufruto das infraestruturas (por exemplo existem restrições no que concerne à sua venda, dação como garantia, etc.), estas são classificadas como ativo intangível ao abrigo da IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços.

Contratualmente, as concessões assentam em modelos tendentes à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado. No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, as empresas do Grupo AdP concessionárias de SMM ou gestoras de parcerias classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

De acordo com o IFRIC 12, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. Saliente-se ainda que o Grupo AdP, na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada das empresas do Grupo AdP, o rédito reconhecido é aquele que resulta estritamente da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, mais ou menos o desvio tarifário subjacente, tal como previsto nos contratos de concessão, pelo que não é reconhecido o rédito de serviços de construção.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados

com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à sua disponibilização para uso.

As despesas que se materializem em expansão ou modernização das infraestruturas iniciais, por via da regulação económica das concessões, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), sendo desta forma contabilizadas como parte do ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data, pelo que estes montantes são classificados como ativos financeiros (valor a receber, descontado).

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas da UNA-PD são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. As amortizações nas empresas da UNR são calculadas tendo por base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro.

2ab – Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma

regular. As referidas avaliações foram realizadas com base nos seguintes métodos: método do rendimento, método do valor residual, método do custo e método de comparação de mercado.

Imparidade

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contabilística indicada na nota 2k. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “*mark-to-market*” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de especialistas, tendo como *inputs* designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

Provisões

As provisões são reconhecidas pelo Grupo para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa disponível no fim do período do relato. Sempre que a estimativa não seja possível ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatarem.

2ac – Especificidades ao abrigo da IAS 34 (relato financeiro intercalar)

A IAS 34 prescreve o conteúdo mínimo de um relato financeiro intercalar e os princípios de reconhecimento e de mensuração em demonstrações financeiras completas ou condensadas para um período intercalar.

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a relato financeiro intercalar em base consolidada, apresentando demonstrações financeiras completas que seguem a disciplina da IAS 1 (IAS 34.9).

Ao abrigo da IAS 34.23, no reconhecimento, mensuração, classificação ou divulgação de itens para efeitos de relato financeiro intercalar, a materialidade é aferida com relação aos dados do período intercalar.

Na preparação de um relato financeiro intercalar, as mensurações poderão fazer uso de estimativas em maior extensão do que as utilizadas para efeitos de relato financeiro anual (IAS 34.41).

As demonstrações financeiras intercalares seguem as mesmas políticas contabilísticas e métodos de cálculo aplicados nas mais recentes demonstrações financeiras anuais.

3 - Reexpressões e reclassificações

A reexpressão efetuada a 31 de dezembro de 2014 resulta de uma reclassificação de itens do balanço respeitantes à AdP. Assim, a linha Ativos por impostos diferidos (ativo não corrente) passou de 229 872 milhares de euros para 230 460 milhares de euros e Estado e Outros Entes Públicos (passivo corrente) passou de 32 367 milhares de euros para 32 954 milhares de euros..

A reexpressão efetuada nos resultados do 1º semestre de 2014 consiste numa reclassificação de rendimentos financeiros não relacionados com financiamentos obtidos da rubrica de juros e rendimentos similares para a rubrica de outros rendimentos e ganhos.

4 - Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional respeitam essencialmente ao segmento do Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, traduzindo os recebimentos de clientes num peso de 74% (1º semestre de 2014: 77%) sobre o total. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 86% (1º semestre de 2014: 88%) e de 82% (1º semestre de 2014: 83%), respetivamente.

As atividades de investimento respeitam essencialmente a operações do Grupo AdP e do Grupo TAP.

As atividades de financiamento e respeitam as operações da PARPÚBLICA, do Grupo AdP e do Grupo TAP. A realização de capital respeitam na sua totalidade ao realização parcial do capital social por parte do Estado (DGTF) no montante de 200 milhões de euros (vide nota 22).

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas apresentam-se na nota 53.

5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis	30-Jun-15									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	288 389	502 949	1 131 135	7 656	77	49 921	133 905	11 406	61 258	2 186 696
Adições	2	82	492	31	-	1 017	143	2 918	-	4 683
Transferência para Detidos para venda	(9 669)	(26 290)	(538)	(129)	(73)	(225)	(34)	(194)	-	(37 151)
Alienações	(388)	-	(370)	(81)	-	(17)	(7)	-	-	(862)
Outras transferências/abates	-	848	1 546	(41)	(1)	(191)	68	(3 142)	-	(913)
Diferenças câmbio	-	-	-	(1)	-	(5)	(6)	-	-	(12)
Saldo final	278 334	477 590	1 132 265	7 434	4	50 501	134 069	10 988	61 258	2 152 442
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	1 226	257 819	615 900	7 139	74	44 799	62 812	1	-	989 770
Adições	87	6 930	10 608	118	-	1 073	2 760	-	-	21 577
Transferência para Detidos para venda	-	(6 229)	(505)	(128)	(72)	(184)	(23)	-	-	(7 141)
Perdas Imparidade reconhecidas	-	-	369	-	-	-	-	-	-	369
Alienações	-	-	(330)	(81)	-	(17)	(5)	-	-	(432)
Outras transferências/abates	-	9	(693)	(42)	1	(234)	6	-	-	(954)
Diferenças câmbio	-	-	-	(3)	-	(4)	(6)	-	-	(13)
Saldo final	1 313	258 529	625 350	7 003	3	45 433	65 545	1	-	1 003 176
Perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial	21 152	19 113	16	-	-	7	(554)	386	-	40 120
Transferência para Detidos para venda	(4 489)	(19 150)	-	-	-	-	-	(386)	-	(24 025)
Perdas imparidade reconhecidas	2 624	461	-	-	-	-	-	-	-	3 085
Alienações	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26)
Saldo final	19 261	424	16	-	-	7	(554)	-	-	19 154
Valor líquido	257 760	218 637	506 899	431	1	5 062	69 078	10 987	61 258	1 130 112

Ativos fixos tangíveis	31-Dez-14									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	330 822	844 036	3 233 852	14 327	31 837	115 136	159 006	16 813	68 265	4 814 093
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	57	-	-	-	-	-	57
Adições	85	1 521	16 589	427	1 146	2 366	410	17 525	10 269	50 337
Transferência para Detidos para venda	(41 919)	(349 154)	(2 093 896)	(6 746)	(33 009)	(67 550)	(24 119)	(3 332)	(17 167)	(2 636 892)
Alienações	(973)	(33)	(1 975)	(117)	-	(15)	(45)	(3)	(11)	(3 171)
Outras transferências/abates	366	6 531	(24 628)	(406)	(14)	(60)	(1 350)	(19 619)	(98)	(39 278)
Diferenças câmbio	8	48	163	5	117	44	2	23	-	410
Saldo final	288 389	502 949	1 131 135	7 656	77	49 921	133 905	11 406	61 258	2 186 696
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	1 053	485 777	2 151 820	13 437	20 194	106 657	78 741	1	-	2 857 680
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	6	-	-	-	-	-	6
Adições	173	19 811	94 783	507	1 892	3 439	7 512	-	-	128 118
Transferência para Detidos para venda	-	(248 033)	(1 599 682)	(6 313)	(22 020)	(64 492)	(22 321)	-	-	(1 962 861)
Perdas Imparidade reconhecidas	-	-	1 984	-	-	-	-	-	-	1 984
Alienações	-	(19)	(1 859)	(98)	-	(14)	(36)	-	-	(2 026)
Outras transferências/abates	-	274	(31 970)	(403)	(13)	(825)	(1 086)	-	-	(34 024)
Diferenças câmbio	-	9	117	3	21	34	2	-	-	186
Saldo final	1 226	257 819	615 900	7 139	74	44 799	62 812	1	-	989 770
Perdas de Imparidade Acumuladas										
Saldo inicial	21 273	18 689	-	-	-	-	1 090	386	-	41 438
Perdas Imparidade reconhecidas	55	424	16	-	-	7	-	-	-	501
Perdas Imparidade revertidas	(94)	-	-	-	-	-	(1 644)	-	-	(1 738)
Alienações	(82)	-	-	-	-	-	-	-	-	(82)
Saldo final	21 152	19 113	16	-	-	7	(554)	386	-	40 120
Valor Líquido	266 011	226 017	515 219	517	3	5 115	71 648	11 019	61 258	1 156 806

Os Terrenos e edifícios (valores líquidos) a 30 de junho de 2015 incluem na sua maioria:

- 235 milhões de euros (31DEZ14: 238 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP;
- 116 milhões de euros (31DEZ14: 118 milhões de euros) relativos às diversas tipologias de edificações afetas ao exercício da atividade dos mercados abastecedores do Grupo SIMAB (pavilhões hortofrutícolas, armazéns, entrepostos e outros); e
- 58 milhões de euros (31DEZ14: 58 milhões de euros) relativos ao Grupo Baía do Tejo.

O Equipamento básico (valores líquidos) a 30 de junho de 2015 inclui na sua maioria equipamento de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP, no montante global de 502 milhões de euros (31DEZ14: 510 milhões de euros).

O montante de Equipamento de transporte (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 169 milhares de euros (31DEZ14: 239 milhares de euros), da Baía do Tejo, com 119 milhares de euros (31DEZ14: 122 milhares de euros) e da Companhia das Lezírias, com 107 milhares de euros (31DEZ14: 104 milhares de euros).

O montante de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 3,2 milhões de euros (31DEZ14: 3 milhões de euros) e da INCM, com 1,2 milhões de euros (31DEZ14: 1,4 milhões de euros).

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 57 milhões de euros (31DEZ14: 59,5 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à SAGESECUR; (ii) 8,8 milhões de euros (31DEZ14: 8,8 milhões de euros) referentes à INCM; e (iii) 2,3 milhões de euros (31DEZ14: 2,3 milhões de euros) do Grupo AdP.

Do total de aquisições realizadas durante o 1º semestre de 2015 (4,7 milhões de euros), o Grupo AdP contribuiu com 3,2 milhões de euros.

As transferências e abates da rubrica de Imobilizações em curso incluem essencialmente 2,3 milhões de euros do Grupo AdP.

A rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas (valores líquidos) refere-se a:

- adiantamentos efetuados pelo Grupo Baía do Tejo no montante de 56,8 milhões de euros (31DEZ14: 56,8 milhões de euros), relacionados com o valor do contrato promessa de compra e venda celebrado entre o Grupo Baía do Tejo e o Estado Português para a aquisição dos imóveis do complexo da Margueira; e
- adiantamentos efetuados pela Lazer e Floresta no montante de 4,5 milhões de euros (31DEZ14: 4,5 milhões de euros), relacionados com a aquisição de propriedades, aguardando-se a efetivação da escritura.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2015 no valor líquido de 6,0 milhões de euros correspondem ao Circuito Estoril, que passou a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 30 de junho de 2015.

O saldo inicial das perdas por imparidade acumuladas está maioritariamente relacionado com ativos da Companhia das Lezírias e Circuito do Estoril.

As depreciações do exercício (21,6 milhões de euros) decrescem significativamente uma vez que a TAP está classificada como ativo não corrente detido para venda. Em 2014, as depreciações do exercício incluíam 85 milhões de euros referentes à TAP, que posteriormente foram reclassificadas para ativos não correntes detidos para venda.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 no valor líquido de 674 milhões de euros correspondem a 673,7 milhões de euros do Grupo TAP e a 313 milhares de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 31 de dezembro de 2014.

6 - Propriedades de investimento

Propriedades de investimento	30-Jun-15	31-Dez-14
	Ao justo valor	Ao justo valor
Saldo inicial	535 512	545 833
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos	(1 008)	(20 684)
Aumentos - aquisições	204	17 553
Alienações	(6 863)	(4 204)
Transferências para ativos tangíveis	-	(27)
Transferência de/ para Detidos para venda	-	(2 139)
Outras variações	386	(821)
Saldo final	528 232	535 512
Total		

Propriedades de investimento (por nível da hierarquia do justo valor)	30-Jun-15	31-Dez-14
Nível 1 (preços cotados)	-	-
Nível 2 (outras fontes que não preços cotados, mas que sejam observáveis)	-	-
Nível 3 (fontes que não tenham por base o mercado observável)	528 232	535 512
	528 232	535 512

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de Investimento por entidade	30-Jun-15	31-Dez-14
Estamo	191 456	197 815
Consest	61 753	61 750
Grupo Baía do Tejo	126 397	126 193
Companhia das Lezírias	62 954	62 956
Fundo IIF Estamo	30 689	31 695
Lazer e Floresta	36 825	36 898
Grupo AdP	13 698	13 745
SIMAB	4 460	4 460
Total	528 232	535 512

O principal critério usado para distinguir Propriedades de investimento de Propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios provém do arrendamento.

O valor de perdas líquidas em Ajustamentos de justo valor, no montante de 1 milhão de euros, corresponde essencialmente às perdas provenientes do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo, relativas aos imóveis em carteira.

As alienações do semestre no montante de 6,9 milhões de euros correspondem essencialmente à venda de um imóvel em Lisboa pela Estamo (6,8 milhões de euros).

O montante identificado como Transferências de/para Detidos para venda, em 31 de dezembro de 2014, corresponde aos ativos do Grupo TAP incluídos no grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5 conforme descrito na nota 21.

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor de Propriedades de investimentos são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado – Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.
- Método do Custo – Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.
- Método do Rendimento – Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa *yield* (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual – Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao

conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (*cash flow*), sendo utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Os principais pressupostos assumidos na utilização do Método do Valor Residual e do Método do Rendimento são os seguintes:

Taxas de atualização por método/Subsidiária	Método do Rendimento	Método do Valor Residual
Estamo	Entre 5,50% e 9%	Entre 8,50% e 11,50%
Consest	n.a.	10%
Grupo Baía do Tejo	Entre 7% a 10%	n.a.
Companhia das Lezírias	5,25%	15%
Fundo IIF Estamo	n.a.	Entre 9% e 9,5%
Lazer e Floresta	Entre 8% e 10%	n.a.
SIMAB	n.a.	Entre 9% e 10,25%

7 - Goodwill

Goodwill	30-Jun-15		31-Dez-14		
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Transferência para Detidos para venda	Saldo final
Manutenção e Engenharia Brasil	-	-	129 940	(129 940)	-
Transporte Aéreo	-	-	63 099	(63 099)	-
AdP	84 934	84 934	95 005	(10 070)	84 934
Valorsul	-	-	3 307	(3 307)	-
Algar	-	-	130	(130)	-
Aquasis	210	210	210	-	210
Baía do Tejo	91	91	91	-	91
Simab	5 749	5 749	5 749	-	5 749
	90 984	90 984	297 530	(206 546)	90 984

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 correspondem ao montante de 193 milhões de euros do Grupo TAP e ao montante de 13,5 milhões de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

Para efeitos de teste de imparidade, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os testes de imparidade são efetuados numa base anual, tendo os mesmos sido efetuados com referência a 31 de dezembro de 2014 e não tendo ocorrido desenvolvimentos significativos no valor recuperável das UGCs durante o primeiro semestre de 2015.

8 – Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis (valores líquidos)	30-Jun-15			31-Dez-14		
	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total
Saldo inicial	3	4 003 412	4 003 415	3	4 688 572	4 688 575
Transferência para Detidos para Venda	-	-	-	-	(683 181)	(683 181)
Perdas Imparidade reconhecidas (sinal -)	-	-	-	-	663	663
Adições	-	79 415	79 415	-	140 903	140 903
Outras transferências/ abates	-	964	964	-	(12 204)	(12 204)
Amortizações	-	(68 525)	(68 525)	-	(131 338)	(131 338)
Diferenças Câmbio (sinal + ou -)	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldo final	3	4 015 266	4 015 269	3	4 003 412	4 003 415

Os outros ativos intangíveis advêm essencialmente do Grupo AdP num montante de 4 mil milhões de euros (31DEZ14: 4 mil milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) da unidade de negócio UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água).

As adições (79,4 milhões de euros), as outras transferências / abates (1 milhão de euros) e as amortizações (68,5 milhões de euros) advêm essencialmente do Grupo AdP. A unidade de negócio que mais contribuiu para este volume de investimentos foi a UNA-PD.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 correspondem ao montante de 738 milhares de euros do Grupo TAP e ao montante de 682,4 milhões de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

9 - Ativos biológicos

30-Jun-15							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	9 262	-	-	(229)	-	-	9 033
Eucaliptal	6 449	-	-	(841)	-	-	5 608
Bovinos reprodutores	607	-	(27)	-	-	-	581
	16 319	-	(27)	(1 070)	-	-	15 222
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	345	-	-	-	(8)	-	337
Vinha	862	16	-	-	(26)	-	852
Outros	22	-	-	-	(2)	-	21
	1 229	16	-	-	(35)	-	1 210
Total	17 548	16	(27)	(1 070)	(35)	-	16 432

30-Jun-15							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	755	-	113	-	-	-	868
Total	2 755	-	113	-	-	-	2 868

31-Dez-14							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	9 577	-	(196)	(119)	-	-	9 262
Eucaliptal	7 281	-	(139)	(693)	-	-	6 449
Bovinos reprodutores	659	-	(51)	-	-	-	607
	17 517	-	(385)	(812)	-	-	16 319
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	361	-	-	-	(16)	-	345
Vinha	661	252	-	-	(51)	-	862
Outros	26	-	-	-	(3)	-	22
	1 048	252	-	-	(71)	-	1 229
Total	18 564	252	(385)	(812)	(71)	-	17 548

31-Dez-14							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	0	-	-	-	-	-	0
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	797	-	(41)	-	-	-	755
Total	2 797	-	(41)	-	-	-	2 755

Os principais ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e montado de sobre), o olival, a vinha e ainda os bovinos reprodutores.

A floresta, com exceção do montado de sobro, encontra-se registada ao justo valor calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 3 460 hectares (3 493 hectares em 31DEZ14); (ii) de Eucalipto, 3 938 hectares (4 432 hectares em 31DEZ14) e (iii) de Sobreiros, 8 287 hectares (8 287 hectares em 31DEZ14).

Em virtude do montado de sobro ser um ativo sujeito a regime condicionante, o ativo montado de sobro encontra-se classificado como um ativo fixo tangível.

Os Ativos biológicos, olival e vinha, encontram-se também valorizados ao custo depreciado (considerando uma vida útil de 20 e 25 anos, respetivamente), dado não ser possível estimar com fiabilidade o respetivo justo valor.

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores estes encontram-se valorizados ao justo valor.

O justo valor dos Ativos biológicos foi determinado por avaliadores independentes, adotando indicadores físicos, temporais e valorimétricos relevantes para os tipos de ativos. Para o apuramento do justo valor, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados e a taxa de atualização entre 5,00% e 6,00%.

10 - Participações financeiras em associadas

Participações financeiras em associadas	30-Jun-15			
	Saldo inicial	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	470 340	743	-	471 083
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 814	61	(61)	5 814
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	58	-	-	58
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	261	-	-	261
ORIVÁRZEA, S.A.	1 956	-	-	1 956
Mieses	265	-	-	265
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	1
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	1 027	25	-	1 052
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	4
	479 726	828	(61)	480 494

Participações financeiras em associadas	31-Dez-14						
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial	Transferência para Detidos para Venda	Perdas imparidade reconhecidas	Outras transferências	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	465 723	-	4 617	-	(0)	-	470 340
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 814	-	195	-	(195)	-	5 814
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	62	-	(3)	-	-	-	58
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	256	-	5	-	-	-	261
ORIVÁRZEA, S.A.	1 776	-	181	-	-	-	1 956
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	10 799	-	475	(11 274)	-	-	(0)
Águas de Timor	5	-	-	-	-	(5)	-
Mieses	232	33	-	-	-	-	265
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	1
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	1 150	-	(123)	-	-	-	1 027
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	4
	485 821	33	5 347	(11 274)	(196)	(5)	479 726

Das principais variações verificadas no primeiro semestre de 2015 destaca-se a aplicação do método de equivalência patrimonial.

Em 2014 é também de salientar a disposição aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que prevê a não consideração dos votos, durante o período em que as ações preferenciais da INAPA confirmam direito de voto, correspondentes a ações detidas por um acionista, ou por acionistas que com ele se encontre sujeito a um domínio comum, que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Assim, as 49 084 738 ações da INAPA detidas pela PARPÚBLICA passaram a representar 8,26% dos direitos de voto, dado o entendimento que a PARPÚBLICA e a PARCAIXA se encontram sob controlo comum do Estado. A PARPÚBLICA deixou de deter influência significativa, passando a participação na INAPA a ser classificada na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda e mensurada pelo justo valor com as variações reconhecidas em Outro rendimento integral.

11 - Outras participações financeiras

Outras participações financeiras	30-Jun-15	31-Dez-14
Valorizadas ao justo valor		
GALP	619 112	494 570
INAPA	7 068	7 363
NOS (ex ZON Multimédia)	810	591
PHarol SGPS, SA (ex PT SGPS, SA)	316	692
Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.	2 000	2 000
Outros	21	20
	629 327	505 236
Valorizadas ao custo		
Outros	67	67
	67	67
	629 395	505 303

A principal variação verificada no primeiro semestre de 2015 diz respeito ao acréscimo de 124 533 milhares de euros, que inclui o montante de 122 567 milhares de euros de variação positiva de justo valor das ações GALP que estão subjacentes à opção do empréstimo obrigacionista (vide nota 45) emitido pela PARPÚBLICA.

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos), em transações recentes ou em avaliações técnicas.

12 - Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
Unidades de Participação - Fundo Imopoupança e Fundiestamo I	7 729	-	6 904	-
Outros	-	6 405	-	6 405
Detidos até à maturidade	-	6 299	-	6 314
Empréstimos correntes e contas a receber				
Adiantamentos relativos a privatizações	-	4 588 830	-	4 588 830
Fundo de reconstituição	-	106 507	-	102 668
Outros	-	13 888	-	12 108
Disponíveis para venda				
Outros	4	19	4	10
	7 733	4 721 947	6 908	4 716 335

A rubrica de Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – ativo corrente, corresponde a unidades de participação detidas pela SAGESECUR no Fundo Fundiestamo I com 7 649 unidades de participação (31DEZ14: 6 886 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança com 1 970 unidades de participação (31DEZ14: 1 970 unidades de participação), no montante global de 7 729 milhares de euros (31DEZ14: 6 904 milhares de euros).

O montante de 6 405 milhares de euros da rubrica Outros investimentos financeiros pelo justo valor através dos resultados – não correntes - é provenientes do Grupo AdP e refere-se a aplicações financeiras de médio longo prazo sob a forma de obrigações sénior.

O valor constante em Outros ativos financeiros – detidos até à maturidade, no montante de 6 299 milhares de euros (31DEZ14: 6 314 milhares de euros), refere-se essencialmente a obrigações do tesouro detidas pela INCM no montante de 5 794 milhares de euros (31DEZ14: 5 794 milhares de euros).

A quantia de 4 589 milhões de euros respeita essencialmente a Adiantamentos relativos a privatizações (31DEZ14: 4 589 milhões de euros), de entregas de receitas de reprivatizações do Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE.

Os Fundos de reconstituição são constituídos ao abrigo dos contratos de concessão e correspondem a aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Os Outros empréstimos correntes e outras contas a receber incluem o montante de 12 008 milhares de euros respeitantes aos créditos concedidos pela SPE à Sociedade Mineira do Lucapa. Apesar da situação de inatividade direta da Sociedade Mineira do Lucapa (SML), os créditos sobre esta entidade não são considerados como estando em imparidade atendendo a que, além dos procedimentos legais e cautelares que estão em curso para os reaver, com efeitos na jurisdição angolana e em tribunais arbitrais relativos à concessão mineira e à participação na SML, existem privilégios creditórios dos acionistas que poderão acautelar a recuperação das quantias em causa.

13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	30-Jun-15				31-Dez-14				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência de Detidos para venda	Saldo final
Ativos por impostos diferidos									
Prejuízos fiscais reportáveis	29 574	(3 687)	-	25 888	44 594	(6 399)	(49)	(8 572)	29 574
Responsabilidades com benefícios de reforma	7 559	-	-	7 559	27 803	(8 054)	(468)	(11 722)	7 559
Perdas de imparidade em inventários	2 658	-	-	2 658	11 147	(437)	-	(8 052)	2 658
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	10 880	-	-	10 880	6 034	4 859	(13)	-	10 880
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	4 060	2	-	4 061	5 990	(1 455)	(3)	(471)	4 060
Outros	175 729	3 269	-	178 998	273 351	(1 664)	(72)	(95 886)	175 729
	230 460	(416)	-	230 043	368 919	(13 151)	(605)	(124 703)	230 460
Passivos por impostos diferidos									
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	42 274	283	-	42 557	71 982	(6 026)	(47 146)	23 464	42 274
Reinvestimento de valores de realização	33	-	-	33	56	(23)	-	-	33
Subsídios ao investimento	(0)	(46)	-	(46)	(0)	-	-	-	(0)
Outros	238 810	6 810	(30)	245 591	310 576	(27 337)	(4 608)	(39 821)	238 810
	281 118	7 047	(30)	288 135	382 614	(33 385)	(51 754)	(16 357)	281 118

Os Ativos por impostos diferidos incluem 25,9 milhões de euros (31DEZ14: 29,6 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis, provenientes na sua maioria da Estamo.

A variação ocorrida com efeitos em resultados nos prejuízos fiscais reportáveis em ativos por impostos diferidos, no montante de 3,7 milhões de euros negativos inclui essencialmente a variação negativa da Estamo, que advém da estimativa pela utilização do reporte de prejuízos.

Os Ativos por impostos diferidos incluem ainda 7,6 milhões de euros (31DEZ14: 7,6 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de responsabilidades com benefícios de reforma não aceites fiscalmente, oriundos na sua maioria da INCM.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 2,7 milhões de euros (31DEZ14: 2,7 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de ajustamentos em inventários não aceites fiscalmente, que provêm essencialmente da Estamo.

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor no montante de 10,9 milhões de euros (31DEZ14: 10,9 milhões de euros) correspondem na sua maioria ao reconhecimento de alterações de justo valor da Estamo (8 milhões de euros) e da Consest (1,8 milhões de euros).

Os Ativos por impostos diferidos incluem 4,1 milhões de euros (31DEZ14: 4,1 milhões de euros) relativos a Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente, provêm essencialmente do Grupo AdP.

Os Outros ativos e Outros passivos por impostos diferidos, respetivamente de 179 milhões de euros (31DEZ14: 175,7 milhões de euros) e 245,6 milhões de euros (31DEZ14: 238,8 milhões de euros), incluem:

- o Grupo AdP, com 167,1 milhões de euros em ativo não corrente (31DEZ14: 162,8 milhões de euros) e 242,9 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ14: 236 milhões de euros), respeitando à aplicação da IFRIC 12 no Grupo AdP, onde existem diferenças temporárias significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos

impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. Também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários; e

- o Grupo SIMAB, com 11,8 milhões de euros em ativo não corrente (31DEZ14: 12,1 milhões de euros) e 2,7 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ14: 2,7 milhões de euros), respeitando essencialmente a diferenças temporárias associadas a ativos fixos tangíveis.

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor passivos no montante de 42,6 milhões de euros, respeita a reavaliações realizadas, sendo 16,2 milhões de euros do Grupo Baía do Tejo, 14,5 milhões de euros da Companhia das Lezírias, 5,4 milhões de euros da Lazer e Floresta, 3,4 milhões de euros da Estamo e 3,1 milhões de euros da INCM.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda no em 2014 correspondem ao Grupo TAP (53,4 milhões de euros ativos e 21 milhões de euros passivos) e ao Grupo EGF (81,6 milhões de euros ativos e 35 milhões de euros passivos), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

Em 2014, o cálculo dos impostos diferidos ativos e passivos, foi ajustado de acordo com a alteração da taxa de imposto sobre o rendimento, de 23% para 21%.

14 - Clientes

Clientes	30-Jun-15	31-Dez-14
Clientes c/c	453 086	481 820
Clientes de cobrança duvidosa	43 234	24 322
"Água em contador" por facturar	22 173	39 191
Outros	23	32
Perdas de imparidade acumuladas	(41 379)	(22 377)
	477 137	522 988

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP no montante de 358,9 milhões de euros (31DEZ14: 372,5 milhões de euros), dos quais 358,7 milhões de euros (31DEZ14: 358,7 milhões de euros) estão relacionados com dívidas de municípios;
- Clientes da Estamo no montante de 71,5 milhões de euros (31DEZ14: 85 milhões de euros), respeitando essencialmente a arrendamentos a entidades do Estado Português;
- Clientes da INCM no montante de 16,2 milhões de euros (31DEZ14: 16,4 milhões de euros), respeitando essencialmente a dívida de entidades do Estado Português.

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo AdP com o montante global de 40,5 milhões de euros (31DEZ14: 20,2 milhões de euros).

Tendo em conta um princípio de acordo entre a Águas de Portugal, a Águas do Zêzere e Côa e municípios que integram o Sistema da Águas do Zêzere e Côa, que dependerá, para a sua efetivação, de homologação do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, foi reconhecida uma imparidade no exercício no montante aproximado de 19,6 milhões de euros, em resultado de uma revisão em baixa de

tarifas praticadas e faturadas em exercícios anteriores. Esta revisão de tarifas tem como fundamento a compensação do Estado aos municípios utilizadores do sistema em virtude da decisão do concedente de desafetação do Município da Covilhã no Sistema Multimunicipal de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa, contrariamente ao inicialmente previsto. A desafetação do Município da Covilhã, de acordo com o aditamento ao Contrato de Concessão e respetivo Estudo de Viabilidade representou a perda de cerca de 28,5% do caudal de saneamento, tendo implicado a sua saída um desequilíbrio económico no sistema e respetivos utilizadores.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na nota 42.

A água em contador por faturar corresponde à estimativa de água a 30 de junho de 2015 que só será faturada após essa data.

A variação do saldo de Clientes resulta essencialmente da regularização de saldos de clientes da AdP no valor de 30,7 milhões de euros e Estamo no valor de cerca de 13,4 milhões de euros.

15 - Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	30-Jun-15	31-Dez-14
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	5 961	4 808
De imobilizado	1 113	1 417
	7 074	6 225

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores em 30 de junho de 2015 corresponde na sua maioria ao Grupo AdP com 6,8 milhões de euros (31DEZ14: 6,1 milhões de euros).

16 - Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Ativo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a receber	6 063	-	4 801	-
Outros	6 869	-	6 773	-
	12 932	-	11 575	-
Passivo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a pagar	21 977	-	9 837	-
Outros	16 289	-	23 118	-
	38 265	-	32 954	-

O Imposto sobre o rendimento a receber é proveniente na sua maioria da PARPÚBLICA com o montante global de 4,1 milhões de euros (31DEZ14: 4,1 milhões de euros), com origem fundamentalmente, em retenções na fonte efetuadas por terceiros relativas a rendimentos com dividendos.

A rubrica Outros – ativo corrente inclui 5,9 milhões de euros (31DEZ14: 5,3 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, que correspondem na sua maioria a IVA a recuperar.

O Imposto sobre o rendimento a pagar é proveniente na sua maioria do Grupo AdP com o montante global de 18,3 milhões de euros (31DEZ14: 2,7 milhões de euros). Como os pagamentos por conta são efetuados no segundo semestre de cada exercício, esta rubrica apresenta valores a pagar tendencialmente superiores no primeiro semestre de 2015.

O montante registado na rubrica Outros – passivo corrente inclui na sua maioria:

- 12,3 milhões de euros (31DEZ14: 19,4 milhões de euros) relativos ao Grupo AdP, dos quais 6 602 milhões de euros referentes às Taxas de Recursos Hídricos e de Gestão de Resíduos (31DEZ14: 13,6 milhões de euros).
- 1,4 milhões de euros (31DEZ14: 0,7 milhões de euros) da INCM.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015.

17 - Outras contas a receber

Outras contas a receber	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de rendimentos	6 938	-	2 951	-
Subsídios ao investimento a receber	-	1 128	-	1 097
Venda de imóveis	1 389	38 670	4 597	37 414
Pessoal	728	-	301	-
Clientes	215	64 978	28	65 042
Outros	85 388	64 924	81 197	62 517
Ajustamentos por imparidade de outros devedores	(4 692)	-	(4 665)	-
	89 966	169 700	84 408	166 070

A rubrica de Clientes – ativo não corrente corresponde a saldos com clientes do Grupo AdP resultantes da assinatura de acordos de pagamentos, com 65 milhões de euros (31DEZ14: 65 milhões de euros).

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente inclui maioritariamente: (i) 3,8 milhões de euros (31DEZ14: 0,6 milhões de euros) referentes à INCM e (ii) 2,6 milhões de euros (31DEZ14: 0,7 milhões de euros) referentes à Companhia das Lezírias.

As rubricas de Venda de imóveis, ativo corrente e ativo não corrente, correspondem a quantias devidas à Estamo pela venda de imóveis que serão liquidadas em prestações.

A rubrica de Outros – ativo corrente inclui essencialmente:

- 79,5 milhões de euros (31DEZ14: 73,8 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP que incluem (i) 34,9 milhões de euros de subsídios ao investimento (31DEZ14: 30,0 milhões de euros), (ii) 22,1

milhões de euros de acréscimos de juros (31DEZ14: 22,7 milhões de euros) e (iii) 22,5 milhões de euros de outras contas a receber (31DEZ14: 20,9 milhões de euros); e

- 3,5 milhões (31DEZ14: 3,3 milhões de euros) da Companhia das Lezírias que incluem 2,8 milhões de euros correspondentes aos pagamentos efetuados em nome e por conta da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, na sequência do processo de liquidação da Fundação Alter Real (Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro).

A rubrica de Outros – ativo não corrente inclui essencialmente 64 milhões de euros (31DEZ14: 61,5 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, sendo o principal valor referente ao valor residual a receber no final da concessão, relativos a bens de modernização e expansão. Esta variação resulta na sua maioria de alterações ao volume de investimento existentes nos contratos de concessão iniciais, surgindo em alguns casos investimentos de expansão ou modernização que podem apresentar valor residual no final do prazo da concessão.

O valor de 4,7 milhões de euros a 30 de junho de 2015 referente a Ajustamentos por imparidade de outros devedores – ativo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo AdP, no montante total de 3,6 milhões de euros (31DEZ14: 3,7 milhões de euros).

18 - Diferimentos

Diferimentos - ativo	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório - desvio tarifário	-	636 551	-	590 619
Outros gastos diferidos	14 825	-	16 333	-
	14 825	636 551	16 333	590 619

Diferimentos - passivo	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Passivo regulatório - desvio tarifário	-	66 485	-	61 014
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	1 482	1 650 596	1 551	1 646 157
Outros	23 859	21 340	25 060	21 977
Investimentos contratuais	-	361 709	-	348 003
Outros	-	-	381	-
	25 341	2 100 130	26 991	2 077 151

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário e Passivo regulatório – desvio tarifário, advêm na totalidade do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	ATIVO DIFERIDO		PASSIVO DIFERIDO		Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
	Desvio Ativo	Imposto diferido	Desvio Passivo	Imposto diferido		
UNA-PD						
Águas do Algarve, S.A.	11 032	-	-	2 482	8 550	(1 263)
Águas do Centro Alentejo, S.A.	10 478	-	-	2 357	8 120	(202)
Águas do Centro, S.A.	76 531	-	-	17 219	59 311	3 183
Águas do Douro e Paiva, S.A.	-	885	3 932	0	(3 047)	(2 511)
Águas do Mondego, S.A.	10 182	-	-	2 291	7 891	(133)
Águas do Norte Alentejano, S.A.	36 296	-	-	8 167	28 129	1 043
Águas do Noroeste, S.A.	128 550	-	-	28 924	99 626	9 620
Águas do Oeste, S.A.	74 518	-	-	16 767	57 752	1 711
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	64 183	-	-	14 441	49 742	1 499
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	79 566	-	-	17 902	61 664	25 448
AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	-	655	2 913	-	(2 257)	(696)
Sanest, S.A.	-	5 500	24 444	-	(18 944)	(2 511)
Simarsul, S.A.	47 070	-	-	10 591	36 480	2 776
Simdouro, S.A.	11 158	-	-	2 511	8 647	606
Simlis, S.A.	15 010	-	-	3 377	11 633	(397)
Simria, S.A.	34 417	-	-	7 744	26 673	3
Simtejo, S.A.	-	7 919	35 197	-	(27 278)	247
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	37 561	-	-	8 451	29 110	2 040
Total UNA-PD	636 551	14 959	66 485	143 224	441 802	40 462

A rubrica de Outros gastos diferidos correntes é proveniente, essencialmente:

- 9 milhões de euros (31DEZ14: 9,4 milhões de euros) do Grupo AdP;
- 3,3 milhões de euros (31DEZ14: 4 milhões de euros) da Estamo; e
- 1,6 milhões de euros (31DEZ14: 1,5 milhões de euros) da PARPÚBLICA.

Os Rendimentos diferidos não correntes correspondem na sua quase totalidade a subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

Subsídios para investimento – Grupo AdP	30-Jun-15	31-Dez-14
Subsídios ao Investimento – Fundo Coesão	1 392 111	1 381 321
Subsídios ao Investimentos – Outros	8 219	8 604
Integração de património	234 740	240 468
	1 635 070	1 630 393

Fundo de coesão – movimentos do período	30-Jun-15	31-Dez-14
Subsídios ao investimento (ano N-1)	1 381 321	1 663 124
Reconhecimento de direito ao subsídio	31 940	41 702
Reconhecimento de rendimentos	(21 011)	(43 523)
Correções a reconhecimentos	(24)	842
Correções a reconhecimentos de direito	(114)	(11 274)
Reclassificação para ativos/passivos detidos para venda (saldo a 1JAN14)	-	(269 550)
Subsídios ao investimento (ano N)	1 392 111	1 381 321

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos correntes inclui:

- 19,6 milhões de euros (31DEZ14: 20,5 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP;
- 1,6 milhões de euros (31DEZ14: 2,1 milhões de euros) provenientes de rendas recebidas antecipadamente pela Estamo; e

- 1,1 milhões de euros provenientes de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços do Grupo SIMAB (31DEZ14: 1,3 milhões de euros).

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos não correntes respeita na totalidade ao Grupo SIMAB, corresponde aos valores de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços. Os valores são reconhecidos em rendimentos do exercício, ao longo do período de vigência dos contratos e nas situações de rescisão contratual é efetuada a integração plena do valor que se encontrava por reconhecer à data da rescisão.

A rubrica de Investimentos contratuais – passivo não corrente refere-se unicamente ao Grupo AdP.

19 - Inventários

Inventários	30-Jun-15	31-Dez-14
Mercadorias	779 509	821 390
Produtos acabados e intermédios	11 958	10 742
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2 192	2 131
Produtos e trabalhos em curso	19 287	15 974
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 334	16 692
Adiantamentos por conta de compras	203 864	208 264
Ajustamentos acumulados em inventários	(144 855)	(153 711)
TOTAL	888 287	921 484

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 765,7 milhões de euros de imóveis de propriedade da Estamo (31DEZ14: 807,7 milhões de euros) e as propriedades da Lazer e Floresta no montante global de 13 milhões de euros (31DEZ14: 13 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios incluem 11,5 milhões de euros referentes à INCM (31DEZ14: 10,4 milhões de euros), dos quais 3,9 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção (31DEZ14: 3,9 milhões de euros), 3,5 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ14: 3,5 milhões de euros) e 1,2 milhões de euros relativos a cartões em PVC (31DEZ14: 1 milhão de euros).

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, essencialmente, 15 milhões de euros (31DEZ14: 15 milhões de euros) de projetos de loteamento relacionados com o Grupo Baía do Tejo, dos quais 8,4 milhões de euros (31DEZ14: 8,4 milhões de euros) em projetos em fase de infraestruturização e 6,5 milhões de euros (31DEZ14: 6,5 milhões de euros) em terrenos com infraestruturas.

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- moedas e outros bens afetos à INCM, no montante de 9,8 milhões de euros (31DEZ14: 10 milhões de euros); e
- reagentes e contadores provenientes do Grupo AdP, no montante global de 5,9 milhões de euros (31DEZ14: 5,7 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua totalidade a imóveis da Estamo.

Os Ajustamentos acumulados em inventários incluem 136,3 milhões de euros (31DEZ14: 145,1 milhões de euros) da Estamo e 4,9 milhões de euros (31DEZ14: 5 milhões de euros) da INCM.

20 - Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	30-Jun-15	31-Dez-14
Aplicações financeiras	-	890
Depósitos a prazo	255 586	281 897
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	206 794	114 073
Numerário	849	7 464
Equivalentes a caixa	-	44
Outros	16	-
	463 244	404 368

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a aplicações efetuadas em Depósitos a prazo e Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, destacando-se os saldos do Grupo AdP com 302,7 milhões de euros (31DEZ14: 281,9 milhões de euros), da PARPÚBLICA com 68,7 milhões de euros (31DEZ14: 18,4 milhões de euros), da INCM com 27,6 milhões de euros (31DEZ14: 33,7 milhões de euros), da Estamo com 27,9 milhões de euros (31DEZ14: 23,9 milhões de euros), e da Lazer e Floresta com 22,9 milhões de euros (31DEZ14: 21,3 milhões de euros).

21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	30-Jun-15	31-Dez-14
Ativos		
Participações Financeiras		
EGF - subholding da AdP		
EGF - Ativos intangíveis	641 481	657 547
EGF - Goodwill	13 507	13 507
EGF - Investimentos financeiros	30 603	30 603
EGF - Ativos por Impostos diferidos	83 905	81 592
EGF - Clientes e outros ativos não correntes	21 328	29 547
EGF - Clientes - correntes	49 577	57 873
EGF - Outros ativos correntes	15 188	20 304
EGF - Caixa e seus equivalentes	50 124	45 061
EGF - Outros ativos	2 922	2 655
	908 635	938 689
TAP		
TAP - Propriedades de investimento	2 189	2 139
TAP - Ativos fixos tangíveis	667 427	673 718
TAP - Goodwill	190 694	193 479
TAP - Outros ativos intangíveis	615	738
TAP - Outros ativos financeiros	1 761	2 122
TAP - Ativos por impostos diferidos	39 239	53 410
TAP - Outras contas a receber (não corrente e corrente) e diferimentos	123 380	128 724
TAP - Inventários	98 361	97 172
TAP - Clientes e adiantamentos a fornecedores	258 822	153 736
TAP - Estado e outros entes públicos	15 099	13 878
TAP - Caixa e depósitos bancários	212 425	241 281
	1 610 012	1 560 397
Terreno MARF - SIMAB	5	5
Terreno MARB - SIMAB	707	707
CE		
CE - Ativos fixos tangíveis	5 985	-
CE - Clientes	588	-
CE - Caixa e depósitos bancários	1 420	-
CE - Outros ativos correntes	183	-
	8 176	-
Total de ativos não correntes detidos para venda	2 527 536	2 499 799
Passivos		
EGF - subholding da AdP		
EGF - Financiamentos obtidos	155 112	178 522
EGF - Passivos por Impostos diferidos	33 393	35 008
EGF - Amortizações de investimento contratual	179 533	182 016
EGF - Subsídios ao investimento	264 492	273 180
EGF - Desvio tarifário	86 190	77 263
EGF - Outros passivos	40 532	41 397
	759 252	787 387
TAP		
TAP - Responsabilidade por benefícios pós-emprego	54 970	56 626
TAP - Provisões, passivos por impostos diferidos e Estado e outros entes	73 319	72 779
TAP - Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	1 045 558	1 061 651
TAP - Fornecedores e adiantamento de clientes	142 216	141 902
TAP - Outras contas a pagar (não correntes e correntes) e diferimentos	919 123	739 299
	2 235 186	2 072 257
CE		
CE - Diferimentos	760	
CE - Outros passivos corrente	338	
	1 098	-
Total de passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	2 995 536	2 859 644
	(468 000)	(359 845)

A 31 de dezembro de 2014, encontrava-se previsto alienar os terrenos da MARF e MARB do Grupo SIMAB, reprivatizar o Grupo TAP e a totalidade da participação detida pelo Grupo AdP, no capital da Empresa Geral de Fomento. A 30 de junho de 2015 espera-se ainda vender a participação no Circuito Estoril.

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo aprovou o processo de reprivatização da EGF mediante a alienação de 100% das ações representativas do seu capital social, detido pela AdP – Águas

de Portugal, SGPS, S.A. O mesmo diploma determinou ainda que o processo de alienação se faria por concurso público internacional estabelecendo as fases do mesmo bem como o direito de aquisição dos trabalhadores de 5% de capital social da EGF e determinou a opção de venda e direitos de preferência a conceder aos municípios acionistas das entidades gestoras de sistemas multimunicipais nas quais a EGF é acionista. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014 foi selecionado o Agrupamento SUMA, constituído pelas empresas Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota - Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A, e Urbaser, S.A., como vencedor do concurso público de reprivatização da EGF. No dia 6 de novembro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de 95% do capital social da EGF entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a Suma Tratamento, S.A., empresa constituída pelos membros do Agrupamento SUMA. Os restantes 5% do capital estão reservados para aquisição pelos trabalhadores do universo EGF, a ocorrer após a conclusão da transação. Após a aprovação final por parte da Autoridade da Concorrência que se verificou no final do mês de julho, efetivou-se a transmissão das ações e suprimentos da EGF, da AdP - Aguas de Portugal SGPS, S.A. para a Suma Tratamento, S.A.. Por este motivo as presentes demonstrações financeiras a 30 de junho de 2015 apresentam os saldos, as operações e os resultados do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas.

O Goodwill da EGF decompõe-se como se segue:

- 10 070 milhares de euros correspondente à imputação de parte do Goodwill apurado na consolidação relativo à AdP ao Grupo EGF, na proporção de 10,6%, a qual corresponde ao peso dos ativos líquidos do Grupo EGF no Grupo AdP a 31 de dezembro de 2014;
- 3 307 milhares de euros que corresponde ao Goodwill da EGF na Valorsul; e
- 130 milhares de euros que corresponde ao Goodwill da EGF na Algar.

No final do 1º semestre, a Parpública e o Consórcio Gateway assinaram o contrato de compra e venda das ações representativas de 61% do capital social da TAP – SGPS, S.A. Contudo, a transação fica condicionada à verificação de diversas condições precedentes, entre elas, a obtenção de aprovações, que, à data do presente relatório, ainda não foram integralmente concedidas.

No início de agosto, após negociações com a Câmara Municipal de Cascais (CMC), e em cumprimento dos Despachos da Senhora SET e do Senhor SEJD, foi assinado o contrato de compra e venda de ações representativas de 100% do capital social da C.E.- Circuito Estoril, S.A.. A aquisição da participação pela CMC está condicionada à concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas.

22 - Capital próprio

O Capital nominal no montante de 2 000 000 milhares de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros, é detido pelo Estado Português e está parcialmente realizado em 1 227 151 milhares de euros (2014: 1 027 151 milhares de euros). Em 22 de junho de 2015 houve uma realização parcial do capital social por parte do Estado (DGTF) no montante de 200 milhões de euros, nos termos do Despacho n.º 915/15-SET, que prevê realizações parciais de capital no decurso deste exercício num total de 295 milhões de euros (200 milhões de euros em junho e 95 milhões de euros em setembro de 2015).

A rubrica Reservas Legais, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social, que está superado. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros inclui essencialmente a: (i) ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial previsto na IAS 28; (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda previstos na IAS 39; e (iii) ajustamentos ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa, bem como as diferenças de câmbio resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira.

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O outro rendimento integral respeita essencialmente: (i) ao reconhecimento de outro rendimento integral de associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial, (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) à remensuração de responsabilidade com benefícios de plano definidos.

A 30 de junho de 2015 o outro rendimento integral incluía também ganhos e perdas com conversão de Balanços expressos em moeda estrangeira (vide notas 2m e 2y).

23 - Interesses que não controlam – Balanço

Interesses que não controlam (balanço)	30-Jun-15	31-Dez-14
Interesses minoritários de capital próprio		
Grupo AdP (exceto EGF - detido para venda)	478 385	456 209
EGF - detido para venda	54 288	72 129
Cateringpor	3 109	3 293
LFP	2 760	4 642
SAGESECUR	6 979	6 907
ECODETRA	874	880
Margueira	552	490
SPE	(2 152)	(1 938)
MARL, SA	2 655	2 444
MARF, SA	(2 390)	(2 389)
MARE, SA	422	403
MARB, SA	(477)	(482)
	545 005	542 588

24 - Provisões

Provisões (balanço)	30-Jun-15				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Outros movimentos	Saldo final
Provisões - não corrente					
Provisão para processos judiciais em curso	1 425	198	(117)	(3)	1 503
Processos ambientais	4 222	-	-	-	4 222
Remoção de materiais	499	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	328	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	498	-	-	-	498
Impostos	448	-	-	-	448
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	82	-	-	(4)	78
Outras provisões	12 501	121	(4)	(360)	12 258
Provisão para contingências laborais	-	-	-	-	-
	20 003	319	(121)	(367)	19 834
Provisões - corrente					
Impostos	-	490	-	-	490
	-	490	-	-	490

Provisões (balanço)	31-Dez-14						
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Transferência para Detidos para venda	Saldo final
Provisões - não corrente							
Provisão para processos judiciais em curso	18 942	10 378	(1 447)	(3 724)	(100)	(22 624)	1 425
Processos ambientais	4 415	-	(193)	-	-	-	4 222
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	328	-	-	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	5 733	-	-	(1 611)	-	(3 624)	498
Impostos	408	69	-	-	-	(29)	448
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	114	-	(32)	-	-	-	82
Outras provisões	17 831	1 248	(498)	(973)	15	(5 122)	12 500
Provisão para contingências laborais	688	-	-	(688)	-	-	-
	48 957	11 695	(2 170)	(6 996)	(85)	(31 399)	20 003

Processos judiciais em curso

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável. As provisões existentes em 30 de junho de 2015 incluem essencialmente provisões para diversos processos judiciais intentados contra o Grupo AdP, no montante de 1 332 milhares de euros.

Dos movimentos ocorridos na rubrica, os aumentos respeitam essencialmente a processos judiciais intentados contra o Grupo AdP e as diminuições respeitam essencialmente a utilizações pela PARPÚBLICA.

Processos ambientais e remoção de materiais

As Provisões para responsabilidades ambientais e remoção de materiais advêm do Grupo Baía do Tejo e destinam-se a acautelar os encargos que poderão vir a ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os gastos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

No âmbito do desenvolvimento do projeto de recuperação ambiental encontram-se em desenvolvimento, através de dois Agrupamentos Complementares de Empresas, constituídos entre a Baía do Tejo e a Empresa Geral de Fomento, processos de candidatura a apoios comunitários no âmbito do QREN. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos até ao final do 1º semestre de 2015, foi apurado que as responsabilidades a suportar pela Empresa, pelos trabalhos realizados pelos ACE's ascendem a 4 721 milhares de euros.

Impostos

O movimento de aumento ocorrido na rubrica de Provisões para Impostos respeita na íntegra à PARPÚBLICA.

Outras Provisões

A rubrica de Outras provisões corresponde maioritariamente a provisões do Grupo AdP no montante de 9,3 milhões de euros (31DEZ14: 9,6 milhões de euros), essencialmente para fazer face: (i) às dívidas que se encontram em processo de injunção, (ii) aos gastos com tratamento de lamas das ETAR; (iii) a contingências fiscais.

Estão ainda incluídas provisões da Estamo no montante de 2,6 milhões de euros (31DEZ14: 2,6 milhões de euros) que visam cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este a mais-valia obtida com a venda de alguns imóveis.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 no valor de 31 milhões de euros correspondem a 29 milhões de euros do Grupo TAP e a 2 milhões de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

25 - Financiamentos obtidos

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras, os quais se encontram mensurados ao custo amortizado.

Financiamentos obtidos	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Empréstimos por obrigações	-	3 865 555	200 108	3 811 806
Empréstimos bancários	463 677	2 140 217	455 099	2 185 934
Passivos por locação financeira	1 674	14 327	1 715	15 175
Papel comercial	-	28 950	-	29 000
Descobertos bancários	205 330	-	178 304	-
Outros empréstimos obtidos	260	13 054	-	11 408
Derivados Embutidos	-	26 127	-	1 417
	670 941	6 088 230	835 226	6 054 739

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	30-Jun-15	31-Dez-14
Por maturidades		
Até 1 ano	670 941	835 122
De 1 ano até 2 anos	288 269	292 683
De 2 anos até 3 anos	1 002 111	1 002 720
De 3 anos até 4 anos	859 983	111 432
De 4 anos até 5 anos	137 484	886 016
Superior a 5 anos	3 773 219	3 813 640
	6 732 007	6 941 613
Por tipo de taxa de juro		
Taxa variável		
Expira num ano	493 859	681 446
Expira entre 1 e 2 anos	219 749	232 153
Expira entre 2 e 3 anos	38 589	36 541
Mais de 3 anos	2 094 703	2 160 342
	2 846 901	3 110 482
Taxa fixa		
Expira num ano	177 082	153 676
Expira entre 1 e 2 anos	68 520	60 530
Expira entre 2 e 3 anos	963 522	966 179
Mais de 3 anos	2 675 983	2 650 746
	3 885 107	3 831 131
	6 732 007	6 941 613

Os Empréstimos por obrigações respeitam na sua maioria à PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado e a opção embutida num desses empréstimos está mensurada pelo justo valor (vide nota 45). Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram os seguintes:

	30-Jun-15	31-Dez-14
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2005	513 210	504 321
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2005	152 998	152 321
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	256 501	251 295
Empréstimo de 885,6 milhões de euros emitido em 2010	930 537	879 393
Empréstimo de 200 milhões de euros emitido em 2013	-	200 108
Empréstimo de 170 milhões de euros emitido em 2013	171 926	171 641
Empréstimo de 750 milhões de euros emitido em 2014	748 972	748 234
Empréstimo de 600 milhões de euros emitido em 2014	617 537	606 018
Sub-total PARPÚBLICA	3 391 681	3 513 331
Grupo AdP	500 000	500 000
Total	3 891 681	4 013 331

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de 3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao *Euro Mid Swap* a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas

financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 2013-2016 de 170 milhões de euros, em setembro de 2013 pelo prazo de 3 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2019 de 750 milhões de euros, em junho de 2014 pelo prazo de 5 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2021 de 600 milhões de euros, em julho de 2014 pelo prazo de 7 anos, vence juros a uma taxa de juro fixa de 3,75%. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar

nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O financiamento de 599,2 milhões de euros é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi contratado tendo associados 4 swaps de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 448,8 milhões de euros e vence taxa fixa de 7,82% para o montante de 129,5 milhões de euros, mantendo os restantes 3 swaps taxa variável – taxa fixa associados.

O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado é de 514,8 milhões de euros donde resultou o reconhecimento de ganho inicial de 84,6 milhões de euros a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O mark to market negativo do conjunto dos 3 swaps existentes foi inicialmente de 133,6 milhões de euros, sendo de 178,5 milhões de euros também negativo em 30 de junho de 2015.

O empréstimo obrigacionista do Grupo AdP encontra-se sujeito a cláusulas de ownership, que refere que eventuais alterações à estrutura acionista da empresa podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Relativamente aos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento o Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, cross default, pari passu, negative pledge, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda:

- Alterações na estrutura acionista das empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- Alterações no património das empresas;
- Alteração/cessação da atividade das empresas;
- Alterações na estrutura acionista;
- Operações serem realizadas com aval/garantia;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente, no valor de 2 140 milhões de euros (31DEZ14: 2 186 milhões de euros), inclui:

- o montante de 1 598 milhões de euros (31DEZ14: 1 625 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, respeitantes na sua maioria a financiamentos do Banco Europeu de Investimento;

- o montante de 503 milhões de euros (31DEZ14: 508 milhões de euros) referentes a empréstimos obtidos pela PARPÚBLICA em instituições financeiras nacionais e estrangeiras; e
- o montante de 36 milhões de euros (31DEZ14: 39 milhões de euros) provenientes do Grupo SIMAB, referentes a financiamentos junto de instituições de créditos nacionais e estrangeiras.

Os passivos por locação financeira detalham-se como se segue:

Passivos por locação financeira	30-Jun-15	31-Dez-14
Locações financeiras		
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Edifícios e outras construções	15 935	16 753
Equipamento básico	60	76
Equipamento de transporte	6	61
	16 001	16 890
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	1 748	1 796
De 1 ano até 5 anos	6 537	6 980
Mais de 5 anos	8 076	8 532
	16 361	17 308
Juros		
Até 1 ano	74	81
De 1 ano até 5 anos	216	237
Mais de 5 anos	70	100
	360	418
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	1 674	1 715
De 1 ano até 5 anos	6 321	6 743
Mais de 5 anos	8 006	8 432
	16 001	16 890

Os passivos por locação financeira, correntes e não correntes, respeitam essencialmente ao Grupo AdP.

26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	30-Jun-15	31-Dez-14
Responsabilidade por serviços passados no início do período	69 121	115 373
Custo de juros	638	2 500
Custo do serviço corrente	169	440
Ganhos e perdas atuariais	-	2 452
Rendimento ativos do fundo	-	(214)
Benefícios pagos	(2 255)	(6 262)
Reconhecimento custo do serviço passado	-	1 074
Outros	44	1 879
Transferência para Detidos para venda	-	(48 122)
Responsabilidade por serviços passados no final do período	67 718	69 121
Excesso de cobertura		
Valor no início do período	39 474	37 810
Retorno efetivo	482	1 164
Contribuição ao fundo	847	-
Benefícios pagos	(1 933)	(2 205)
Outros	1 049	2 705
	39 919	39 474
Excesso de cobertura	5 285	4 200
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	33 084	33 847

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	30-Jun-15	31-Dez-14	31-Dez-13	31-Dez-12	31-Dez-11
Valor presente das responsabilidades	79 609	81 012	252 797	285 220	87 631
Justo valor dos ativos dos fundos	46 525	47 165	176 282	180 662	46 188
Défices dos planos	33 084	33 847	77 097	104 558	41 443

O Justo valor dos ativos dos fundos decompõe-se da seguinte forma:

Justo valor por categoria dos ativos dos fundos	30-Jun-15	31-Dez-14
Instrumentos de capital próprio	13 590	13 447
Instrumentos de dívida	28 282	29 102
Propriedade	660	660
Outros ativos	3 993	3 956
	46 525	47 165

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das empresas (PARPÚBLICA, por via da fusão com a Portucel, Companhia das Lezírias, EPAL e INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal líquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela empresa. As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa. Em 22 de março de 2008, a EPAL alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

A INCM proporciona aos seus colaboradores, com caráter liberatório, determinados benefícios pós-reforma, nomeadamente cuidados médicos, subsídio pecuniário complementar de funeral e pensões especiais de sobrevivência. Existem outros benefícios pós-reforma mas de difícil previsão de utilização por parte dos colaboradores (refeitórios, etc). A INCM reconhece de imediato todos os ganhos e perdas atuariais do valor das responsabilidades por serviços passados com benefícios pós-emprego de saúde.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	30-Jun-15	31-Dez-14
	Portugal	Portugal
Tábua de mortalidade	TV 80/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento	2,50%/3,75%	2,50%/3,75%
Taxa de crescimento		
Salários	0,00% - 2,5%	0,00% - 2,5%
Pensões	0,00% - 1,25%	0,00% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	0,00% - 1,25%	1,3%

27 - Adiantamentos de clientes

Os Adiantamentos efetuados por clientes são de 1 249 milhares de euros (31DEZ14: 497 milhares de euros), que correspondem na sua maioria à INCM com 878 milhares de euros (31DEZ14: 73 milhares de euros) e ao Grupo SIMAB com 276 milhares de euros (31DEZ14: 272 milhares de euros).

28 - Fornecedores

Fornecedores	30-Jun-15	31-Dez-14
Fornecedores c/c	34 050	34 328
Fornecedores - faturas em receção e conferência	1 819	1 142
Fornecedores - títulos a pagar	-	61
Outros	2 679	1 537
	38 548	37 068
		-

O montante em dívida a Fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelo Grupo AdP com 25 688 milhares de euros (31DEZ14: 26 025 milhares de euros); (ii) pela INCM com 4 391 milhares de euros (31DEZ14: 4 715 milhares de euros); (iii) pela Baía do Tejo com 1 566 milhares de euros (31DEZ14: 1 393 milhares de euros); e (iv) pela Estamo com 1 032 milhares de euros (31DEZ14: 715 milhares de euros).

29 - Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Documentos pendentes de voo	-	-	-	-
Acréscimos de gastos	28 740	-	35 123	-
Fornecedores de investimentos financeiros	483 912	-	481 456	-
Adiantamentos por conta de vendas	29 365	-	49 442	-
Fornecedores de imobilizado	38 491	114 056	41 261	115 094
Entidades participantes e participadas	-	-	0	-
Pessoal	10 932	-	11 343	-
Outros	79 083	6 286	79 181	6 272
	670 523	120 342	697 807	121 366

A rubrica de Acréscimos de gastos – passivo corrente – inclui:

- 23 549 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (31DEZ14: 25 779 milhares de euros) respeitantes a acréscimos de eletricidade, trabalhos especializados, seguros, etc.;
- 2 166 milhares de euros da INCM (31DEZ14: 2 771 milhares de euros); e
- 912 milhares de euros do Grupo SIMAB (31DEZ14: 1 050 milhares de euros) respeitantes a gastos com o imposto municipal sobre imóveis, a gastos com o Edifício CRE no MARL, a remunerações e juros a liquidar e a outros gastos operacionais de funcionamento.

O montante de 483,9 milhões de euros em Fornecedores de investimentos financeiros - passivo corrente (31DEZ14: 481,5 milhões de euros em passivo não corrente) é proveniente da PARPÚBLICA e respeita à parte em dívida por aquisições de ações em reforço de posições em participações.

Os Adiantamentos por conta de vendas relacionam-se essencialmente com a venda de propriedades pela Estamo com um montante de 28,0 milhões de euros (31DEZ14: 48,5 milhões de euros). Em 31DEZ14 incluía um montante de 26,0 milhões de euros referente ao Imóvel do Pavilhão do Conhecimento.

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP com 37 346 milhares de euros em passivo corrente (31DEZ14: 40 076 milhares de euros) e 114 056 milhares de euros em passivo não corrente (31DEZ14: 115 094 milhares de euros).

A rubrica Outros – passivo corrente inclui, essencialmente:

- 70 632 milhares de euros (31DEZ14: 64 043 milhares de euros) respeitantes a tarifas de saneamento, adiantamentos de subsídios, adiantamento pela venda do Grupo EGF e taxas de subsolo a pagar a municípios, do Grupo AdP;
- 5 496 milhares de euros (31DEZ14: 6 506 milhares de euros) referentes à Estamo.

A rubrica Outros – passivo não corrente-, inclui essencialmente:

- 4 757 milhares de euros (31DEZ14: 4 794 milhares de euros) correspondentes à dívida líquida do Grupo Baía do Tejo à Direção Geral do Tesouro; e

- 1 512 milhares de euros (31DEZ14: 1 461 milhares de euros) do Grupo SIMAB, referentes ao valor de cauções de operadores (clientes dos Mercados Abastecedores).

30 - Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros	30-Jun-15		31-Dez-14	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
<i>Swaps</i>	-	194 666	-	222 645

A quantia registada em Outros passivos financeiros – passivo não corrente – inclui:

- 178,5 milhões de euros da PARPÚBLICA de três swaps associados ao empréstimo obrigacionista de 599 238 milhares de euros (vide nota 25). O valor inicial destes swaps foi de 133 648 milhares de euros, sendo o seu justo valor (mark-to-market) a 30 de junho de 2015 de 178 491 milhares de euros (31DEZ14: 202 470 milhares de euros); e
- 16,2 milhões de euros (31DEZ14: 20,2 milhões de euros) relativos aos swaps de taxa de juro e de taxa de câmbio do Grupo AdP, não integrados na contabilidade de cobertura mensurados pelo justo valor à data de balanço, com base em valorizações indicadas por entidades independentes. Estes swaps estão associados a um montante nocional global de 270 milhões de euros.

31 - Vendas e serviços prestados

Rédito das vendas e dos serviços prestados	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Vendas		
Mercado interno	317 200	264 886
Mercado externo	90 502	86 387
	407 702	351 273
Prestações de serviços		
Mercado interno	292 056	286 780
Das quais: rendas de propriedade de investimento	26 004	30 682
Mercado externo	1 024 615	1 035 328
	1 316 671	1 322 108
Total	1 724 373	1 673 381

Pelo relato por segmentos de negócio apresentado na nota 1, o Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas evidenciam-se como o segmento mais significativo contribuindo com cerca de 1 183 milhões de euros (1º semestre de 2014: 1 192 milhões de euros), correspondentes a 69% (1º semestre de 2014: 71%) do total de Vendas e Prestações de serviços. O segundo segmento mais significativo é o de Águas e Resíduos contribuindo com cerca de 403 milhões de euros (1º semestre de 2014: 388 milhões de euros), correspondentes a 24% (1º semestre de 2014: 23%) do total de Vendas e Prestações de serviços.

32 - Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Relacionados com ativos biológicos	1 000	994
Outros	511	1 847
Total	1 511	2 841

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias.

A rubrica de Outros inclui os Subsídios à exploração provenientes, essencialmente, do Grupo TAP com 293 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 694 milhares de euros) de subsídios do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem na Região Autónoma dos Açores, quando os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável. O montante reconhecido, em cada exercício, corresponde, à estimativa do Grupo TAP, do valor a receber, por bilhetes voados no próprio exercício, por passageiros abrangidos pelo benefício. Inclui ainda um valor de 186 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2014: 103 milhares de euros)

33 - Ganhos e perdas imputados de associadas

Ganhos/perdas imputados de associadas	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
Parcaixa, SGPS, SA	3 300	6 136
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	-	355
Subtotal	3 300	6 491
Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	-	28
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	633	917
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	43	47
Subtotal	676	992
TOTAL	2 624	5 499

34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	1º semestre 2015	1º semestre 2014
REN	-	9 041
GALP	10 137	8 391
PHarol SGPS, SA (ex PT SGPS, SA)	-	80
Lisnave	178	178
NOS SGPS	14	14
CTT	-	18 902
IHRV (ex-INH)	-	41
	10 330	36 645

35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações

Ganhos/ perdas em alienações de participações	1º semestre 2015	1º semestre 2014
REN	-	(20 376)
	-	(20 376)

No primeiro semestre de 2014, a menos valia no montante de 20 376 milhares de euros decorre da alienação das ações (participação remanescente de 9,9%) da REN, decorrente da 2.ª fase de reprivatização, conforme descrito na nota 11.

Ganhos/ perdas em alienações de participações	1º semestre 2015	1º semestre 2014
REN		
Receita de venda	-	141 669
Valorização da empresa pelo justo valor no momento da venda (inclui despesas de venda)	-	162 045
Valor do ganho/ perda na alienação	-	(20 376)

36 - Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	1º semestre 2015			1º semestre 2014		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais ¹	(10 743)	(2 131)	(30 148)	(10 218)	(1 964)	(22 197)
Regularização de inventários ¹	11	0	(1 604)	4 144	(76)	(1 534)
Transferência para Detidos para venda	-	-	-	1 192	-	-
Existências finais ¹	11 959	2 192	35 227	7 185	2 222	38 309
Variação da produção	1 226	59	3 475	2 303	182	14 578
			4 761			17 062

¹ para efeitos de demonstração da variação dos inventários da produção inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

37 - Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	10	61
Outros ativos não correntes	6 106	5 944
	6 116	6 004
Ativo corrente		
Inventários	286	407
	286	407
TOTAL	6 402	6 411

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 6 106 milhares de euros (1º semestre de 2014: 5 944 milhares de euros) respeitam essencialmente à capitalização de gastos incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos com o pessoal – 2 464 milhares de euros (1º semestre de 2014: 2 189 milhares de euros); e
- Fornecimentos e serviços externos – 2 092 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 502 milhares de euros).
- Gastos financeiros – 1 550 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 878 milhares de euros);

Os Trabalhos para a própria entidade relativos a Inventários, no montante de 286 milhares de euros, dizem respeito a Gastos com o pessoal e Outros gastos incluídos no custo de aquisição/produção de inventários com duração superior a um ano do Grupo TAP (1º semestre de 2014: 407 milhares de euros).

38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	1º semestre 2015		1º semestre 2014	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais ¹	836 502	134 011	826 034	147 156
Compras ¹	74 725	92 670	35 923	137 991
Regularização de existências	(8 640)	1 782	79	5 871
Transferência de/para Detidos para venda	-	-	1 044	2 628
Inventários finais ¹	(795 271)	(130 860)	(838 847)	(168 411)
Inventários consumidos e vendidos	107 317	97 604	24 232	125 234
		204 921		149 467

¹ para efeitos de demonstração do CMVMC inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 204 921 milhares de euros (1º semestre de 2014: 149 467 milhares de euros) inclui essencialmente:

- 126 773 milhares de euros (1º semestre de 2014: 111 227 milhares de euros) do Grupo TAP, maioritariamente relacionados com material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação;
- 47 891 milhares de euros (1º semestre de 2014: 11 099 milhares de euros) de imóveis da Estamo;
- 15 753 milhares de euros (1º semestre de 2014: 8 953 milhares de euros) relativos a reagentes e contadores do Grupo AdP; e
- 12 687 milhares de euros (1º semestre de 2014: 10 945 milhares de euros) de moedas e outros bens relativos à INCM.

No primeiro semestre de 2015 os movimentos de Regularização de existências de Mercadorias e de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, respeitam essencialmente à Estamo (8 636 milhares de euros de ajustamentos negativos). No primeiro semestre de 2014 o principal movimento respeitava ao Grupo TAP (6 944 milhares de euros de ajustamentos positivos).

39 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Combustíveis	336 292	355 361
Outros materiais e serviços consumidos	132 665	120 568
Assistência por terceiros nos aeroportos	74 914	75 974
Trabalhos especializados	67 416	67 218
Taxas de navegação aérea	71 970	66 361
Conservação e reparação de equipamento de voo	43 884	40 813
Conservação e reparação de outros ativos	27 193	26 763
Subcontratos	26 509	25 601
Locação operacional de aviões	38 374	24 516
Comissões	15 732	20 044
Despesas a bordo	23 610	21 691
Encargos especiais da atividade de venda - atividade de transporte aéreo	13 846	14 848
Rendas e alugueres	37 260	33 832
Taxas de aterragem	35 656	29 187
Vigilância e segurança	5 220	3 606
Alojamento e alimentação nas escalas	12 862	10 026
Seguros	8 426	7 242
Honorários	3 129	2 952
	974 957	946 602

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o setor de Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, representando 86% em ambos os semestres dos gastos incorridos.

Os Combustíveis são o gasto mais representativo, 34% do total de Fornecimentos e serviços externos no 1º semestre de 2015 e 38% no 1º semestre de 2014.

Os Outros materiais e serviços consumidos advêm essencialmente do Grupo TAP com 72 852 milhares de euros (1º semestre de 2014: 62 032 milhares de euros), incluindo, entre outros, gastos com passageiros, taxas de controlo de tráfego aéreo, etc. e do Grupo AdP com 52 136 milhares de euros (1º semestre de 2014: 52 073 milhares de euros), respeitando essencialmente a gastos com eletricidade.

40 - Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Remunerações	279 697	273 196
Encargos sociais	57 246	50 892
Outros gastos com o pessoal	27 115	32 527
Gastos com benefícios de reforma	6 827	5 280
	370 885	361 895

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA e das suas subsidiárias em 30 de junho de 2015, foram:

- Mesas da Assembleia Geral: 7,62 milhares de euros
- Conselhos de Administração: 2 671,60 milhares de euros

Os outros gastos com o pessoal advêm essencialmente do Grupo TAP com 19 903 milhares de euros (1º semestre de 2014: 20 673 milhares de euros), assim decompostos:

- Seguros – 6 118 milhares de euros (1º semestre de 2014: 4 992 milhares de euros);
- Gastos de ação social – 5 394 milhares de euros (1º semestre de 2014: 6 060 milhares de euros);
- Outros – 3 935 milhares de euros (1º semestre de 2014: 5 202 milhares de euros).
- Comparticipações de refeições – 2 631 milhares de euros (1º semestre de 2014: 2 587 milhares de euros); e
- Seguros de acidentes de trabalho – 1 825 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 832 milhares de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Custo do serviço corrente	3 322	3 090
Custo de juros	2 739	1 903
Outros	766	286
TOTAL	6 827	5 280

Os Gastos com benefícios de reforma advêm essencialmente do Grupo TAP com 6 660 milhares de euros. O movimento ocorrido no ano relativamente aos passivos de benefícios definidos, bem como os principais pressupostos atuariais utilizados na elaboração dos estudos, são apresentados na nota 26.

41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	1º semestre 2015		1º semestre 2014	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Mercadorias	-	-	-	4 866
Produtos acabados e intermédios	-	45	-	3
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	660	808	401	941
	660	853	401	5 810
		193		5 409

As perdas e reversões dos ajustamentos em inventários são registadas em função do valor realizável líquido estimado no final de cada período.

As perdas e reversões de ajustamentos em inventários de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se essencialmente ao Grupo TAP relativamente a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

As reversões de ajustamentos em inventários de mercadorias referentes ao 1º semestre de 2014 respeitam aos imóveis da Estamo.

42 - Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber	1º semestre 2015		1º semestre 2014	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Cientes	22 759	400	7 036	1 962
Contas a receber - não corrente	150	346	-	-
Outras contas a receber - correntes	26	23	57	3
Outros ativos e passivos financeiros	370	-	-	-
	23 306	769	7 093	1 965
		(22 537)		(5 128)

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber (vide notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço efetuado em Ajustamentos em Clientes resulta essencialmente do Grupo AdP pelo reconhecimento de uma imparidade no exercício no montante aproximado de 19,6 milhões de euros, vide nota 14.

43 - Provisões

Provisões (gastos / reversões)	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Provisão para processos judiciais em curso	431	58
Impostos	(490)	-
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3	-
Outras provisões	243	(785)
	187	(727)

As principais variações encontram-se discriminadas na nota 24 - Provisões, destacando-se os montantes mais significativos na PARPÚBLICA resultantes de provisões para Impostos e no Grupo TAP resultantes de Provisões para Processos judiciais em curso e outras provisões.

44 - Imparidade de investimentos

Não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos não depreciáveis	1º semestre 2015		1º semestre 2014	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos não depreciáveis				
Outros	-	-	6	-
CVP	-	-	-	29
	-	-	6	29
				23

Depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos depreciáveis	1º semestre 2015		1º semestre 2014	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos tangíveis depreciáveis				
Terrenos e recursos naturais	2 624	26	-	-
Edifícios e outras construções	461	-	-	-
	3 085	26	-	-
		(3 059)		-

45 - Aumentos / reduções de justo valor

Aumentos / reduções de justo valor	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Ajustamentos positivos		
Ativos biológicos	413	514
Ganhos de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	122 527	85 358
Ganhos de outros investimentos financeiros	298	213
Outros ajustamentos		
Swaps de taxa de juro	25 845	-
Outros	1 455	-
	150 538	86 085
Ajustamentos negativos		
Propriedades de investimento	1 209	2
Ativos biológicos	226	327
Outros ajustamentos		
Opção sobre ações da GALP	24 710	56 195
Outros	-	43 504
	26 144	100 027
	124 394	(13 942)

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em ativos biológicos respeitam na sua totalidade à Companhia das Lezírias.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 9 - Ativos Biológicos.

Os Ganhos/Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e os aumentos/reduções de justo valor referente a Outros (valores líquidos) podem ser sintetizados, como se segue:

	1º semestre 2015			1º semestre 2014		
	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos
Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros:						
Ações GALP (*)	122 527	-	122 527	85 358	-	85 358
Outros ajustamentos:						
Opção sobre ações da GALP		24 710	-24 710	-	56 195	-56 195
Swaps de taxas de juro	25 845		25 845		42 780	-42 780
Swaps de taxas de câmbio	1 455	-	1 455		724	-724

(*) Participações sociais em empresas que não se qualificam como subsidiárias ou associadas

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no *mark to market* determinado por entidades financeiras internacionais.

46 - Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Rendimentos suplementares	26 896	27 752
Ganhos em existências	44	237
Ganhos em imobilizações	211	1 425
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	1 400	1 224
Desc de pronto pagamento obtidos	125	95
Outros juros obtidos	22 430	23 922
Outros rendimentos e ganhos	7 775	10 202
Diferenças de câmbio favoráveis	785	554
Total	59 667	65 411

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento de Transporte Aéreo e Atividades relacionadas e referem-se, entre outros, a venda de milhas do programa TAP Victoria a parceiros de 8 243 milhares de euros (1º semestre de 2014: 8 881 milhares de euros), rendimentos com publicidade de 4 894 milhares de euros (1º semestre de 2014: 4 395 milhares de euros), a vendas de material de armazém recuperado de 4 901 milhares de euros (1º semestre de 2014: 4 316 milhares de euros), rendas e sublocações de 1 116 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 186 milhares de euros). Incluem ainda 3 454 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (1º semestre de 2014: 2 765 milhares de euros).

No primeiro semestre de 2014 a rubrica de Ganhos em imobilizações advêm essencialmente do Grupo TAP no montante de 1 160 milhares de euros.

Os juros obtidos, no montante de 22 430 milhares de euros (1º semestre de 2014: 23 922 milhares de euros), respeitam essencialmente a 18 300 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2014: 20 018 milhares de euros).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, no montante de 7 776 milhares de euros é composta maioritariamente pela Estamo em 4 999 milhares de euros (1º semestre de 2014: 2 209 milhares de euros), pelo Grupo AdP no montante de 1 267 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 735 milhares de euros), pelo Grupo TAP no montante de 983 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 210 milhares de euros).

47 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Impostos	12 348	14 646
Perdas em imobilizações	921	1 188
Perdas em existências	995	823
Multas e penalidades	268	342
Diferenças de câmbio desfavoráveis	14 436	12 125
Descontos de pronto pagamento obtidos	6	9
Gastos e perdas de serviços financeiros	2 388	2 998
Outros	9 806	8 413
	41 169	40 544

A rubrica de Impostos inclui, essencialmente, 4 687 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2014: 6 945 milhares de euros), 4 622 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2014: 5 100 milhares de euros) e 2 196 milhares de euros da INCM (1º semestre de 2014: 1 923 milhares de euros).

As Perdas em imobilizações referem-se essencialmente ao Grupo TAP, com um total de perdas de 896 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 110 milhares de euros).

Relativamente às Perdas em existências, estas referem-se na sua maioria ao Grupo TAP com um montante de 675 milhares de euros (1º semestre de 2014: 716 milhares de euros).

As Diferenças de câmbio desfavoráveis são provenientes na sua quase totalidade do Grupo TAP.

Os Gastos e perdas de serviços financeiros respeitam essencialmente ao Grupo TAP, 2 308 milhares de euros (1º semestre de 2014: 2 039 milhares de euros).

A rubrica de Outros respeita essencialmente ao Grupo TAP com um montante de 2 122 milhares de euros (1º semestre de 2014: 2 742 milhares de euros) e à Estamo com um montante de 5 832 milhares de euros (1º semestre de 2014: 1 948 milhares de euros).

48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	87	87
Edifícios e outras construções	9 815	9 889
Equipamento básico	38 374	58 921
Equipamento de transporte	197	275
Ferramentas e utensílios	732	854
Equipamento administrativo	1 670	1 518
Outras imobilizações corpóreas	3 101	3 750
	53 976	75 294
Outros ativos intangíveis		
Outros ativos fixos intangíveis		
Com vida útil finita	109 248	110 904
	109 248	110 904
Propriedades de investimento (m étodo do custo)	47	47
Ativos biológicos (m étodo do custo)	35	35
Total	163 306	186 280

A variação ocorrida decorre, essencialmente, da revisão das vidas úteis das aeronaves do Grupo TAP.

49 - Subsídios ao investimento

Os Subsídios ao investimento no montante de 36 317 milhares de euros (1º semestre de 2014: 36 835 milhares de euros) advêm maioritariamente do segmento das Águas e Resíduos (99% do montante dos subsídios).

50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Gastos e perdas		
Juros suportados	153 898	180 377
Diferenças de câmbio desfavoráveis	13 176	331
Outros gastos e perdas financeiros	10 635	10 755
	177 708	191 463

Os Juros suportados de financiamentos no montante de 153 898 milhares de euros (1º semestre de 2014: 180 377 milhares de euros) incluem:

- 92 501 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2014: 105 200 milhares de euros);
- 39 068 milhares de euros do Grupo AdP (1º semestre de 2014: 49 981 milhares de euros);
- 20 816 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2014: 23 106 milhares de euros).

A variação verificada nas diferenças de câmbio decorre, essencialmente, da valorização das locações financeiras denominadas em dólares do Grupo TAP.

Os Outros gastos e perdas financeiros, no montante de 10 635 milhares de euros (1º semestre de 2014: 10 755 milhares de euros) referem-se a:

- 6 439 milhares de euros da PARPÚBLICA (1º semestre de 2014: 8 521 milhares de euros) relativos a gastos/pagamentos efetivos nos contratos de swaps de taxa de juro e comissões de financiamento; e
- 1 392 milhares de euros do Grupo TAP (1º semestre de 2014: 1 458 milhares de euros).

51 - Imposto sobre o rendimento do período

Impostos sobre o rendimento (DR)	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Gasto/rendimento por impostos correntes	38 077	35 815
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	-	-
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	618	(5 946)
Benefícios provenientes de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes	450	(776)
Gasto provenientes de redução ou reversão de um ativo por impostos diferidos	(5)	1 283
Outros	43	(477)
TOTAL	39 183	29 899

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Resultado antes de imposto	12 218	(66 906)
Taxa	22,5%	23,2%
Produto	2 749	(15 525)
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	(2 393)	28 171
Ativos e passivos por impostos diferidos	198	1 600
Derrama	4 464	3 264
Tributações autónomas	1 436	1 382
Diferenças temporárias	(1 407)	(1 998)
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	(131)	18 757
Outros	34 268	(5 752)
TOTAL	39 183	29 899

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos (por data de extinção):	1º semestre 2015	1º semestre 2014
N	15 547	236 160
N+1	26 125	122 826
N+2	9 054	8 032
N+3	96 611	131 867
N+4	2 016	32 107
N+5	499	1 629
TOTAL	149 852	532 621

Os Impostos sobre o rendimento do período no montante de 39 183 milhares de euros (1º semestre de 2014: 29 899 milhares de euros) correspondem na generalidade ao Grupo AdP (1º semestre de 2015: 26 962 milhares de euros; 1º semestre de 2014: 20 427 milhares de euros).

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O cálculo do imposto corrente do exercício a 30 de junho de 2015 corresponde à taxa anual de 21%, acrescida de Derrama, Derrama Municipal e Derrama Estadual. A Derrama Municipal incide sobre o lucro tributável com uma taxa máxima de 1,5%. A Derrama Estadual incide sobre o lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros a uma taxa de 3%, superior a 7,5 milhões de euros a uma taxa de 5% e superior a 35 milhões de euros a uma taxa de 7%.

As declarações de autoliquidação, do Grupo PARPÚBLICA ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. O Conselho de Administração do Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de junho de 2015.

52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Interesses que não controla (resultado líquido)		
Grupo AdP (exceto EGF - detido para venda)	15 312	17 875
EGF - detido para venda	1 308	1 375
Cateringpor	466	440
LFP	1 622	1 196
SAGESECUR	72	9
ECODETRA	(5)	(6)
Margueira	62	43
SPE	(214)	-
MARL, SA	211	224
MARF, SA	(1)	(18)
MARE, SA	19	8
MARB, SA	6	19
	18 858	21 165

53 - Unidades operacionais descontinuadas

Os resultados e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2015 relativos às unidades operacionais descontinuadas respeitam às operações descontinuadas TAP e EGF. Os resultados e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2014 relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência com as operações descontinuadas da TAP, da EGF e os dividendos obtidos dos CTT por parte da PARPÚBLICA.

Os resultados e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2015 e 2014 relacionados com unidades operacionais descontinuadas são os seguintes:

RUBRICAS	1º semestre 2015	1º semestre 2014 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	1 259 595	1 270 639
Subsídios à exploração	310	1 736
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(632)	(916)
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	-	18 902
Ganhos/ perdas em alienações de participações	-	-
Variação nos inventários da produção	1 671	13 687
Trabalhos para a própria entidade	539	772
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(132 671)	(117 044)
Fornecimentos e serviços externos	(869 013)	(845 785)
Gastos com o pessoal	(304 308)	(297 374)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	148	540
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(1 671)	(4 393)
Provisões (aumentos / reduções)	630	(777)
Aumentos / reduções de justo valor	(201)	-
Outros rendimentos e ganhos	29 251	31 690
Outros gastos e perdas	(26 833)	(27 893)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(43 185)	43 783
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(61 473)	(83 022)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	-	-
Subsídios ao investimento	9 166	9 121
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(95 492)	(30 118)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(37 460)	(27 973)
Resultado antes de impostos	(132 952)	(58 091)
Imposto sobre o rendimento do período	(4 962)	(2 123)
Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas	(137 914)	(60 214)
Resultado líquido dos interesses que não controlam	3 396	3 011
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(141 310)	(63 225)

Fluxos de caixa líquidos atribuíveis às unidades operacionais descontinuadas

RUBRICAS	Notas	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Fluxos das:			
Atividades de exploração		90 345	203 627
Atividades de investimento		(31 399)	3 623
Atividades de financiamento		(80 931)	(153 411)
		(21 985)	53 839

O Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas no montante de 137 914 milhares de euros negativos no 1º semestre de 2015 inclui:

- 140 893 milhares de euros negativos referentes à TAP; e
- 2 978 milhares de euros referentes à EGF.

O Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas no montante de 60 214 milhares de euros negativos no 1º semestre de 2014 inclui:

- 81 814 milhares de euros negativos referentes à TAP;
- 18 902 milhares de euros provenientes da PARPÚBLICA relativos aos dividendos obtidos dos CTT referentes ao exercício de 2013; e
- 2 698 milhares de euros referentes à EGF.

54 - Entidades Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações das principais empresas do Grupo PARPÚBLICA com entidades relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-Jun-15	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade- mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	390 530	9 804	-	380 726
Saldos passivos	56 779	10 542	-	46 237
Rendimentos	109 835	4 051	-	105 784
Gastos	41 475	39 187	188	2 100

Saldos e transações com entidades relacionadas em 30-Jun-14	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade- mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	498 331	10 133	-	488 198
Saldos passivos	100 088	8 181	-	91 907
Rendimentos	199 568	4 204	-	195 364
Gastos	42 271	39 241	181	2 849

Os termos ou condições praticados entre o Grupo PARPÚBLICA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

55 - Ativos e passivos financeiros

1) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo PAPÚBLICA apresentam-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos Financeiros	30-Jun-15						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	67	629 327	-	-	-	629 395
Outros ativos financeiros	4 709 233	11	6 405	6 299	-	-	4 721 947
Outras contas a receber	169 700	-	-	-	-	-	169 700
	4 878 933	78	635 732	6 299	-	-	5 521 042
Ativo corrente							
Clientes	477 137	-	-	-	-	-	477 137
Adiantamentos a fornecedores	7 074	-	-	-	-	-	7 074
Outras contas a receber	89 966	-	-	-	-	-	89 966
Outros ativos financeiros	-	4	7 729	-	-	-	7 733
Caixa e depósitos bancários	463 244	-	-	-	-	-	463 244
	1 037 422	4	7 729	-	-	-	1 045 155
Total do ativo	5 916 355	82	643 461	6 299	-	-	6 566 197
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	26 127	6 062 103	6 088 230
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	120 342	120 342
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	194 666	-	194 666
	-	-	-	-	220 793	6 182 446	6 403 239
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	38 548	38 548
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 249	1 249
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	670 941	670 941
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	670 523	670 523
	-	-	-	-	-	1 381 279	1 381 279
Total do passivo	-	-	-	-	220 793	7 563 725	7 784 518
Valor Líquido	5 916 355	82	643 461	6 299	(220 793)	(7 563 725)	(1 218 321)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	30-Jun-15			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	619 112	14 134	-	633 246
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	10 215	-	-	10 215
	629 327	14 134	-	643 461
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	216 284	-	216 284
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	4 509	-	4 509
	-	220 793	-	220 793

Ativos e Passivos Financeiros	31-Dez-14						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	67	505 237	-	-	-	505 303
Outros ativos financeiros	4 703 606	10	6 405	6 314	-	-	4 716 335
Outras contas a receber	166 070	-	-	-	-	-	166 070
	4 869 676	77	511 642	6 314	-	-	5 387 709
Ativo corrente							
Clientes	522 988	-	-	-	-	-	522 988
Adiantamentos a fornecedores	6 225	-	-	-	-	-	6 225
Outras contas a receber	84 408	-	-	-	-	-	84 408
Outros ativos financeiros	-	4	6 904	-	-	-	6 908
Caixa e depósitos bancários	404 368	-	-	-	-	-	404 368
	1 017 989	4	6 904	-	-	-	1 024 897
Total do ativo	5 887 666	81	518 546	6 314	-	-	6 412 606
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	1 417	6 053 322	6 054 739
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	121 366	121 366
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	222 645	-	222 645
	-	-	-	-	224 062	6 174 688	6 398 751
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	37 068	37 068
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	497	497
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	835 226	835 226
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	697 807	697 807
	-	-	-	-	-	1 570 616	1 570 616
Total do passivo	-	-	-	-	224 062	7 745 304	7 969 367
Valor Líquido	5 887 666	81	518 546	6 314	(224 062)	(7 745 304)	(1 556 760)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27 A DA IFRS 7	31-Dez-14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	505 237	13 309	-	518 546
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-	-
	505 237	13 309	-	518 546
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	224 062	-	224 062
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
	-	224 062	-	224 062

Mensurações pelo justo valor

i) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente

Alguns dos ativos e passivos do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados pelo justo valor no final de cada período de relato. O quadro que se segue apresenta informação relativamente à forma como os justos valores destes ativos e passivos financeiros são determinados, nomeadamente as técnicas de avaliação e os dados (input) utilizados nestas mensurações:

Ativos / Passivos financeiros	30-Jun-15	31-Dez-14	Técnicas de avaliação utilizadas
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	633 246	518 546	
Ações detidas pela Parpública	619 112	488 515	Cotações em mercado ativo (NYSE Euronext)
UP do Fundo Imopoupança	10	10	O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final de 30 de junho de 2015
UP do Fundo Fundiestamo I	7 719	6 894	Como não existe um preço diretamente observável no mercado, que possa ser assumido como o justo valor destas UP, dada a escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez, identificaram-se técnicas alternativas de mensuração do justo valor, nomeadamente, o valor patrimonial destas UP (VUP) divulgado pela CMVM. O VUP resulta do rácio entre o total do Capital Próprio e o número de unidades de participação. Considerando que os ativos deste Fundo são essencialmente imóveis sujeitos a avaliações periódicas, o valor dos Capitais Próprios é a uma boa aproximação ao justo valor. Dadas as condições atuais de mercado, considera-se que esta metodologia é mais representativa do justo valor destas UP. Esta alteração de técnica de mensuração, é tratada como alteração de estimativa, de acordo com a IAS 8, sendo de aplicação prospetiva. Destaque-se que grande parte do impacto é explicada pela redução, em 2014, do índice do IPD relativo ao mercado imobiliário português para o segmento de escritórios para 3,7%. Considerou-se o valor patrimonial da unidade de participação divulgado para 30 de junho de 2015.
Aplicações financeiras junto da banca comercial - obrigações sénior	6 405	6 405	O justo valor do instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados over-the-counter.
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	10 215	-	
Ações	10 215	-	Cotações em mercado ativo (NYSE Euronext)
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	216 284	224 062	
SWAPs de taxa de juro da Parpública	178 491	202 470	O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o "mark-to-market" desses instrumentos.
Opção em empréstimo obrigacionista da Parpública	26 127	1 417	
SWAPs de taxa de juro da AdP	11 666	20 175	a)
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	4 509	-	
Swaps da AdP	4 509	-	a)

a) A AdP recorre a derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, a AdP não utiliza derivados para negociação. Apesar de os derivados contratados pela AdP corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados determinados por entidades externas, tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado. Os instrumentos financeiros associados aos empréstimos do Depfa (Nocional de 50 milhões de euros) são considerados instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, e por tal a respetiva variação de justo valor é contabilizada diretamente nos capitais próprios a partir de 2012. Foram efetuadas as avaliações de efetividade de dos instrumentos, cujos resultados ficaram dentro do intervalo de 80% a 125%.

ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que não estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente (mas são requeridas divulgações de justo valor)

Devido à sua natureza de curto-prazo, o Conselho de Administração do Grupo AdP considera que a quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor aproxima-se do seu justo valor, com exceção das seguintes situações:

	30-Jun-2015		31-Dez-2014	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Passivos Financeiros				
Financiamentos obtidos	2 230	2 000	2 266	1 503
Total	2 230	2 000	2 266	1 503

56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.
- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA, Grupo AdP e Grupo TAP.

PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade da parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, incide fundamentalmente ao nível das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria (mitigados, pois estas aplicações são efetuadas junto do IGCP), aos *swaps* contratados e aos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com expectativa de retorno adequado. Os suprimentos são aprovados pela Comissão Executiva da PARPÚBLICA e remunerados a taxas de mercado.

ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está coberto pelo Orçamento do Estado, na sequência da integração da PARPÚBLICA no perímetro de consolidação orçamental do Estado com efeitos a 1 de janeiro de 2015, passando as necessidades de financiamento não cobertas pelos recursos próprios da PARPÚBLICA a ser supridas com entregas da DGTF.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

valores em milhares de euros						
30-06-2015	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>5 anos	Total
Financiamentos						3883,9
Papel Comercial						0,0
<i>Eurobonds</i>					1500,0	1500,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações			170,0	750,0		920,0
Financiamento Bancário		21,0	21,0	63,1	473,1	578,2

valores em milhares de euros						
31-12-2014	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>5 anos	Total
Financiamentos						4094,4
Papel Comercial						0,0
<i>Eurobonds</i>					1500,0	1500,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		200,0	170,0	750,0		1120,0
Financiamento Bancário		21,0	21,0	63,1	483,6	588,7

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são as seguintes:

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i> Bonds 500M€ - 2005, due 2020 Bonds 150M€ - 2005, due 2020 Bonds 250M€ - 2006, due 2026 Bonds 600M€ - 2014, due 2021	<i>Cross Default / Force Majeure</i> <i>Cross Default</i> <i>Cross Default</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações Permutáveis Galp 885,65M€– 2010, due 2017	<i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i>
Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 170M€ - 2013/2016 Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 750M€ - 2014/2019	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Financiamento Bancário 599,238M€	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>

iii) Risco de Mercado

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 57,6% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e cerca de 42,4% vence juros a taxa de juro variável.

A PARPÚBLICA mantém três estruturas de swaps de taxa de juro *plain vanilla* (swap de taxa variável para taxa fixa). O montante *nocional* total das três estruturas é de 448,8 milhões de euros à data de 30 de junho de 2015. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos (milhares de euros):

	1º Semestre de 2015	2014
Fluxos de caixa líquidos	-6 308	-12 055
Ganhos (Perdas) por variação do justo valor após o reconhecimento inicial	23 979	-92 349

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo e dos fluxos dos *swaps* eram os seguintes em 30 de junho de 2015:

30-Jun-15

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-156 119,8	-483 010,0	-497 194,0	-1 136 323,8
Fluxos dos swaps	-20 323,3	-63 977,3	-102 976,3	-187 276,9

31-Dez-14

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-157 046,9	-484 647,9	-486 785,4	-1 128 480,2
Fluxos dos swaps	-16 336,8	-69 664,7	-129 907,0	-215 908,5

Risco de Preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos. No caso específico do empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, o risco coloca-se essencialmente pelos efeitos da variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma *call* e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em 28 de setembro de 2015. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

A componente base e a opção embutida destes empréstimos estão separadas contabilisticamente sendo mensuradas de acordo com o referido nas notas 2m, 2t e 2w.

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	1º Semestre de 2015	2014
Variação do valor das opções	-24,7	+11,7
Variação do valor do ativo subjacente	+124,5	-199,7
Ganho líquido/ Perda líquida	+99,8	-188,0

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 30 de junho de 2015 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação	Valor (M€)	Variação	Valor %	Valor (M€)	Variação	
10,52	619,1	-	2,95%	26,1	-	-
12,10	711,9	15,0%	6,33%	56,1	114,7%	62,8
8,94	526,0	-15,0%	0,43%	3,8	-85,4%	-72,8

Os efeitos na mesma opção por variações na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP			
Volatilidade implícita			
%	Opção (%)	Valor (M€)	Variação
38,8%	2,95%	26,1	-
43,8%	4,38%	38,8	48,5%
33,8%	1,52%	13,5	-48,5%

Os efeitos nos *swaps* associados ao empréstimo de 599,2 milhões de euros por variações positivas e negativas de 1% na taxa de juro variável (Euribor 6M) seriam os seguintes:

Taxa	Valor	Variação
Euribor 6M	178,5	
Euribor 6M + 1%	114,2	-36,0%
Euribor 6M - 1%	252	41,2%

Grupo AdP

Fatores de Risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. É prática corrente no Grupo AdP, entre outros instrumentos, a contratação de instrumentos financeiros derivados para minimizar alguns dos riscos a que se encontra exposto. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo AdP. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente. O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida.

O Conselho de Administração do Grupo AdP avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), estabelecimento de acordos de pagamento e interposição de injunções/ações judiciais.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdP SGPS continua a entender que, sobre esses saldos, não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 30 de junho de 2015, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	30-Jun-15	31-Dez-14
Depósitos à ordem	96 947	51 140
Depósitos prazo e outros títulos	205 536	223 877
Outros Ativos Financeiros	6 519	6 514
Fundo de reconstituição de capital	106 507	102 668
Total	415 509	384 199

Rating	30-Jun-15
A1	-
A2	1 334
B1	58 484
B2	58 834
Ba1	244 233
Ba3	6 953
Baa 1	3 810
Baa 3	27 347
Caa2	4 270
Sem <i>rating</i> conhecido	10 244
Total	415 509

ii) Risco de Taxa de Câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, e dos empréstimos com *swaps* de cobertura de taxa de câmbio.

iii) Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo elevado montante das dívidas de clientes.

Face a este problema o Grupo AdP procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo AdP, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos assumidos com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	623 175	370 070	1 742 477
Fornecedores e outros passivos	191 507	67 009	47 046

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. O Grupo AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e, conseqüentemente, o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	30-Jun-15	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados	37 053	62 865	12 573

iv) Risco de Capital

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo AdP, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento - BEI), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	30-Jun-15	31-Dez-14
Empréstimos não correntes	2 112 547	2 139 653
Empréstimos correntes	623 175	598 893
Disponibilidades	(302 717)	(281 885)
Dívida	2 433 004	2 456 660
Subsídios ao investimento	1 635 070	1 630 393
Total do capital próprio	1 350 278	1 327 665
Capital e subsídios	5 418 352	5 414 717
Dívida/total do capital	0,45	0,45

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

v) Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as conseqüências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo AdP têm procurado

acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

O Programa do XIX Governo Constitucional, assim como o Plano de Assistência Económica e Financeira, preveem a autonomização do subsector dos resíduos do Grupo AdP e a necessidade de implementar as medidas necessárias à sua abertura ao sector privado. Estão em curso diversas medidas conducentes a uma reestruturação do setor, entre as quais a venda da sub-holding EGF (resíduos). A esta data o Conselho de Administração da AdP SGPS desconhece os impactos que as mesmas podem ter nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP, para além das divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Através da lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Foi também publicada a Lei n.º 12/2014, de 6 de março que altera, pela segunda vez, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado já pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho), e que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

Grupo TAP

O primeiro semestre de 2015 foi inicialmente caracterizado por uma envolvente económica positiva na Europa e nos Estados Unidos, prosseguindo a tendência de recuperação destas economias que já se vinha registando ao longo do ano de 2014. Na segunda metade de 2014, e sobretudo a partir do outono, verificou-se uma forte baixa de cotações no mercado petrolífero, situação que não registou qualquer inversão de tendência significativa no primeiro semestre de 2015, mantendo-se os preços baixos no período. O mesmo sucedeu com o euro face ao dólar, cuja baixa se havia desencadeado a partir de final de 2014, em paralelo com a queda dos preços das matérias-primas. A quebra das cotações das matérias-primas para níveis muito inferiores aos de anos anteriores e outros fatores determinantes, como a desaceleração da economia chinesa, tiveram um impacto importante nas economias emergentes. A economia brasileira, por exemplo, que já denotava uma estagnação em 2014, continuou a apresentar sinais negativos no corrente ano. A economia russa entrou em recessão. Com as economias chinesa, brasileira, russa, e outras de países emergentes, em clara desaceleração, o crescimento previsto para a economia mundial foi revisto em baixa ao longo de 2015, a despeito da estabilização das economias mais desenvolvidas.

Os mercados financeiros registaram, em início do ano, um clima geral de estabilidade, com taxas de juro muito baixas e liquidez crescente nos mercados, contudo o final do semestre foi marcado pela situação dramática vivida na Grécia com a paralisação do seu sistema bancário e dos mercados financeiros locais perante uma iminente saída do país da zona euro, evitada in-extremis, após tensas e prolongadas negociações com os parceiros europeus.

A economia portuguesa manteve uma tendência de recuperação económico-financeira, sendo de assinalar a evolução muito positiva que continuou a registar-se, em particular, no setor do turismo, setor que beneficiou de modo direto a atividade do Grupo TAP. Em sentido negativo, contudo, verificou-se um impacto crescente das dificuldades financeiras de Angola na economia nacional. O primeiro semestre de 2015 ficou igualmente marcado, em sentido negativo, pelos problemas laborais verificados na TAP S.A., e pelas consequências daí decorrentes a nível de vendas, em resultado quer do anúncio de paralisações na quadra natalícia, em dezembro de 2014, quer da greve prolongada, realizada em maio, decretada pelo sindicato de pilotos. O semestre ficou ainda marcado pelo decorrer do processo de privatização do Grupo TAP e seleção final em junho, por parte do Governo, da entidade compradora do Grupo TAP, no ano do septuagésimo aniversário de uma das companhias aéreas mais antigas do mundo.

i) Risco de Preço

O primeiro semestre de 2015 registou um crescimento, em termos homólogos, de cerca de 5% da oferta, a nível de transporte aéreo de passageiros, medida em termos de lugares oferecidos por quilómetro (“PKOs”), em resultado da expansão da frota e da rede levadas a cabo em meados de 2014. Apesar de terem sido ultrapassados diversos problemas operacionais e técnicos ocorridos no início da operação da nova frota em 2014, outros problemas se foram colocando, designadamente laborais, o que se traduziu numa procura abaixo do esperado, com um crescimento de número de passageiros pelos quilómetros percorridos (“PKUs”) de apenas 0,4% no conjunto da operação e consequentemente numa baixa da taxa média de ocupação da frota, com uma redução do load-factor de 80% verificado em 2014 para cerca de 77%.

Em termos geográficos, a procura, medida pelos PKUs, baixou em especial nos Açores, em África (à exceção de Angola), nas rotas do sul do Brasil e, acentuadamente, na rota da Venezuela. Em sentido contrário, o volume de tráfego cresceu na maioria dos mercados europeus, sendo a média de crescimento dos PKUs na Europa de cerca de 3%, bem como nas rotas do Norte do Brasil, incluindo as novas linhas de Belém e Manaus e também por efeito das novas rotas da Colômbia e Panamá. O volume de tráfego nos EUA manteve-se ao mesmo nível do ano precedente.

Tal como a utilização dos diferentes destinos oferecidos pela TAP S.A. também o comportamento geográfico das vendas foi muito diverso. Os dois principais mercados, Portugal e Brasil, cada um com cerca de 23-24% do total de vendas, apresentaram comportamentos opostos, com um aumento do valor das vendas no Brasil e um decréscimo do valor de vendas em Portugal. As vendas no Brasil deverão ter sido influenciadas, em parte, por efeitos cambiais, nomeadamente o nível alto do dólar – moeda em que são denominadas as tarifas - face ao período correspondente de 2014.

Nos mercados africanos, representativos de 7% do total de vendas da TAP S.A., verificou-se uma quebra marginal do valor global das vendas. Nos EUA, com um peso de 5% nas vendas, verificou-se um crescimento de vendas na ordem dos 30% que, em parte significativa, está relacionado com a interrupção das vendas na Venezuela, a partir de meados de 2014, devido às restrições de transferências de fundos nesse país, tendo os venezuelanos passado a adquirir as viagens no exterior. A quebra de vendas verificada

na Venezuela, após a inibição de emissões nesse mercado, foi da ordem dos 90% em 2015 face ao período homólogo. A variação média das vendas nos mercados europeus, com um peso de 40% no total de vendas, foi negativa em cerca de 2,5% no semestre.

Para além da distribuição geográfica das vendas também o seu comportamento no decorrer do tempo foi distinto, com valores mais favoráveis, deduzida a sazonalidade, no primeiro trimestre do ano e um comportamento mais desfavorável no segundo trimestre, o que estará relacionado com a instabilidade laboral verificada. Em termos de resultado global dos proveitos de passagens no semestre, face ao ano anterior, verificou-se uma redução na ordem dos 3,6%, essencialmente por efeito de preço, com uma quebra de yield médio próximo de 4%, compensado pela subida marginal de 0,4% do volume de tráfego transportado na totalidade da rede.

A atividade de carga e correio, que representa cerca de 5% dos proveitos globais do Grupo TAP, teve, no semestre, um desempenho positivo, com um crescimento expressivo face ao período homólogo de 2014, com crescimentos assinaláveis de vendas em vários mercados europeus e também no Brasil.

A Manutenção e Engenharia teve comportamentos díspares em Portugal e no Brasil, com um crescimento expressivo de proveitos em Portugal e uma redução do valor de proveitos no Brasil. Em Portugal verificou-se um aumento e diversificação de trabalhos para terceiros, incluindo para novos clientes, quase duplicando o valor do ano anterior, contudo, tomando em linha de conta a variação da produção, cujos valores em 2014 eram muito significativos, o valor de proveitos de manutenção em Portugal apresentou uma taxa de crescimento menos acentuada. Na TAP M&E Brasil parte da quebra deveu-se a uma redução no número de clientes ativos, bem como no valor médio das intervenções realizadas, para além de efeitos cambiais. O valor total de proveitos de manutenção englobando Portugal e Brasil foi de cerca de 80 milhões de euros no semestre.

A L.F.P.- Lojas Francas de Portugal, S.A. apresentou no primeiro semestre de 2015 um volume de proveitos de montante aproximado ao valor global de proveitos das atividades de manutenção para terceiros acima referidos, tendo registado um crescimento de 7,8% nas vendas face ao período homólogo, O crescimento das vendas da LFP resultou do continuado crescimento de tráfego nos aeroportos nacionais e consequente aumento do número de clientes e transações duty-free. O aumento de clientes e transações verificado foi na ordem dos 10%, no entanto, verificou-se uma ligeira redução do valor médio gasto por passageiro aeroportuário, na ordem dos 2%. De referir que os aeroportos onde as vendas mais cresceram foram os dos Açores, Porto e Lisboa, aeroportos onde os aumentos de tráfego foram em parte gerados pelo aumento de atividade de companhias low-cost, o que tende a traduzir-se num gasto per capita inferior.

Em síntese, o conjunto de proveitos e rendimentos do Grupo TAP no primeiro semestre de 2015 ficou abaixo do valor homólogo de 2014, essencialmente, devido à quebra de yield médio da operação de transporte aéreo de passageiros, tendo as restantes atividades do Grupo TAP, em termos agregados, apresentado um comportamento positivo.

ii) Risco de preço de combustível e outros gastos

O peso do gasto com combustível no total global de gastos do Grupo TAP situou-se em 25% no semestre. A quebra verificada nas cotações do petróleo e nos preços de referência para o combustível de aviação da Platts foi muito significativa em final de 2014 e os valores médios registados no primeiro semestre de 2015 situaram-se cerca de 40% abaixo dos registados no período homólogo. Contudo, em sentido contrário, verificou-se uma subida acentuada do nível médio do câmbio do eurodólar, que passou de 1,37 no primeiro semestre de 2014 para 1,12 no primeiro semestre de 2015, cerca de 20% de variação, com reflexo direto na fatura com combustíveis. O hedging negociado, ainda em 2014, para o primeiro semestre de 2015 teve por consequência negativa um atraso parcial na tendência de redução de custos decorrente da queda de preços, dado que a fixação de preços realizada ocorreu a níveis de cotações em vigor antes da forte queda em final de 2014 e abrangeu cerca de 50% do consumo estimado. Dado o aumento de atividade verificado no semestre, em termos de horas de voo, em linha com o aumento de PKOs de 5%, o consumo de jet fuel aumentou, em termos físicos, cerca de 4,5%. Todos estes fatores conjugados concorreram para uma redução agregada de gasto em euros com combustíveis, no semestre, de 5,3% face ao período homólogo.

O acréscimo de 5% do conjunto da operação de transporte aéreo de passageiros do Grupo TAP teve ainda por consequência o aumento de um conjunto de gastos variáveis particularmente significativos como sejam as taxas de navegação aérea, taxas de aterragem, handling e despesas a bordo. Estes gastos que, em termos agregados, têm um peso próximo do dos combustíveis, tiveram subidas, em diversos casos, superiores à taxa de crescimento da operação.

Uma outra rubrica que, a despeito do peso limitado na estrutura de custos, registou um aumento particularmente elevado, foi a de locação operacional de aeronaves. A aquisição de aeronaves adicionais, entregues ao Grupo TAP em meados de 2014, foi efetuada mediante contratos de locação operacional, tendo o número total de aviões alugados passado de 18 para 24, com a adição de quatro aeronaves de médio curso e duas de longo curso. As rendas médias em dólares da frota em regime operacional mantiveram-se, sensivelmente, ao mesmo nível antes e após a entrada das novas aeronaves, tendo em conta as condições contratuais negociadas em função da idade e características das aeronaves, contudo a subida em 20% do dólar, divisa de denominação de todos os contratos, contribuiu significativamente para a subida dos gastos totais de locação operacional.

Os gastos com pessoal a nível do Grupo TAP tiveram uma subida moderada, dado que já em início de 2014 se havia registado um aumento do quadro de pessoal, designadamente pessoal navegante, e tendo em conta que os custos com remunerações variáveis também haviam sido mais elevados em meados de 2014 (na fase de transição para a operação dos novos aviões e das novas rotas) do que agora em 2015, a despeito do aumento efetivo da operação face ao período homólogo de 2014. Fatores como o impacto em custos salariais da greve dos pilotos, por exemplo, contribuíram também para um menor crescimento dos gastos com pessoal.

iii) Risco cambial

Alguns riscos cambiais do Grupo TAP voltaram a estar patentes em 2015, entre eles o risco inerente à variação do câmbio do dólar, particularmente acentuada em final de 2014 e que afetou a exploração durante o primeiro semestre de 2015, comparativamente com o ano anterior.

A subida média do dólar no semestre face ao período homólogo foi da ordem dos 20% tendo travado significativamente o efeito positivo da baixa das cotações do jet fuel na fatura total com combustíveis, e tendo tido impacto nas demais rubricas de custos operacionais em dólares. A nível de custos financeiros, rubrica que também tem um peso limitado no total de custos, continua a estar denominada em dólares apenas uma fração diminuta do total da dívida do Grupo TAP, cerca de 13%.

No semestre em curso, a variação cambial, verificada no dólar, foi cerca de 10%, aproximadamente metade da variação cambial média registada entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015. O impacto cambial da valorização do dólar em fim de período foi portanto menor que a valorização média do dólar face ao período homólogo, visto que a divisa já havia valorizado significativamente antes de dezembro de 2014.

Outra fonte de exposição cambial do Grupo TAP continua a ser o real brasileiro, quer no transporte aéreo por via das vendas de passagens em reais, quer na atividade de manutenção da TAP M&E Brasil.

Outras fontes de exposição cambial, relativamente às quais o Grupo se tenta adaptar e salvaguardar, são as decorrentes de fundos gerados nos diversos mercados e nas mais diversas áreas geográficas e jurisdições, com o inerente risco relacionado com o repatriamento desses fundos e a sua eventual depreciação ou desvalorização. Em concreto, face às dificuldades dos últimos anos verificadas na Venezuela, tiveram que ser interrompidas quase na totalidade as vendas nesse mercado em meados de 2014. Em Angola a política comercial teve que ser ajustada face às crescentes dificuldades financeiras do país desde 2014. Mas não é só em mercados emergentes que se verificam riscos financeiros e políticos: as transferências de fundos da Grécia ficaram bloqueadas assim que foi imposto controlo de capitais no país em junho.

A exposição do Grupo TAP ao risco de taxa de câmbio, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo TAP, em divisas, convertidos para euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

Ativos e Passivos em Divisas	30-jun-15			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	4 496	4 784	56 306	65 586
Depósitos bancários restritos	-	-	101 083	101 083
Contas a receber - Clientes	35 106	108 559	26 897	170 562
Contas a receber – outros	61 773	33 739	401	95 913
	101 375	147 082	184 687	433 144
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	131 238	5	-	131 243
Contas a pagar - fornecedores	6 618	20 448	5 902	32 968
Contas a pagar-outros	4 046	12 154	3 423	19 623
	141 902	32 607	9 325	183 834

Ativos e Passivos em Divisas	31-Dez-14			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	3 189	1 052	36 467	40 708
Depósitos bancários restritos	-	-	100 917	100 917
Contas a receber - Clientes	28 383	64 838	18 962	112 183
Contas a receber - outros	43 319	31 749	801	75 869
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	123 673	9	-	123 682
Contas a pagar - fornecedores	11 835	16 030	7 473	35 338
Contas a pagar-outros	3 834	13 013	4 371	21 218
	139 342	29 052	11 844	180 238

Em 30 de junho de 2015, o montante apresentado em depósitos bancários restritos, em “Outras” moedas, respeita aos fundos retidos na Venezuela, denominados em bolívares venezuelanos (“VEF”).

Em 30 de junho de 2015, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do período de, aproximadamente, 25 milhões de euros.

iv) Risco de taxa de juro

O passivo remunerado do Grupo TAP terminou o semestre em 1 046 milhões de euros, ligeiramente abaixo do valor verificado em final do exercício de 2014, 1 062 milhões de euros. O valor total da componente de linhas de curto prazo continuou a representar um peso substancial do total, tendo passado de cerca de 36% em 2014 para cerca de 42% em final do semestre. A dívida onerosa do Grupo TAP passou a estar concentrada na sua grande maioria na TAP S.A., e numa pequena parte na Portugaláia, sendo pouco expressivos os valores em dívida da TAP SGPS, após o termo de uma operação financeira de médio prazo nesta entidade.

A componente da dívida a taxa variável aumentou no semestre para 60% face aos 56% registados em final de 2014. Quer a margem média ponderada dos empréstimos a taxa flutuante, quer a média das taxas de juro dos empréstimos a taxa fixa se mantiveram em final de semestre ao nível do final do exercício de 2014. A redução da Euribor para níveis próximos de zero, pontualmente negativos, teve um efeito marginal adicional de redução de custo com juros. A renovação de operações de curto prazo, e também de uma operação de médio prazo, gerou contudo gastos adicionais, normais, com comissões que oneraram também a rubrica de custos financeiros. O custo financeiro total situou-se em cerca de 35 milhões de euros para um valor médio da dívida remunerada no período de aproximadamente 1 050 milhões de euros. De referir que, deste custo total, 13 milhões de euros se devem a atualizações cambiais resultantes da valorização do dólar nos leasings financeiros denominados nesta divisa.

No quadro do passivo remunerado abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar, como segue: 3% para a euribor, 1,75% para a libor do dólar e 1,1189 no eurodólar (2014: 1,2141 no eurodólar). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um

pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	30-Jun-15				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	548 047	83 844	69 612	-	701 503
Locações Financeiras	123 400	93 403	187 358	2 178	406 339
Total	671 447	177 247	256 970	2 178	1 107 842
Empréstimos taxa fixa	51 642	65 015	68 841	-	185 498
Locações Financeiras taxa fixa	79 324	53 722	137 068	2 178	272 292
Total	130 966	118 737	205 909	2 178	457 790

	31-Dez-14				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	534 044	83 446	50 204	-	669 714
Locações Financeiras	133 178	93 447	220 143	6 399	453 167
Total	667 222	178 913	270 347	6 399	1 122 881
Empréstimos taxa fixa	102 380	49 087	49 047	-	200 514
Locações Financeiras taxa fixa	85 736	52 238	151 050	6 399	295 423
Total	188 116	101 325	200 097	6 399	495 937

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo TAP tem empréstimos, a 30 de junho de 2015, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 2 400 milhares de euros.

v) Risco de crédito e de liquidez

No que se refere à posição de liquidez do Grupo TAP, verificou-se uma deterioração da situação, ao longo do semestre, o que resulta naturalmente do consumo de tesouraria decorrente do défice de exploração do período, com causas sazonais e estruturais, mas também excecionais, como as laborais. De entre os fatores de ordem mais operacional, o volume de gastos inerentes à manutenção de um nível de atividade no transporte aéreo mais alargada e intensa do que em anos anteriores, que não foi possível repercutir integralmente em proveitos operacionais, em virtude de quebra de yield, da quebra de vendas e de cancelamentos, gerou uma perda de cash-flow significativa, traduzida nos níveis de liquidez da posição financeira do Grupo TAP. O continuado défice de exploração da manutenção no Brasil e a consequente necessidade de fundos desta subsidiária tiveram também efeito adverso na liquidez global do Grupo TAP.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

O quadro seguinte apresenta elementos relativos à posição de liquidez do Grupo TAP a 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	30-Jun-15	31-Dez-14
Ativos não correntes		
Depósitos Judiciais – Brasil	27 429	27 560
Outros ativos não correntes	24 158	23 131
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	111 342	140 364
Depósitos bancários restritos	101 083	100 917
Contas a receber – clientes	248 772	146 991
Outros ativos correntes	66 687	69 806
	579 471	508 769
Exposição ao risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas	96 970	88 756
Outros compromissos	276 968	310 001
	373 938	398 757

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo TAP, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

(Valores em milhares de euros)

	30-Jun-15	31-Dez-14
AA-	746	104
A+	-	287
A	25 459	17 014
A-	274	4 714
BBB	2 945	-
BBB-	4 197	761
BB+	175	151
BB	684	46 331
BB-	6 233	41 529
B+	2 807	2 092
B	1 562	-
B-	13 814	-
Outros	153 148	128 221
	212 044	241 204
Depósitos bancários restritos	101 083	100 917
Depósitos bancários	110 961	140 287
	212 044	241 204

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*.

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

(Valores em milhares de euros)

	30-Jun-15	31-Dez-2014
Valores não vencidos	240 470	67 910
de 1 a 90 dias	8 485	24 851
de 91 a 180 dias	3 972	18 592
de 181 a 270 dias	1 675	20 153
de 271 a 365 dias	1 807	22 996
a mais de 366 dias	66 114	65 331
	322 523	219 833
Imparidades	(73 751)	(72 842)
Saldo líquido	248 772	146 991

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 21, são regularizados, principalmente, através do BSP e do sistema IATA Clearing House, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

vi) Gestão de capital

O valor negativo do capital próprio do Grupo TAP agravou-se em mais de 100 milhões de euros no período para um valor superior a 600 milhões de euros negativos. A deterioração do valor do capital próprio deveu-se, essencialmente, ao resultado de exploração do período, que foi fortemente negativo. Esse efeito negativo foi, no entanto, mitigado pela variação das reservas de justo valor, em consequência do termo de diversas operações de hedging de combustível destinadas a cobertura de preço no decorrer do primeiro semestre de 2015. O fim e liquidação dessas operações no decorrer do semestre, e o nível mais baixo de preço das operações em vigor para o segundo semestre do ano, traduziram-se numa melhoria de capital da ordem dos 35 milhões de euros.

Apesar da redução verificada no capital, o total do ativo apresentou um aumento, essencialmente, a nível de rubricas do disponível, em clientes, tendo o passivo aumentado também por efeito de valores de pendentes de voo, ou seja receita vendida mas ainda não voada.

57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

PARPÚBLICA

i) Ativos e Passivos Contingentes

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além das eventuais responsabilidades por remunerações variáveis dos ex-administradores decorrentes dos contratos de gestão para o mandato 2007-2009, sobre as quais existe dúvida sobre o grau de certeza de serem passivos efetivos da empresa. Os prémios respeitam a 50% da remuneração variável de 2008 (77 850,06 euros) cujo pagamento fora diferido pelo acionista, bem como à remuneração variável de 2009 e por desempenho no mandato de 2007-2009. Em 2010 o acionista pronunciou-se no sentido da não atribuição de remuneração variável tendo em conta o disposto no artigo 172.º da Lei do OE/2010.

A IMOCAPITAL, SGPS, S.A. interpôs em 2005, contra o Estado português e a PARPÚBLICA (esta na qualidade de sucessora nos direitos e obrigações da extinta PORTUCEL, SGPS, S.A.), uma ação administrativa em que pede a condenação dos Réus a pagar-lhe uma indemnização mínima de 46 765 399,62 euros, acrescida de juros de mora desde a data da citação até ao integral pagamento, alegando a violação, pelo Estado e pela ex-PORTUCEL, SGPS, S.A., do direito que lhe assistiria de comprar 25% das ações representativas do capital social da GESCARTÃO. Esse direito teria origem no contrato celebrado em 2002 entre a IMOCAPITAL e as referidas entidades, no decurso da 1.ª fase de reprivatização do capital social da GESCARTÃO, no âmbito da qual a IMOCAPITAL adquiriu 65% do mesmo capital social. A ação foi ganha em 1.ª instância pelos Réus, em 2008, mas desde então tem sido objeto de vários recursos, por força dos quais o processo regressou durante 2014 à 1.ª instância, tendo sido anulado todo o processado a partir de fls. 1610 e ordenada a baixa dos autos a fim de serem conhecidas as reclamações apresentadas e seguidos os termos normais do

processo. Não obstante, não se prevê que ocorra, em futura decisão, alteração significativa do teor da sentença anteriormente proferida em 1.ª instância quanto à questão substantiva apresentada a juízo.

Relativamente a todos os processos inerentes a ações inspetivas levadas a efeito pela Autoridade Tributária e Aduaneira à Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva SA, que pela sua extinção foi transferida para a PARPÚBLICA, verificou-se também a transmissão da posição processual para esta última. Assim sendo importa realçar a impugnação em sede de IRC, por falta de retenção na fonte, respeitante aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, no valor global de 865 496,89 euros. Processo que aguarda decisão do Tribunal.

ii) Eventos Subsequentes relevantes

A Assembleia Geral de acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Galp Energia”) que se realizou em 16 de abril de 2015 aprovou o dividendo relativo ao exercício de 2014 de €0,3456 por ação. Por conseguinte, o dividendo anual referente a 2014 excedeu o limite máximo de proteção de dividendos, previsto nos Termos e Condições das Obrigações, correspondendo o montante em excesso a uma Distribuição de Capital de 8 540 434,45 euros. Pelo exposto a PARPÚBLICA - Participações Públicas, (SGPS), S.A. aplicou o referido montante na aquisição de 816 396 ações Galp Energia, procedendo-se ao correspondente ajustamento do Ativo Subjacente. A maioria das aquisições ocorreu já no início do 2º semestre.

Na sequência da Reestruturação da Área do Imobiliário da PARPÚBLICA, suportada no Despacho n.º 567/15 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, procedeu-se à fusão realizada mediante a transferência para a PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA da globalidade do património da Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SGPS, SA, com efeito contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A operação de Reestruturação prevê ainda, na sua 2ª fase, a transferência para a Estamo – Participações Imobiliárias, S.A. da globalidade do património das empresas Lazer e Floresta – Empresa de desenvolvimento agro-florestal, imobiliário, turístico e cinagético, S.A. e Consest – Promoção Imobiliária, S.A.. O projeto de fusão associado a esta 2ª fase foi registado durante o mês de julho.

No final do 1º semestre, a PARPÚBLICA e o Consórcio Gateway assinaram o contrato de compra e venda das ações representativas de 61% do capital social da TAP – SGPS, S.A. Contudo, a transação fica condicionada à verificação de diversas condições precedentes, entre elas, a obtenção de aprovações, que, à data do presente relatório, ainda não foram integralmente concedidas.

No início de agosto, após negociações com a Câmara Municipal de Cascais (CMC) e em cumprimento dos Despachos da Senhora SET e do Senhor SEJD, foi assinado o contrato de compra e venda de ações representativas de 100% do capital social da C.E.- Circuito Estoril, S.A. A aquisição da participação pela CMC está condicionada à concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas.

Grupo AdP

Providências cautelares

Em resultado da estratégia delineada pelo Governo para o setor das águas, foram extintos quinze dos sistemas multimunicipais existentes e criados três novos sistemas de maior dimensão. Discordando da estratégia adotada, determinados Municípios, na qualidade de acionistas das empresas extintas e das novas empresas, interpuseram, até ao momento, oito providências cautelares, nas quais, são intervenientes na qualidade de Ré, Requerida ou Contrainteresada, entre outros, empresas do Grupo Águas de Portugal, nomeadamente, a Águas do Norte, S.A., a extinta Águas do Douro e Paiva, S.A., a Águas do Centro Litoral, S.A. e a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.. Considerando que as providências referidas tem como intuito travar o processo de reestruturação e reorganização do setor das águas, desconhecemos na presente data, qual será o desfecho que cada um dos processos poderá ter.

i) Ativos e Passivos Contingentes

Empresa	Descrição do processo	Valorização (em euros)
Águas de Santo André, S.A.	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana	3 015 795
Águas de Santo André, S.A.	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Sines, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana e Abastecimento de Água para Consumo Humano em Alta.	3 428 910
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Contraordenação por falta de licença (a obra foi devidamente licenciada pela CCDRN, conforme licença P.DV.nº266/07). Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº403549	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº2063/2008	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para a valeta. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº5955/2008	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº403549	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº10586/2009	2 500 000
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Através desta ação, alegam que a Ré, no âmbito do contrato de empreitada para a construção de execução da barragem de Pretarouca, impôs uma série de alterações ao projeto inicial, alterando seu objeto e a forma inicial do concurso, no sentido de obter uma indemnização para si, a ação já foi contestada, e juntou-se bastante prova documental que considere relevante para o decaimento do pedido. Em ambas as situações aguarda-se marcação de audiência de julgamento, não sendo, na presente data, possível afirmar, com um grau de probabilidade razoável, qual a estimativa final de responsabilidades, incluindo custas judiciais e outros encargos. Processo nº334/10	4 383 552
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD. Processo nº149/12	1 736 980
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Ação administrativa comum, em que o consórcio SADE/EDIIOC, pedem o valor de 3 053 327,10, título de indemnização por sobrecustos em obra. A ATMAD contestou e reconveio pedindo o valor 1 917 816,48, a título de indemnização pelos prejuízos causados pelas AA à ATMAD, pela demora em terminarem a obra, sendo que a ATMAD aplicou multas contratuais a este consórcio que não estão a ser discutidas judicialmente.	1 859 936
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Ação administrativa entreposta pela empresa Conduril relativa ao contrato de empreitada de construção da barragem de Olgas no tribunal administrativo de Mirandela. Processo nº280/09	2 019 888

Empresa	Descrição do processo	Valorização (em euros)
Águas do Algarve, S.A.	Processo nº 46/09.3BELLE interposto por Somague Engigás Neopul – Construtores, ACE Ação intentada no âmbito da empreitada de “conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida” e com fundamento em alegada inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa. Na mesma ação, a autora impugnou ainda três decisões de indeferimento de pedidos de prorrogação do prazo da empreitada que havia apresentado à AdA. E impugnou também as multas que pelo montante de 666 014,13 euros, aplicada por violação dos prazos parcelares vinculativos e do prazo global da empreitada. A ação foi contestada pela AdA, que juntou ao processo pareceres científicos emitidos pelo LNEC e que rebatem a alegada inexecuibilidade. Para além disso e na sua contestação, a AdA invocou subsidiariamente a caducidade da ação quanto ao pedido parcelar de 1 164 598,98 euros em virtude da ação ter sido proposta para além do prazo de 132 dias (úteis) fixados na lei, questão essa que o Tribunal já decidiu no despacho saneador, absolvendo a AdA. Quanto a essa quantia, tendo a parte contrária interposto recurso. Foi já proferida sentença que julgou a ação improcedente, sendo a AdA absolvida da totalidade do pedido. A parte contrária interpôs recurso, que se encontra pendente.	8 332 017
Águas do Algarve, S.A.	Processo n.º 516/09.3BELLE interposto por Somague Engigás Neopul – Construtores, ACE Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve, S.A. Por Somague, Engigás, Neopul, Construtores, S.A., em que, com o mesmo alegado fundamento de inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa (e, desta feita, invocando a nulidade parcial do respetivo contrato de empreitada), vem impugnada a decisão tomada pela AdA, no sentido da rescisão com justa causa do contrato de empreitada por incumprimento definitivo imputado ao ACE empreiteiro e em que vem formulado pedido de 9 191 597,54 euros (que é mera atualização do pedido de 8 332 017,21 euros formulado na anterior ação nº 46/09.3 BELLE). A ação foi contestada pela Águas do Algarve, S.A. Com fundamentos idênticos aos da anterior ação /Proc. 46/09.3BELLE. Foi proferido despacho que determinou a suspensão da instância até que se mostre decidida a ação supra nº 46/09.3BELLE. A ação encontra-se, assim, suspensa na sua tramitação.	9 191 598
Águas do Algarve, S.A.	Processo n.º 65/10.7BELLE interposto pela AdA ao Município de Tavira e à Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.. Ação administrativa intentada a 22/01/2010.	1 630 949
Águas do Algarve, S.A.	Processo n.º 427/11.2BELLE interposto pela AdA ao Município de Tavira e à Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. Ação administrativa intentada em 14/07/2011, para a qual os Réus apresentaram a sua contestação em 06/10/2011. Fomos notificados pelo Tribunal em 24/05/2012 do despacho em que ordena que o processo aguarde na secretaria a baixa do Proc. 65/10.7BELLE e que após, deverá o processo 427/11.2BELLE ser apensado ao Proc. 65/10.7BELLE. Aguarda decisão judicial.	2 533 779
Águas do Algarve, S.A.	Processo 104/12.7BELLE intentada pela AdA, em 5/12/2011, contra o Município de VRSA. Inicialmente, processo de injunção por meio do qual se reclamou o pagamento da quantia de 2 496 051,41 euros. Decorrente da oposição por parte do Requerido, a 23-01-2012, o processo de Injunção passou a Ação Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A 01/03/2012, foi entregue o aperfeiçoamento da Petição Inicial, no cumprimento da notificação recebida do Tribunal.A 11/04/2012, a Ré apresentou a sua Contestação. Apresentámos Réplica em 02/05/2012. Fomos notificados da data da Audiência Preliminar agendada para o dia 31/01/2013. No dia 30 de janeiro de 2013 fomos notificados do Despacho Saneador e do despacho proferido dando sem efeito a Audiência Preliminar. Aguarda decisão judicial. A 31/12/2014, as faturas reclamadas na Ação Administrativa foram recebidas pela AdA, no âmbito do PAEL. É intenção da AdA retirar a Ação Administrativa.	2 495 898

Empresa	Descrição do processo	Valorização (em euros)
Águas do Algarve, S.A.	Processo Nº 715/09.8 BELLE Acção instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela AdA. contra Somague, Engigás, Neopul, Construtores, ACE Acção instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A. contra Somague, Engigás, Neopul, Construtores, ACE e contra as respetivas empresas agrupadas, na qual foi formulado pedido de 1 894 762,79 euros por incumprimento definitivo do contrato de empreitada, imputável ao empreiteiro (trata-se da mesma empreitada de “conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida”). Foi proferida sentença que absolveu as demandadas. Essa sentença não apreciou as questões de mérito suscitadas na ação (basicamente, a justeza da rescisão do contrato de empreitada e da pretensão indemnizatória daí emergente, reclamada pela Águas do Algarve), tendo sido fundamentada, exclusivamente, na circunstância de, no entendimento do Tribunal, a ação ter sido instaurada para além do prazo de caducidade de 132 dias previsto no art. 255º do RJEOP (aprovado pelo Decreto Lei nº 59/99, de 2 de março). Essa decisão é manifestamente ilegal. O preceito legal (art. 255º do RJEOP) que fixa o prazo de caducidade de 132 dias invocado pela sentença, como resulta da respetiva letra, é aplicável apenas às ações propostas pelo empreiteiro e não já também às ações propostas pelo dono da obra (no caso, a Águas do Algarve). E ainda que tal preceito fosse aplicável ao caso vertente, a ação foi instaurada no 130º dia subsequente à rescisão do contrato de empreitada. Assim, foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, que se acha pendente. O provimento desse recurso ocasionará apenas que a ação possa prosseguir a sua normal tramitação para se apurar se a rescisão contratual determinada pela Águas do Algarve se fundamenta ou não em justa causa e, bem ainda, para se apurar quais os danos indemnizáveis.	1 894 763
Águas do Algarve, S.A.	Processo 105/12.7BELLE intentada pela AdA, em 5/12/2011, contra o Município de VRSA. Inicialmente, processo de injunção por meio do qual se reclamou o pagamento da quantia de 1 596 738,95 euros. Decorrente da oposição por parte do Requerido, a 24-01-2012, o processo de Injunção passou a Ação Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A 08/02/2012, a Ré apresentou a sua Contestação. Apresentámos Réplica em 28/02/2012. Em 22/05/2012 foi proferida Sentença, decidindo anular todo o processo, por ineptidão do requerimento inicial, e consequentemente absolveu o requerido Município de Vila Real de Santo António da instância. Foi interposto Recurso desta decisão em 02/07/2012 para o Tribunal Central Administrativo Sul uma vez que discordámos dela. A parte contrária também interpôs Recurso da decisão proferida. Fomos notificados pelo Tribunal Central Administrativo Sul de que os autos provenientes do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé foram distribuídos nesse Tribunal em 13/11/2012, 2º Juízo, 1.ª Secção, onde obtiveram o nº 09414/12. Aguarda decisão judicial. A 31/12/2014, as faturas reclamadas na Ação Administrativa foram recebidas pela AdA, no âmbito do PAEL. É intenção da AdA retirar a Ação Administrativa.	1 596 416
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 360365/10.4YIPRT que corre os seus termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Évora, no qual a AdCA é autora e o Município de Évora Réu, trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em novembro de 2010, para cobrança do valor de 5 599 742,96 euros. Ao abrigo do PAEL, o município já pagou grande parte do capital em dívida. À data, está por liquidar cerca de 107 737,39 euros de capital assim como valores correspondentes a juros de mora. Foi entretanto proferida sentença que condenou a Câmara Municipal de Évora a pagar o capital em dívida, 107 737,38 euros, assim como, os juros de mora sobre a totalidade do capital do processo. A sentença ainda não transitou em julgado.	5 599 742,96, inclui capital, juros, e taxa de justiça à data da propositura da ação
Águas do Centro Alentejo, S.A.	• Processo 358/13.1BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 98658/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de 7 498 698,00 euros. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas. O município procedeu ao pagamento de um conjunto de faturas, reclamadas neste processo, ao abrigo do PAEL, encontra-se ainda em dívida o capital de 3 377 884,27 euros.	5 599 742,96 inclui capital, juros e taxa de justiça à data da propositura da ação
Águas do Centro Alentejo, S.A.	• Processo 359/13.0BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 99440/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de 7 030 769,97 euros. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas.	5 599 742,96 inclui capital, juros, e taxa de justiça á data da propositura da ação
Águas do Oeste, S.A.	Injunção Município de Alcobaça (cobrança valores mínimos garantidos de 2010) (Proc 286/13.0BELRA)	2 377 066
Águas do Oeste, S.A.	Injunção Município de Alenquer (Proc 1352/11.2BELRA)	4 045 515

Empresa	Descrição do processo	Valorização (em euros)
Águas do Oeste, S.A.	Processo nº 82/14.8BELRA - Município de Alcobaça (cobrança valores mínimos garantidos de 2011)	1 535 950
Águas do Oeste, S.A.	Processo 132/15.0BELRA - Município de Alcobaça	1 714 090
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Acção nº 297/14.9 BECTB, instaurada pela AdZC, em 24.06.2014, contra o Município de Guarda	2 041 466
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Acção 740/14.7 BECTB, instaurada pela AdZC, em 15.12.2014, contra o Município de Guarda	2 229 926
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Acção 421/15.4BECTB, instaurada pela AdZC, contra o Município de Guarda	2 370 693
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Processo nº 736/14.9 BECTB Município do Fundão	15 083 255
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Acção arbitral proposta pelo MUNICÍPIO DO FUNDÃO, que vem reclamar o pagamento de indemnização no montante de 43 394 957,71 (quarenta e três milhões trezentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos). Paralelamente, a ÁZC reclama do MUNICÍPIO DO FUNDÃO o pagamento de indemnização no valor de 186 149 euros (cento e oitenta e seis mil cento e quarenta e nove euros). Por acórdão de 29 de outubro de 2010, o Tribunal Arbitral reconheceu apenas parcialmente a pretensão do MUNICÍPIO DO FUNDÃO, com um quantitativo a fixar em sede de execução de sentença e com um valor limite de 762 022,59 euros (setecentos e sessenta e dois mil vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos). Por seu turno, relativamente à ÁZC, o pedido indemnizatório formulado foi julgado parcialmente procedente, com a atribuição de uma indemnização também a fixar em execução de sentença e com o limite máximo de 364 615 euros (trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quinze euros). Ambas as partes recorreram da decisão do Tribunal Arbitral, encontrando-se o processo, neste momento, ainda a aguardar a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul	43 573 424
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Injunção n.º 389714/08.3YIPRT, que passou a Proc. Judicial nº 119/09.2BELSBTAC Lisboa. Descrição do processo: Injunção instaurada pela SANEST, conforme instruções da AdP, contra o Município de Sintra, por dívidas dos respectivos SMAS relacionadas com a prestação de serviços de recolha de efluentes da área do referido Município, facturados na sequência da implementação do sistema de facturação por medição de caudais, conforme Contrato de Concessão e Contrato de Recolha de Efluentes.	1 845 277
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 3872/07.4TBSC e Apenso / Cascais – de determinação da indemnização por expropriação Descrição do processo: Recurso Contencioso da Arbitragem Indemnizatória no âmbito da expropriação pela SANEST da Parcela 1, necessária a construção da nova ETAR da Guia, Fase Líquida, que se refere a DUP constante do despacho n.º 26441/2005, do Senhor SEOTC, publicado no D.R. II série n.º 244, de 22/12/2005;	1 382 600
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 1263/12.4BELSB – TAC Lisboa Descrição do Processo: Acção Administrativa Comum – forma ordinária, intentada pelo Município de Sintra contra a SANEST, por alegados prejuízos causados pela não rectificação/ reembolso de IVA liquidado em excesso pela mesma na facturação àquele, de julho de 2000 a abril de 2003 e pelo mesmo paga, dos Serviços de Recolha e Tratamento de Águas Residuais, conforme Contratos de Concessão e de Recolha de Efluentes.	1 564 420
Águas do Noroeste, S.A	IM - Fornecimento de água a cliente não Município	8 200 000

ii) Eventos subsequentes relevantes

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo aprovou o processo de reprivatização da EGF mediante a alienação de 100% das ações representativas do seu capital social, detido pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. O mesmo diploma determinou ainda que o processo de alienação se faria por concurso público internacional estabelecendo as fases do mesmo bem como o direito de aquisição dos trabalhadores de 5% de capital social da EGF e determinou a opção de venda e direitos de preferência a

conceder aos municípios acionistas das entidades gestoras de sistemas multimunicipais nas quais a EGF é acionista. Em 31 de julho de 2014, 4 dos 7 concorrentes convidados à apresentar propostas vinculativas para a aquisição das ações da EGF efetivaram as suas propostas. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014, de 19 de setembro, foi selecionado o Agrupamento SUMA, constituído pelas empresas Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota - Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A, e Urbaser, S.A., como vencedor do concurso público de reprivatização da EGF. No dia 6 de novembro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de 95% do capital social da EGF entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e a Suma Tratamento, S.A., empresa constituída pelos membros do Agrupamento SUMA. Os restantes 5% do capital estão reservados para aquisição pelos trabalhadores do universo EGF, a ocorrer após a conclusão da transação. Após a aprovação final por parte da Autoridade da Concorrência que se verificou no final do mês de julho, efetivou-se a transmissão das ações e suprimentos da EGF, da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A. para a Suma Tratamento, S.A.. Por este motivo as presentes demonstrações financeiras a 30 de junho de 2015 apresentam os saldos, as operações e os resultados do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas.

Grupo TAP

i) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 o Grupo não possuía ativos contingentes.

ii) Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

(Valores em milhares de euros)

Descrição	30-Jun-15	31-Dez-14
<p>Ações laborais - Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS") não depositado entre 2002/2004 e Periculosidade/Insalubridade (ação pelo sindicato)</p> <p>A principal ação laboral trata-se de um processo movido pelo sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre.</p> <p>A outra ação refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado.</p> <p>A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.</p>	56 248	61 722
<p>Ação fiscal - Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")</p> <p>Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	9 126	9 589

Descrição	30-Jun-15	31-Dez-14
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de importação ("II"), imposto sobre produtos industrializados ("IPI"), PIS e COFINS</p> <p>A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 16 de outubro de 2007, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da impugnação administrativa apresentada pela subsidiária. A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	22 650	22 966
<p>Ação Fiscal - Auto de infração de PIS e COFINS</p> <p>O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a Declaração de débitos e créditos tributários federais ("DCTF"), referente ao ano de 2006. Atualmente, a subsidiária está a aguardar o julgamento de impugnação na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"). A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	2 741	6 328
<p>Ação fiscal - Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária</p> <p>Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do Conselho de Administração de Recursos Fiscais ("CARF"). Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.</p>	5 480	5 881
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ"), contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), PIS e COFINS referente ao ano de 2007</p> <p>O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária TAP M&E Brasil, desconsiderando, assim, toda a contabilidade para o período mencionado e arbitrando o valor dos tributos devidos. No decurso do ano de 2013, o processo, cujo montante era mais significativo, relacionado com o IRPJ e CSLL foi concluído com êxito. Relativamente às contribuições PIS e COFINS foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1.ª instância.</p>	1 533	1 268
<p>Ação fiscal - Auto de infração de ICMS (verificar se tem valor em 2014)</p> <p>A TAP M&E Brasil foi notificada, em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, pelo aproveitamento de crédito de ICMS de energia elétrica na filial de Porto Alegre. A subsidiária apresentou impugnação, não havendo previsão para o julgamento. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.</p>	1 106	-
<p>Ação fiscal - Auto de infração de IRPJ/CSLL</p> <p>Em 2012, foram instaurados vários processos administrativos, decorrentes da não homologação da compensação, realizada através da Declaração de Compensação de Tributos referentes a saldos negativos de IRPJ e de CSLL, por suposta utilização de créditos indevidos. Foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1.ª instância. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	316	796
<p>Ação fiscal - Auto de infração - Multa tributária</p> <p>A subsidiária TAP M&E Brasil foi multada por incumprimento de regimes de exportação temporária em 2009. Todos os processos administrativos decorrentes estão a ser defendidos no âmbito do Conselho de Contribuintes, sendo a probabilidade de perda por parte da subsidiária considerada possível.</p>	198	206
<p>Ação cível – Execução de honorários de advogados</p> <p>Execução de honorários de advogados contra a subsidiária brasileira, após desistência de ação e recurso à adesão ao parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Encontra-se em fase de apelação com probabilidades de perda possível.</p>	3 408	3 854
<p>Ação cível – Ação de cobrança de contribuição fiscal</p> <p>A subsidiária TAP M&E Brasil foi notificada a pagar uma contribuição mensal com o argumento de que a TAP M&E Brasil é identificada como uma indústria. Aguarda nova audiência, cuja probabilidade de perda é considerada como possível.</p>	110	113
<p>Ação cível - Pedido de indemnização</p> <p>Pedido de indemnização contra a TAP M&E Brasil e outros, decorrentes de quebra contratual. O processo aguarda audiência de conciliação. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.</p>	9	10
<p>Outras - Ativos penhorados</p> <p>A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 14 148 milhares de euros (15 243 milhares de euros em dezembro de 2014), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.</p>	14 148	15 243

A divulgação do passivo contingente de natureza fiscal, efetuada em 31 de dezembro de 2014, referente ao Auto de Infração – Compensação de tributos não homologada, relativo à inconformidade no preenchimento da Declaração de Compensação de Tributos, não é aplicável à data de 30 de junho de 2015, uma vez que este processo foi concluído com êxito.

A divulgação do passivo contingente de natureza cível, efetuada em 31 de dezembro de 2014, referente a um pedido de indemnização, solicitado na sequência de um acidente de trabalho, não é aplicável à data de 30 de junho de 2015, uma vez que após revisão do processo, foi concluído que a subsidiária não tinha responsabilidade no acidente de trabalho.

Grupo Baía do Tejo

i) Passivos contingentes

Durante o ano de 2014, um Autor/fornecedor na sequência das decisões que lhe foram desfavoráveis, veio a intentar novas ações a saber; uma ação administrativa comum contra a Baía do Tejo e o Ministério do Ambiente, reclamando a entrega de 1 647 886,94 euros, logo que os receba do Estado Português, outra ação de processo comum pela qual pede 3 053 376 euros a título de juros e capital pelas faturas nº 1 e 2 de 2005, ações que se encontram em curso.

Salienta-se que, do valor da dívida reclamada a Empresa tem registada uma fatura no montante de 635 milhões de euros . Por outro lado, uma vez que este assunto está relacionado com o processo de despoluição dos pós históricos da Maia, todos os gastos deste processo foram assumidos pelo Estado, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças nº 814/08-SETF, de outubro, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Ainda relacionado com o processo dos Pós históricos da Maia decorre em contencioso um processo, interposto em julho de 2008, contra a Urbindústria, Snesges, SN Longos e o fornecedor acima referido, referente a um pedido de suposta remoção de resíduos depositados indevidamente nos terrenos do autor da ação. O pedido da ação ascende a 1 045 milhões de euros. Tal como na situação acima referida, assume-se que os eventuais encargos que possam ocorrer serão assumidas pelo Estado, não sendo por isso constituída qualquer provisão para o efeito.

1) Matérias Ambientais

1.a) Aspetos gerais

No âmbito do processo de liquidação da Siderurgia Nacional, SGPS, S.A., foram assumidas pela Urbindústria, mediante Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Indústria e Energia, as responsabilidades que aquela Empresa tinha assumido, no âmbito dos acordos celebrados em julho de 1995, com a Lusosíder, Aços Planos, S.A., com a Siderurgia Nacional – Empresa de Produtos Longos, S.A., associadas aos processos de privatização e com a Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., (posteriormente transformada em SNEGES), relacionadas com ações de descontaminação ambiental, tratamento de resíduos sólidos e sedimentos nas instalações destas sociedades, no Seixal e na Maia, que tivessem sido gerados antes da constituição das mesmas.

No âmbito dos mencionados acordos de 1995 a então Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., também assumiu responsabilidades ambientais de natureza semelhante.

Deste modo, e face ao processo de fusão operado em 2009, as referidas responsabilidades foram todas integradas na Baía do Tejo.

Por sua vez, a ex-Quimiparque, ao integrar no seu património uma área industrial, no Barreiro, onde, ao longo dos anos, se desenvolveram diversas indústrias químicas, assumiu igualmente responsabilidades decorrentes dos diversos resíduos e sedimentos existentes no referido território.

1.b) Instalações siderúrgicas da Maia

Em 1998 deu-se início ao processo de descontaminação ambiental dos resíduos da fábrica da Maia, pertencente à SN Longos. No entanto, na sequência de uma determinação da Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território – Norte, foram suspensos os trabalhos de remoção de resíduos, para clarificação de dúvidas relacionadas com as quantidades e classificação dos resíduos removidos e a remover. Em resultado desta decisão, o Conselho de Administração da altura decidiu suspender o pagamento de faturas apresentadas diretamente pela entidade responsável pela remoção dos resíduos, até completo esclarecimento da situação.

Em consequência da suspensão dos trabalhos e do não pagamento das faturas foram, entretanto e numa primeira fase, intentados processos de injunção por parte da empresa responsável pela remoção dos resíduos, no valor global de 1 648 milhares de euros, reclamando o pagamento das faturas vencidas.

A Baía do Tejo deduziu oposição, tendo em consideração as dúvidas existentes relacionadas com as quantidades de resíduos removidos, tendo prestado garantia pelo montante global reclamado pelo fornecedor. Entretanto, uma das faturas em causa, no montante de 1 013 milhares de euros, foi devolvida, por se entender que não correspondia a serviços efetivamente prestados.

Os restantes 635 milhares de euros encontram-se registados em Fornecedores conta corrente, muito embora não estejam a ser reconhecidos juros vencidos.

As demonstrações financeiras não refletem qualquer responsabilidade relacionada com estes processos, entendendo o Conselho de Administração que assiste razão à Baía do Tejo. No entanto, ainda que tal não se verifique, qualquer responsabilidade adicional que recaia sobre a Baía do Tejo será repercutida sobre o Estado, atendendo a que se trata de responsabilidade ambientais por factos ocorridos no período pré-privatização.

Entretanto, em dezembro de 2011 foi já concluída a empreitada de remoção dos pós históricos remanescentes que ainda permaneciam nas instalações da SN-Longos Maia, tendo sido emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente o Atestado de Não Contaminação da área de intervenção em causa, nos termos previstos no Acordo celebrado em dezembro de 2009 entre a Urbindústria, a SN-Longos e a PARPÚBLICA. No âmbito da assunção, pelo Estado, destas responsabilidades, esta empreitada não gera qualquer impacto sobre a conta de exploração da Baía do Tejo.

1.c) Instalações siderúrgicas do Seixal

Com a transformação da Siderurgia Nacional, Empresa de Serviços, S.A., dando origem à SNEGES, operada em 2005, os principais objetivos da gestão centraram-se no desenvolvimento do estudo de Ordenamento Urbano e Paisagístico de reconversão da área afeta à atividade siderúrgica do Seixal, perspetivando-se a

criação nesta zona de um Pólo Empresarial, no qual venham a sediar-se novas unidades empresariais destinadas à indústria, comércio e serviços, zonas de habitação, de recreio e de lazer junto ao rio.

Entretanto, foram concluídas, no decurso do exercício de 2011, as ações relativas às demolições de parte significativa dos edifícios desativados e ao desmantelamento dos equipamentos afetos à antiga atividade siderúrgica, bem como à respetiva limpeza dos terrenos.

Na sequência do Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de agosto, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, visando a inventariação, qualificação e quantificação dos passivos ambientais por solos contaminados em zonas agrícolas, industriais e de exploração mineira, entre outras, e consequente aplicação de um plano de investimento para a sua recuperação, foi constituído um Grupo de Trabalho para definir orientações e prioridades no domínio da reabilitação das áreas contaminadas e enquadrar o programa de investimento neste domínio a submeter a financiamento comunitário no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013).

Neste contexto, foi constituído, em dezembro de 2008, um ACE juntamente com a Empresa Geral de Fomento, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental dos terrenos anteriormente afetos à atividade siderúrgica no Seixal.

No âmbito deste ACE foi adjudicado o Estudo final de caracterização do estado de contaminação dos solos e águas subterrâneas e definição dos usos futuros do território, avaliação do risco e definição de cenários de descontaminação e respetiva estimativa de custos, bem como a prestação de serviços de fiscalização deste estudo, que se realizou a coberto das candidaturas apresentadas.

A candidatura deste Estudo aos apoios do POVT teve decisão favorável, envolvendo um contrato de financiamento de 514 milhares de euros já assinado, com uma comparticipação de 356 milhares de euros.

O referido Estudo foi concluído no 4º trimestre de 2011 permitindo a elaboração o Plano Diretor de Intervenção apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente e ao P.O.V.T./Q.R.E.N. para validação e posterior apresentação de novas candidaturas a fundos comunitários no sentido de prosseguir com as ações de remoção de resíduos e de descontaminação de solos e águas subterrâneas.

Entretanto, em 2010, foi apresentada uma segunda candidatura ao POVT, para a remoção dos resíduos depositados no Vazadouro Central e no Vazadouro I, incluindo as respetivas ações de fiscalização, bem como do seu transporte e entrega em destino final adequado para valorização / tratamento / eliminação. Esta candidatura, que já foi objeto de decisão favorável de financiamento, contempla uma estimativa de investimento de 12 974 milhares de euros, com uma comparticipação comunitária estimado de 9 082 milhares de euros.

Em 2011, e na sequência de concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a ação de remoção de resíduos depositados na Zona Poente do Vazadouro I. Esta ação que incluiu a prestação de serviços de fiscalização, teve um gasto global de 2 870 milhares de euros com uma comparticipação comunitária de 2 009 milhares de euros.

Em 2012 e na sequência de um novo concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a remoção das lamas do alto forno localizadas na zona central, mais concretamente na margem norte da Lagoa da palmeira. Esta ação teve um gasto global, incluindo os serviços de fiscalização, no montante de 2 084 milhares de euros.

Segundo a mesma metodologia das ações anteriores, em 2014 foram executadas duas ações de eliminação de passivos ambientais (Remoção de resíduos depositados na Zona Nascente do Vazadouro I e na Zona Central), no valor global de 5 714 milhares de euros.

Encontra-se constituída uma provisão no montante de 4 222 milhares de euros, para fazer face às responsabilidades ambientais decorrentes em questão. Adicionalmente, existe ainda uma outra provisão, destinada a acautelar encargos com desmantelamento de instalações, no montante de 499 ME, totalizando 4 222 milhares de euros.

Deste modo, o Conselho de Administração não se encontra ainda em condições de avaliar se a provisão constituída será, ou não, suficiente para fazer face aos encargos envolvidos de responsabilidade da empresa.

1.d) Instalações industriais do Barreiro

O processo relativo às responsabilidades ambientais decorrentes da atividade industrial desenvolvida nos terrenos do Parque industrial do Barreiro tem muitas semelhanças com o referido a propósito dos terrenos do Seixal.

Na sequência do referido Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de agosto, foi igualmente constituído, no final de 2008, um outro ACE, envolvendo também a EGF, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental da zona industrial do Barreiro pertencente à Baía do Tejo.

O trabalho desenvolvido por este ACE conduziu à adjudicação do estudo final de caracterização do estado de contaminação dos solos e águas subterrâneas e definição dos usos futuros do território, avaliação do risco e definição de denários de descontaminação e respetiva estimativa de custos, bem como a prestação de serviços de fiscalização deste estudo, realizado no âmbito da candidatura apresentada.

A candidatura deste Estudo aos apoios do POVT teve decisão favorável, envolvendo um contrato de financiamento de 537 milhares de euros, assinado em setembro passado de 2009, com uma comparticipação de 376 milhares de euros.

O referido Estudo foi concluído no 3º trimestre de 2011 e permitiu a elaboração o Plano Diretor de Intervenção a apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente e ao P.O.V.T./Q.R.E.N. para validação e posterior apresentação de novas candidaturas a fundos comunitários no sentido de prosseguir no terreno com as ações de remoção de resíduos e de descontaminação de solos e águas subterrâneas.

Entretanto, e na sequência do concurso realizado, foi já adjudicada e concluída a empreitada de remoção dos resíduos depositados no Parque de Lamas de Zinco. Este investimento foi contratualizado por 4 355

milhares de euros, tendo merecido uma decisão favorável de co-financiamento, no montante de 3 049 milhares de euros.

Não obstante os trabalhos em curso contribuírem para a redução das responsabilidades ambientais, não é ainda possível estimar o volume global de encargos que resultarão para a Baía do Tejo, decorrentes das responsabilidades ambientais, não se encontrando constituída qualquer provisão específica para as responsabilidades existentes no território do Barreiro.

Contudo, e conforme referido em 1.c), encontram-se constituídas provisões, no montante de 4 721 milhares de euros, para fazer face a responsabilidades de natureza ambiental.

Grupo SIMAB

Existem os seguintes passivos contingentes no Grupo SIMAB, provenientes do **MARB**:

Identificação	Tipo de ação	Posição da MARB	Valor pedido (milhares de euros)	Estado do processo
António Cunha Leite	Declarativa de condenação – Braga – Inst. Central – 1º Sec. Cível – J4 – Proc. 1754/15.5T8BRG	Ré	540,0	Citação em 31-03-2015. 06-05-2015 – Apresentada contestação. 27-05-2015 – Apresentada Réplica. 28-05-2015; Em 08-07-2015 recebido despacho saneador e marcação de julgamento para 12-11-2015.
Novo Banco (BES)	Execução – Comarca de Braga	Execução – Comarca de Braga – Guimarães – Inst. Central – 1ª Secção de Execução – J2	13,1	Citação em 05-05-2015; 25-05-2015 apresentação de embargos de executado com pedido de suspensão de efeitos de execução; 09-06-2015 – Despacho admissão liminar embargos e notificação a Exequente (prazo para contestar embargos: 2 de julho) – 10-07-2015 – Notificação da contestação de embargos apresentada pelo Novo Banco.
TOTAL			553,1	

Na MARE:

Identificação	Tipo de ação	Posição da MARE	Valor pedido (milhares de euros)	Estado do processo
Sobral, Lda	Processo de Insolvência – Comarca de Évora – Inst. Local – Secção Cível – J1 – Proc. 1929/11 . 6TBEVR	Reclamante	29,8	Reclamação de créditos de taxas de utilização. Em 30.12.2014 envio NIB para AI para pagamento de rateio; 2015.01.05 contacto AI – vai iniciar pagamentos. Conforme mapa rateio MARE receberá apenas 196,45 euros
Cariço Peixaria, Lda	Processo de Insolvência – Comarca de Évora – Inst. Local – Secção Cível – J1 – Proc. 1953/12. 1TBEVR	Reclamante	7,2	A MARE reclamou créditos no valor de 7 268,36 euros de taxas de utilização, reconhecido na sua totalidade. Em 14.11.2014 – Encerrada a liquidação. Em 2015.01.05 – AI ainda não elaborou mapa de rateio. Todavia, até à presente data não lhes foi paga qualquer quantia. Existem muito baixas perspetivas de a MARÉ, SA obter qualquer recebimento no âmbito deste processo mas com recebimento de IVA. Conforme mapa rateio MARE receberá apenas 466,49.
TOTAL			37,0	

Na MARL:

Identificação	Tipo de ação	Posição da MARL	Valor pedido (milhares de euros)	Estado do processo
Amilcar Augusto	Declaração de condenação	Autora/Ré reconvida	2,8	Pedido de indemnização por incumprimento contratual. Notificados da contestação com reconvenção.
ASAE	Contra ordenação	Arguida	Coima de 3,5 a 30	MARL apresentou oposição, aguardando decisão por parte do órgão administrativo.
Disgelo	Ação declarativa de condenação	Autora	119,3	Pedido de indemnização por incumprimento contratual. Notificação da contestação aguarda despacho saneador/audiência prévia e notificação do tribunal sobre objeto de perícia.
Fenixpesca, S.A.; Manuel Ibanez Carrera; Zonafao, Lda	Processo de Execução Comum	Exequente	42,5	Execução para pagamento de quantia certa com diligências de penhora pendentes. Penhora de bens móveis realizada no dia 13.12.2014. Os bens penhorados foram vendidos pela quantia de 2 007,00 euros. Aguarda decisão do tribunal quanto aos cofres para encerramento do processo.
João Alexandre Miguel Severino	Processo de Execução	Requerente	3,4	Execução com base em injunção.
Liberty Seguros	Ação de processo	Ré	19,25	Pedido de indemnização em resultado de acidente de trabalho provocado por falta de condições de segurança das instalações.

	sumário			Sentença condenou MARL ao pagamento da quantia de pagamento de franquia de seguro de responsabilidade civil, celebrado com a Tranquilidade, no valor de 1 924,71 milhares de euros. A Tranquilidade interpôs recurso desta decisão a qual aproveita A MARL enquanto litisconsortes da concorrente. Aguarda-se acórdão da Relação de Lisboa.23-04-2015 acordo relação Lisboa: julga procedente o recurso da Tranquilidade, absolvendo-a o pedido.
Maria dos Anjos Botelho Saude Vidal	Processo de Execução	Reclamante	3,1	Execução com diligências de penhora a decorrer. Processo de insolvência já se encontra em estado de prestação de contas apenas foi possível pagar o crédito hipotecário, tendo ficado sustada a execução.
Marco António Conceição Santos	Queixa-crime	Queixoso – Demandante Civil	0,4	Aguarda marcação de julgamento
RECHEIO	Ação declarativa de condenação	Autora	214,7	Pedido de Indemnização por incumprimento contratual. Contestação intentada a 25.06.2014. Com pedido reconvenional. 06-05-2015 apresentada REPLICA.
Ribafresh	Ação declarativa de condenação	Ré	7,3	Contestação da MARL com pedido reconvenional. Aguarda despacho saneador/audiência prévia.
Ricardo Jorge Marques Constantino	Processo Executivo	Exequente	3,1	Aguarda-se diligências de penhora.
Vitor ManuelVaz Rodrigues	Ação declarativa condenatória	Autora	30,0 (valor processual)	Em 11-05-2015 Acórdão da Relação de Lisboa de 30-04-2015 anula a sentença e determina a reabertura da audiência de julgamento para ampliação da matéria de facto (apreciação da clausula 13ª e 6 NE do RIM) Aguarda marcação de julgamento.

Na MARF:

Identificação	Tipo de ação	Posição da MARF	Valor pedido (milhares de euros)	Estado do processo
Paulo Alexandre Oliveira Cesar	Injunção nº 166161/14.5Y IPRT (Balcão Nacional injunções)	Requerente	0,6	Reclamação de créditos (taxas de utilização); 13.10.2014 Entrada Req. Injunção; 5.11.2014 envio notificação pelo BNI ao requerido; 5.01.2015 consulta processo no citius; 6.1.2015 enviado mail BNI a solicita a emissão da fórmula executória; 2016.01.07 – Resposta do BNI a informar que Secretaria do BNI já esta a tratar diretamente do assunto junto do CTT. 05-05-2015 – Rececionada fórmula executória
Logiters – Logística Portugal, SA	Declarativa de condenação (Comarca de Faro – Inst. Local – Secção Cível – J2 – Proc. 1181/15. 4T8FAR)	Autora	19,7	Aguarda notificação de contestação à Ré. 04/07/2015 – Notificados da contestação.
TOTAL			20,3	

CE

Os passivos contingentes à data de 30 de junho de 2015 são as que constam no quadro seguinte:

Tipo	Descrição	Quantificável	Probabilidade e de ocorrência	Montante (milhares de euros)	Horizonte temporal	Observações
Contencioso	Procº nº 4345/12.9 TBCSC - Ação declarativa de condenação	Sim	15%	573,9		O processo tem vários envolvidos (não apenas a CE). A CE contestou a ação, aguardando-se o prosseguimento dos ulteriores termos do processo.
Contencioso	Procº nº 1797/05.7 TBELSB – Ação administrativa especial	Não		0		O tribunal de 1.ª instância julgou a ação procedente, encontrando-se pendentes recursos interposto pelo Estado Português e pela CE para o Tribunal Central Administrativo – Sul, aguardando-se decisão.
Contencioso	Procº nº 991/103.3 BESNT – Ação de contencioso Pre-contratual	Não		0		O Supremo Tribunal ordenou que o processo baixasse às instâncias inferiores, a fim de ser apurado se a CE deve ser considerada entidade adjudicante para efeitos de aplicação do Código de Contas e eventual convalidação dos autos em processo indemnizatório.
Leasing operacional	Renting viatura 50-NN-92 contrato termina a 12/03/2017 rendas por vencer 27 – $0,513 \times 27 = 13,84$ milhares de euros	Sim	100%	10,7	12/03/2017	
Leasing operacional	Renting viatura 32-NO-15 contrato termina a 15/03/2017 rendas por vencer 27 – $0,522 \times 27 = 14,09$ milhares de euros	Sim	100%	10,9	15/03/2017	
Leasing operacional	Renting viatura 75-PI-59 contrato termina a 22/12/2018 rendas por vencer 48 – $0,593 \times 48 = 28,49$ milhares de euros	Sim	100%	24,9	22/12/2018	

Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias efetuou um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) relativamente ao período de julho de 2013 no valor de 201 509,95 euros, tendo este valor sido creditado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em 08/01/2014.

Na sequência do pedido de reembolso, a AT efetuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013, cujo relatório, datado de 13 de maio de 2014, recebido em 21 de maio, conclui genericamente pela dedutibilidade do IVA mas, simultaneamente, também pela existência de IVA por liquidar no montante de 686 825,71 euros, (respetivamente 304 906,72 euros + 381 918,99 euros), pela dedução indevida de 18 800,87 (respetivamente 6 963,84 euros + 11 837,03 euros) e ainda pela dedução indevida de imposto, sobre uma nota de crédito emitida a cliente em dezembro de 2013, no valor de 2 760,00 euros. Ou seja, o relatório considerou um total de imposto em falta no montante de 708 386,58 euros.

A Companhia das Lezírias na sequência da receção das respetivas notas de liquidação apresentou os correspondentes meios de defesa.

Relativamente ao IVA por liquidar alegou a AT “Falta e Liquidação de IVA em Locações de Bens Imóveis”, com o fundamento de que “no que se refere à locação de imóveis, da análise efetuada aos contratos de arrendamento celebrados entre a CL e diversas entidades, nos períodos de 2012 e 2013, conclui-se que, alguns desses contratos de arrendamento rural, nomeadamente os referentes aos prédios sitos na zona da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, tratam-se de locações temporárias de cedência de exploração a título oneroso, operações não enquadráveis no n.º 29, do art.º 9 do Código do IVA, mas sim prestações de serviços sujeitas a IVA, de harmonia com a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Código de IVA, conjugada com o n.º 1 do artigo 4.º...”.

A Companhia das Lezírias não pode concordar, e não concorda, com a interpretação e conclusões da AT, decorrentes de uma deficiente perceção, apreensão e qualificação jurídica dos factos em causa e do direito aplicável. Não são efetivamente prestados quaisquer serviços a estes arrendatários, limitando-se o relacionamento contratual ao arrendamento das terras, pelo que sobre o valor da renda agrícola cobrada pela Companhia das Lezírias não deverá incidir IVA, nos termos do n.º 29 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Os sistemas e infraestruturas de rega existentes nas Lezírias Norte e Sul são propriedade do Estado, isto é propriedade pública, geridos pela Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira ao abrigo de contrato de concessão. Não são propriedade da CL. A CL limita-se, a pedido da Associação, a fazer a cobrança aos seus rendeiros dos montantes resultantes da prestação de serviços exclusivamente prestados pela Associação, entregando a essa mesma Associação, os valores faturados em termos de taxas de exploração e conservação.

Quanto à dedução indevida de IVA, a AT fundamentou tal entendimento relativamente à dedução do imposto efetuado em aquisições relacionados com “viaturas ligeiras de mercadorias” entre 1 de janeiro de 2012 e 15 de outubro de 2013. Considerou que tais operações “estão excluídas do direito à dedução de IVA, uma vez que as características desses bens, os torna não essenciais à atividade produtiva ou facilmente utilizados em consumos particulares”, por aplicação do esclarecimento prestado através do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

Também nesta matéria não pode a Companhia das Lezírias concordar com a interpretação e conclusões da AT pois as referidas despesas faturadas encontram-se diretamente relacionadas com o exercício da atividade sujeita a imposto, não se encontrando abrangidas por nenhuma das exclusões previstas no artigo 21.º do CIVA. Por outro lado considera que se encontra vedada a aplicação desta interpretação, constante

no Ofício Circulado de 16 de outubro de 2013, aos períodos tributários de 2012 e 2013, por força dos princípios gerais de segurança jurídica e de proibição de retroatividade da lei fiscal.

Em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, a Companhia das Lezírias optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 858 689,32 euros à Autoridade Tributária em outubro de 2014.

Através do despacho sobre a reclamação graciosa apresentada, a AT indeferiu parcialmente o pedido, dando razão à Companhia das Lezírias relativamente à reclamação sobre a dedução do imposto na nota de crédito, encontrando-se anuladas as respetivas liquidações, mantendo o entendimento quanto às outras duas matérias. Mantém-se assim em litígio o montante de 705 626,58 euros.

Em consequência a Companhia das Lezírias apresentou em fevereiro de 2015 um processo de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA feitas pela AT junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e não constituiu qualquer provisão para este efeito, uma vez que não considera procedentes essas liquidações adicionais, não esperando quaisquer impactos patrimoniais significativos do desfecho deste processo.

58 - Divulgações de natureza não contabilística

i) Garantias

Grupo AdP

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

(Valores em milhares de euros)

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	30-Jun-15	31-Dez-14
UNAPD	5 314	-	-	12 804	18 118	21 464
EPAL	5 176	178 498	-	325	183 999	171 223
UNADR	-	-	-	413	413	407
UNI	-	539	-	740	1 279	3 307
Corporativos	-	863 393	-	1 409	864 802	1 715 923
TOTAL	10 490	1 042 430	-	15 691	1 068 611	1 912 323

A holding do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

O valor de garantias do Grupo EGF refletido em detidos para venda, correspondente a:

(Valores em milhares de euros)

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	30-Jun-15	31-Dez-14
UNR	132	255	1 484	4 930	6 801	18 546
TOTAL	132	255	1 484	4 930	6 801	18 546

Grupo TAP

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 as garantias prestadas pelo Grupo TAP decompõem-se como se segue:

(Valores em milhares de euros)

	30-Jun-15	31-Dez-14
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1 654	1 654
Natwest - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2 952	2 696
Tribunal do Trabalho	1 196	1 525
Aeronaves	44 643	37 573
Linha de crédito BIC Angola (não utilizada)	17 875	16 473
Combustíveis	2 994	3 072
Outras	16 025	16 004
Garantias bancárias prestadas pela L.F.P., S.A.		
Contratos de concessão de licenças de exploração das lojas francas	9 000	9 000
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	544	672
Cauções prestadas a seguradoras	87	87
Total	96 970	88 756

O reforço efetuado, durante o primeiro semestre de 2015, nas garantias bancárias prestadas pela TAP S.A., referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, as garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes:

(Valores em milhares de euros)

Beneficiário	Natureza	30-Jun-15	31-Dez-14
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas.	141	141
Tribunal Cível da Comarca do Seixal	Caução para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto relacionado com o processo da Terriminas (Pós da Maia)	-	1 666
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal - Processo EDP-RCLER.	21	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19	19
SLE	Fornecimento de energia elétrica às instalações localizadas no parque do Barreiro.	7	7
		298	1 963

Por sua vez, prometeu, a título de garantia, à Câmara Municipal do Seixal, efetuar a dação em cumprimento de 10 lotes de terreno no Parque Industrial do Seixal – 3ª fase (PIS III) em caso de incumprimento do compromisso de boa execução das infraestruturas a efetuar no referido parque, orçadas em 4 660 milhares de euros.

Grupo SIMAB

Garantias Prestadas a terceiros

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valores (milhares de euros)	Empresa
REPSOL	Millennium BCP	2	SIMAB
REPSOL	CGD, SA	2	MARL
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – CC Caucionada	1 500	SIMAB
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – Papel comercial	29 000	SIMAB
BES, S.A.	BES, S.A.	3 334	SIMAB

Garantia Prestada ao Banco Europeu de investimento (BEI)

No âmbito dos financiamentos que as participadas MARL, SA, MARF, SA e MARB, SA detém junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado Português ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes dos respetivos empréstimos junto do BEI, para o financiamento do projeto “Projeto Agro Logistics Portugal”, substituindo-se deste modo o Estado à banca comercial, em condições bastante menos onerosas para as empresas e desonerando a SIMAB, SA de responsabilidade assumida na data de assinatura dos contratos, deixando de vigorar a as respetivas *side letters*.

Em setembro de 2011 foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado ao financiamento da MARL, SA, e em agosto de 2013 foi autorizada para a MARB, SA e MARF, SA.

Garantias detidas sobre terceiros

1) A MARL, SA, detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Armando Cunha, Lda	Remodelação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Millennium BCP	0,9
Caetano Coatings	Reparação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancaria/ SANTANDER	0,9
Caetano Coatings	Reparação Pavimento Pavilhão do Pescado	Bancaria/ SANTANDER	25,9
Caetano Coatings	Reparação Pavimento Pavilhão do Pescado	Bancaria/ SANTANDER	25,9
Casa dos Asfaltos – Isolfrei, Lda	Empreitada de reabilitação das Impermeb. Coberturas NAC	Guia de depósito	1,4
Casa dos Asfaltos – Isolfrei, Lda	Empreitada de execução de cobert. Terraço Técnico CTT Expresso	Guia de depósito	1,0
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária - BES	23,1
Dalkia, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção	Bancária - BES	40,7
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancária – Banco BIC (BPN)	9,7
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução AXA	29,9
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução COSEC	100,0
JCDecaux, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancária - SANTANDER	59,3
Proman, Lda	Serviços de fiscalização de cobertura do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Banco BIC (BPN)	1,1
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	3,8
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	3,7
Resopre, Lda	Contrato de Prest. de Serv. de Remod. e Instal. do Sist. Inform. Pórtico	Bancária - CGD	15,4
Strong, S.A.	Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Millennium BCP	15,0
Strong, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Santander	24,8
TRAFIURBE, S.A.	Execução de Obras de Pintura Sinaliz. Horiz. Pavimentos Betuminosos	Bancária - BES	0,8
SUMA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Limpeza	Bancária - Millennium BCP	60,8
VISACASA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Manutenção	Bancária – Banco BIC	9,6
VISACASA, S.A.	Empreitada de reabilitação do topo norte do pavilhão A07	Bancária - Millennium BCP	3
VISACASA, S.A.	Empreitada de coberturas dos pavilhões A08 e A10 no MARL	Bancária - Millennium BCP	13,4
VISACASA, S.A.	Contrato de empreitada Reabilitação de pinturas de fachadas dos pavilhões A01, A03 e A08	Bancária - BIC	3,7

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
VISACASA, S.A.	Aquisição de Serv. Manut. De Equip. e Instalações no MARL	Bancária - BIC	18,9
VISACASA, S.A.	Contrato de Forn. Mont. 3un. Prod. Água Arrefecida Pav. A01/A05 e A07	Bancária - BIC	13,5
Total			506,2

Em 30 de junho de 2015, a MARL detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BES	10,0
Catefru, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BPI	19,0
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	24,4
Doca Marinha, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	1,9
Eurotejo, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	3,7
Espada Pescas, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	5,6
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	36,1
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária – Millennium BCP	15,0
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BPI	15,4
Total			131,1

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
MARL Energia, Lda	Contrato de utilização de espaço para central fotovoltaica.	Livrança	500,00
HYPESOLAR Fanhões, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,00
HYPESOLAR Sacavém, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,00
Total			600,00

2) Em 30 de junho de 2015, a MARF, SA detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
NCC Facility Systems, SA	Aquisição de serviços de limpeza interior dos escritórios, pavilhão do mercado e portaria	Seguro caução - AXA	1,5
Total			1,5

3) Em 30 de junho de 2015, a MARB, SA detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BCP	17,00
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BES	17,00
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para verificação e reparação de águas pluviais no edifício do MARB	Bancária - BES	0,7
Climex, controlo de ambiente, S.A.	Contrato de Serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos no MARB.	Bancária – Millennium BCP	3,1
Líder – Serviços Gerais de Vigilância, Lda	Prestação de serviços de segurança e vigilância no Mercado Abastecedor da região de Braga	Bancária – Millennium BCP	1,9
Strong - Segurança	Contrato Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária – Santander Totta	2,2
Total			41,9

4) Em 30 de junho de 2015, a MARE, SA detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado	Bancária - BCP	4,8
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado (trabalhos a mais)	Bancária - BCP	1,0
José Quintino, Lda	Arranjos exteriores na Envolvência do Armazém (Chronopost)	Bancária - BPI	6,9
JFS, S.A.	Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – BCP	18,4
JFS, S.A.	2º Adicional ao contrato de Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – Santander Totta	1,9
PSG – Segurança privada, SA	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária– Novo Banco	3,7
Total			36,6

Em 30 de junho de 2015, a MARE detinha a seguinte garantia bancária referente à caução do bom e integral cumprimento da obrigação decorrente do contrato de utilização de espaços no MARE:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	4,3
Total			4,3

Companhia das Lezírias

Em 30 de junho de 2015, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 2,5 milhares de euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantias bancárias no valor de 45 milhares de euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gásóleo pela BP.
- Garantia bancária no valor de 859 milhares de euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA.

Na rubrica “Outras contas a receber” encontra-se escriturado o montante de 22 milhares euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da ação emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira, e foi feito para garantia das pensões futuras devidas.

ii) Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço

Grupo AdP

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo Grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, de substituição, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado			
				N	(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNA-PD	7 168 350	4 848 697	267 570	129 681	126 170	281 631	1 514 602
	7 168 350	4 848 697	267 570	129 681	126 170	281 631	1 514 602

O valor de investimento contratual do Grupo EGF refletido em detidos para venda, corresponde a:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado			
				(N)	(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNR	1 412 363	1 013 412	65 849	29 722	48 170	88 740	178 156
	1 412 363	1 013 412	65 849	29 722	48 170	88 740	178 156

No mapa seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo AdP relativos às rendas a pagar aos municípios, conforme definido nos contratos de concessão.

(Valores em milhares de euros)

Empresas	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas Futuras -N	Rendas Futuras N+1	Rendas Futuras Restantes	30-Jun-15	30-Jun-14
Águas do Algarve, S.A.	1 677	-	-	206	4 466	6 349	-
Águas do Centro Alentejo, S.A.	1 603	-	145	147	1 482	3 377	3 925
Águas do Mondego, S.A.	33 676	2	768	1 570	438	36 454	36 267
Águas do Norte Alentejano, S.A.	445	9	30	57	1 033	1 574	1 918
Águas do Noroeste, S.A.	5 257	-	-	139	3 625	9 020	9 017
Águas do Oeste, S.A.	47	-	2	5	103	158	158
Águas de Santo André, S.A.	6 464	-	239	479	7 183	14 365	14 365
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	8 666	1 198	218	463	7 766	18 310	24 128
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	7 614	1 622	475	1 019	16 900	27 631	27 792
AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	792	-	178	13 817	14 787	14 872
Simarsul, S.A.	2 349	136	281	281	4 946	7 992	8 712
Simdouro, S.A.	58 848	-	-	2 841	12 668	74 357	74 357
Simlis, S.A.	1 622	-	51	101	1 105	2 879	2 879
Total	128 270	3 759	2 208	7 486	75 531	217 254	218 390

Grupo TAP

Em 30 de junho de 2015 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 276 968 milhares de euros (310 001 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, a receber entre 2018 e 2020, com mais três de opção.

Grupo Baía do Tejo

Em 30 de junho de 2015 existem os seguintes compromissos financeiros que não figuram no balanço:

(Valores em milhares de euros)

Natureza	30-Jun-15	31-Dez-14
Pagamento de IMT associado à aquisição do "Complexo da Margueira"	3 782	3 782
Estimativa de pagamento por benefícios de cessão de trabalho aos trabalhadores da ex-Quimigal	1 628	1 628
Contratos de <i>renting</i>	47	66
Total	5 457	5 476

Como referido acima existem ainda responsabilidades assumidas para execução de infraestruturação dos terrenos do PIS III que se estimam em cerca de 10 180 milhares de euros.

Companhia das Lezírias

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos está definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 abril de 1954; Decreto-lei n.º 41956, de 12 novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de dezembro.

Atualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 9 875,36 euros, a serem pagos em 16 anuidades de 617,21 euros.

iii) Trabalhadores ao serviço

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 e o ano de 2014 o número médio de trabalhadores ao serviço (da empresa e de todas as subsidiárias) foi de e 15 311 e 15 253, respetivamente.

iv) Novos Sistemas

Nos termos dos Decretos-lei n.ºs 92/2015, 93/2015 e 94/2015 de 29 de maio, foram criados os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, respetivamente. No primeiro caso, foram extintos 4 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e respetivas entidades gestoras e foi criado, em substituição, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal e constituída a sociedade Águas do Norte, S.A. que sucede às

sociedades extintas. No segundo caso, foram extintos 3 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e respetivas entidades gestoras e foi criado, em substituição, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal e constituída a sociedade Águas do Centro Litoral, S.A. que sucede às sociedades extintas. Por último, foram extintos 8 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e respetivas entidades gestoras e foi criado, em substituição, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituída a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. que sucede às sociedades extintas. No âmbito do referido processo, os ativos e passivos, direitos e responsabilidades das 15 entidades gestoras foram transferidos para as novas entidades constituídas, as quais, ao abrigo de novos contratos de concessão, dão continuidade às atuais atividades. Não são expectáveis efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Águas de Portugal, em resultado dos novos contratos de concessão em vigor a partir do segundo semestre de 2015.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 31 de agosto de 2015, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira em 30 de junho de 2015 e a performance e os fluxos de caixa no primeiro semestre de 2015, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

O Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa de Araújo
Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo